



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM SOCIEDADE,
CULTURA E FRONTEIRAS**

JOSIEL ALAN LEITE FERNANDES MARQUES

**INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO TERRITORIAL DA TRÍPLICE
FRONTEIRA DE FOZ DO IGUAÇU (BRASIL), PUERTO IGUAZÚ
(ARGENTINA) E CIUDAD DEL ESTE (PARAGUAI)**

FOZ DO IGUAÇU
2017

JOSIEL ALAN LEITE FERNANDES MARQUES

**INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO TERRITORIAL DA TRÍPLICE
FRONTEIRA DE FOZ DO IGUAÇU (BRASIL), PUERTO IGUAZÚ
(ARGENTINA) E CIUDAD DEL ESTE (PARAGUAI)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de Pesquisa: Território, História e Memória.

Orientador: Prof. Dr. Mauro José Ferreira Cury.

Catálogo na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UNIOESTE

M357 Marques, Josiel Alan Leite Fernandes

Integração e cooperação territorial da Tríplice Fronteira de Foz do Iguazu (Brasil), Puerto Iguazú (Argentina) e Ciudad Del Este (Paraguai) / Josiel Alan Leite Fernandes Marques. - Foz do Iguazu, 2017.

112 f. : il. : tabs. : grafs. : mapas

Orientador: Prof. Dr. Mauro José Ferreira Cury

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

1. Integração latino-americana – Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai). 2. Geopóitica - Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai). 3. Cooperação internacional. 4. Globalização – Aspectos sociais.

CDU 339.9(81:82:892)

911.3::32(81:82:892)

316.42

JOSIEL ALAN LEITE FERNANDES MARQUES

**INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO TERRITORIAL DA TRÍPLICE
FRONTEIRA DE FOZ DO IGUAÇU (BRASIL), PUERTO IGUAZÚ
(ARGENTINA) E CIUDAD DEL ESTE (PARAGUAI)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu, para a obtenção do título de Mestre pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

Prof. Dr. Mauro José Ferreira Cury – Orientador
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – FOZ DO IGUAÇU

Prof. Dr. José Carlos dos Santos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – FOZ DO IGUAÇU

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani
Universidade Federal de Mato Grosso Sul – UFMS – CAMPO GRANDE

Prof. Dra Elaine Cristina Francisco Volpato
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE – FOZ DO IGUAÇU

Prof. Dra Rosângela Custódio Cortez Thomaz
Universidade Estadual Paulista - UNESP – ROSANA

Foz do Iguaçu, março de 2017

DEDICATÓRIA

À Deus, meu inspirador!

Aos meus pais, aos quais tanto amo!

Aos meus irmãos, companheiros em tudo!

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha existência e força constante.

A meu pai João Batista Marques, a minha mãe Maria Isabel Leite Marques, aos meus irmãos Carlos Claudiney, Paulo Régio, João Júnior e Cláudio Elano, pelos incentivos.

À Universidade Federal da Integração Latino-Americana, em notório a Prof. Dra Ângela Maria de Souza e o técnico administrativo Fernando Cesar Mendes Barbosa, pela possibilidade me dada de afastamento para cursar o Mestrado.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em especial à Coordenação do Programa Sociedade, Cultura e Fronteiras nas pessoas da técnica administrativa Vânia Valle e de todos os professores que participaram das etapas seletivas ao avaliarem meu desempenho: Prof. Dr. José Carlos dos Santos, Prof. Dr. Oscar Kenji Nihei, Prof. Dr. Samuel Klauck, Prof. Dr. Fernando José Martins, Prof. Dr. Ivo José Dittrich, para citar alguns.

Ao professor Dr. Mauro José Ferreira Cury, pelo aceite de minha proposta de pesquisa e posterior orientação em todo o processo de dissertação.

Aos professores da Banca de Qualificação: Prof. Dr. José Carlos dos Santos e Profa. Dra Elaine Cristina Francisco Volpato que examinaram cuidadosamente minha pesquisa e suscitaram contribuições vultosas.

Aos professores da Banca de Defesa: Prof. Dr. José Carlos dos Santos, Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani, Prof. Dra Elaine Cristina Francisco Volpato e Prof. Dra Rosângela Custódio Cortez Thomaz que analisaram toda a pesquisa e apresentaram sugestões de extrema importância.

Aos amigos e amigas que conheci ao longo do processo de Mestrado, bem como aos que desenvolvo minhas atividades laborais em conjunto: Orlando, Edson, Noemi, Fernando, Samuel Monteiro, Samuel, Pedro, Viviane, Angélica, Ivanusca, Fabiano e Érico.

MARQUES, Josiel Alan Leite Fernandes. **INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO TERRITORIAL DA TRÍPLICE FRONTEIRA DE FOZ DO IGUAÇU (BRASIL), PUERTO IGUAZÚ (ARGENTINA) E CIUDAD DEL ESTE (PARAGUAI)**. 2017. 171 p. Dissertação - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu.

RESUMO

A Tríplice Fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai, que circunscreve às territorialidades transfronteiriças das cidades de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este, respectivamente, se fez acentuada a partir do destaque internacional na mídia, na década de 1990 com a suspeita de que no território havia terroristas islâmicos. Porém, seu processo de constituição é antigo e remonta ao século XVI, em especial ao primeiro contato do europeu, movido pelas ideias da globalização, com os índios guarani. As relações nem sempre amistosas destes dois povos corroboraram na instituição de processos integradores e cooperativos dinâmicos nos setores político, social, cultural e econômico que culminaram na criação de mecanismos de integração e cooperação, tais quais as Instâncias Técnicas, nas formas de Comissões, Comitês e Grupos, e na ratificação de Tratados e Acordos internacionais bi e trilaterais entre as três Nações. Esta pesquisa tem por objetivo analisar o processo de integração e cooperação territorial na Tríplice Fronteira e nas territorialidades transfronteiriças do Brasil, Argentina e Paraguai, e faz isso ao relacionar essas territorialidades entre a globalização e a integração e cooperação territorial; ao identificar os mecanismos: Instâncias Técnicas, Acordos, Tratados, Atas e Declarações bi e trilaterais de integração e cooperação entre os países envolvidos; e ao historicizar esses mecanismos inter-relacionados à geopolítica com o desenvolvimento territorial. Com a aplicação de pesquisas bibliográfica e documental em meios físicos e eletrônicos e em bancos de dados do Mercado Comum do Sul – Mercosul, do Governo Federal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, da Prefeitura de Foz do Iguaçu, da Municipalidad de Puerto Iguazú, da Municipalidad de Ciudad del Este, da Usina de Itaipu Binacional, do Ministério das Relações Exteriores – MRE e das Embaixadas dos três países, foi identificado e delimitado as Instâncias Técnicas de integração e cooperação, bem como os Acordos e Tratados ratificados e circunscritos à Tríplice Fronteira. A justificativa está calcada na observação destas territorialidades transfronteiriças onde é intenso e diverso o fluxo de pessoas, mercadorias, serviços e capitais, e por assim ser necessita de estudos aprofundados que caracterizem os elementos geográficos, históricos e políticos capazes de reconhecer os entraves e as potencialidades nos circuitos integradores e cooperadores. A problemática nos induz a responder se a Tríplice Fronteira é parte de um processo globalizador com implicações globalizadas e inter-relacionadas aos circuitos de integração e cooperação territorial, e quais atos governamentais comprovam essa integração e cooperação no território da Tríplice Fronteira. A estrutura dessa pesquisa está organizada em três seções, além desta introdução e das considerações finais: a primeira expõe o estado da arte das temáticas apostas segundo a produção bibliográfica; a segunda refere à caracterização da área de estudo e o processo histórico de formação da Tríplice Fronteira; e a terceira, identifica e historiciza os mecanismos de integração e cooperação criados bi e trilateralmente.

Palavras-chave: Globalização, Integração, Cooperação, Tríplice Fronteira, Brasil-Argentina-Paraguai.

MARQUES, Josiel Alan Leite Fernandes. **INTEGRATION AND COOPERATION OF TERRITORIAL TRIPLE FRONTIER OF FOZ DO IGUAÇU (BRAZIL) PUERTO IGUAZU (ARGENTINA) AND CIUDAD DEL ESTE (PARAGUAY)**. 2017. 171 p. Dissertation – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus of Foz do Iguaçu.

ABSTRACT

The Triple Border of Brazil, Argentina and Paraguay, which circumscribes the territorial boundaries of the cities of Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú and Ciudad del Este, respectively, has been accentuated by the international prominence in the media in the 1990s with the suspicion of that there were islamic terrorists in the territory. However, its process of constitution is old and dates back to the sixteenth century, especially to the first contact of the european, driven by the ideas of globalization, with the Guarani indians. The not always friendly relations of these two peoples corroborated in the establishment of dynamic integrative and cooperative processes in the political, social, cultural and economic sectors that culminated in the creation of mechanisms of integration and cooperation, such as the Technical Instances, in the forms of Commissions, Committees and ratification of bilateral and trilateral Treaties and international Agreements between the three Nations. This research aims at analyzing the process of territorial integration and cooperation in the Triple Border and in the cross-border territorialities of Brazil, Argentina and Paraguay, and does this by relating these territorialities between globalization and territorial integration and cooperation; in identifying the mechanisms: Technical Instances, Agreements, Treaties, Minutes and bi and trilateral declarations of integration and cooperation between the countries involved; and historicizing these mechanisms related to geopolitics with territorial development. With the application of bibliographic and documentary research in physical and electronic media and databases of the Mercado Comum do Sul – Mercosul, the Governo Federal, the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, the Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, the Prefeitura de Foz do Iguaçu, the Municipalidad of Puerto Iguazú, the Municipalidad de Ciudad del Este, the Usina de Itaipu Binacional, the Ministério das Relações Exteriores – MRE and the Embassies of the three countries, the Technical Instances of integration and cooperation were identified and delimited, as well as the Agreements and Treaties ratified and limited to the Triple Border. The justification is based on the observation of these cross-border territorialities, where the flow of people, goods, services and capital is intense and diverse, and therefore requires in-depth studies characterizing the geographical, historical and political elements capable of recognizing the obstacles and potentialities integrators and cooperators. The problem leads us to respond if the Triple Border is part of a globalizing process with glocalised and interrelated implications for the circuits of territorial integration and cooperation, and which governmental acts prove this integration and cooperation in the territory of the Triple Border. The structure of this research is organized in three sections, in addition to this introduction and the final considerations: the first exposes the state of the art of the betting themes according to the bibliographic production; the second refers to the characterization of the area of study and the historical process of formation of the Triple Border; and the third, identifies and historicizes the mechanisms of integration and cooperation created bi and trilaterally.

Keywords: Globalization, Integration, Cooperation, Triple Border, Brazil-Argentina-Paraguay.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DISTINÇÃO ENTRE GLOBALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO...	21
QUADRO 2 - SÍNTESE DAS QUATRO TEORIAS DA GLOBALIZAÇÃO	28
QUADRO 3 - CONCEITOS DE GLOBALIZAÇÃO.....	31
QUADRO 4 - SIGNIFICADOS DE INTEGRAÇÃO.....	41
QUADRO 5 - CLASSIFICAÇÃO DA INTEGRAÇÃO.....	50
QUADRO 6 - FORMAS DE INTEGRAÇÃO E CARACTERÍSTICAS	53
QUADRO 7 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS REGIÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DE FOZ DO IGUAÇU	79
QUADRO 8 - MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO CRIADOS DURANTE O REGIME MILITAR NA TRÍPLICE FRONTEIRA	91
QUADRO 9 - MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO CRIADOS APÓS OS REGIMES MILITARES (CONTINUA).....	92
QUADRO 10 - MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO CRIADOS APÓS OS REGIMES MILITARES (CONTINUA).....	93
QUADRO 11 - MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO CRIADOS APÓS OS REGIMES MILITARES (CONCLUÍDO).....	94
QUADRO 12 - INSTÂNCIAS TÉCNICAS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL-ARGENTINA	102
QUADRO 13 - PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA CODEFRO	103
QUADRO 14 - PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA FOZ DO IGUAÇU-PUERTO IGUAZÚ – XXX REUNIÃO	107
QUADRO 15 - PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA FOZ DO IGUAÇU-PUERTO IGUAZÚ – XXXI REUNIÃO.....	108
QUADRO 16 - PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA FOZ DO IGUAÇU-PUERTO IGUAZÚ – XXXIII REUNIÃO	108
QUADRO 17 - PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA COMISSÃO MISTA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL-ARGENTINA PARA A TRÍPLICE FRONTEIRA .	111
QUADRO 18 - INSTÂNCIAS TÉCNICAS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL-PARAGUAI.....	116
QUADRO 19 - INSTÂNCIAS TÉCNICAS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE ARGENTINA-PARAGUAI.....	117

QUADRO 20 - PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA COMISIÓN DE COORDINACIÓN POLÍTICA E INTEGRACIÓN ARGENTINO-PARAGUAYA PARA A TRÍPLICE FRONTEIRA.....	118
QUADRO 21 - DOCUMENTOS, ACORDOS E TRATADOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL-ARGENTINA.	122
QUADRO 22 - DOCUMENTOS, ACORDOS E TRATADOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL-PARAGUAI.....	124
QUADRO 23 - DOCUMENTOS, ACORDOS E MEMORANDO DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI	131

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO IDHM DE FOZ DO IGUAÇU NOS ANOS DE 1991, 2000 E 2010.....	76
TABELA 2 - EVOLUÇÃO QUANTITATIVA DA POPULAÇÃO IGUAÇUENSE NOS ANOS DE 1960 A 2016.....	77
TABELA 3 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL EM PUERTO IGUAZÚ - 1970/2016.....	83
TABELA 4 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE CIUDAD DEL ESTE ENTRE 1972 A 2016.....	86
TABELA 5 - CUSTOS POR INSTITUIÇÃO DO PROJETO DE MAPEAMENTO GEOLÓGICO E DE RECURSOS MINERAIS NA FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA-PARAGUAI-URUGUAI.....	111

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - PAÍSES DA TRÍPLICE FRONTEIRA: BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI .	2
MAPA 2 - LOCALIZAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA, NA AMÉRICA DO SUL	4
MAPA 3 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA TRÍPLICE FRONTEIRA	66

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ROTA DA EXPEDIÇÃO DE CABEZA DE VACA NO PARANÁ	72
FIGURA 2 - ZONEAMENTO URBANO DE FOZ DO IGUAÇU	78
FIGURA 3 - EVOLUÇÃO DE DOMÍNIO DO LOTE QUE ABRIGA ATUALMENTE O PARQUE DAS CATARATAS DEL IGUAZÚ E A CIDADE DE PUERTO IGUAZÚ.	82
FIGURA 4 - REIVINDICAÇÃO NA MÍDIA DE RENEGOCIAÇÃO DO TRATADO DE ITAIPU	99
FIGURA 5 - GEOLOGIA DA TRÍPLICE FRONTEIRA E A CRIAÇÃO DAS FOLHAS SH.21, SG.21 E SG.22	110
FIGURA 6 - 10 ANOS DE COPEFRON: NOVOS TEMAS FRONTEIRIÇOS EM DEBATE	113
FIGURA 7 - NOTÍCIA VEICULADA EM JORNAL LOCAL: SUGESTÕES PARA PROBLEMAS DE TRÁFEGO NA PONTE DA AMIZADE	114
FIGURA 8 - PROJETOS DO EIXO CAPRICÓRNIO, GRUPO 3 E RESPECTIVA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	134

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACI	Área de Controle Integrado
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ANDE	Administración Nacional de Eletricidad
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
ATIT	Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre
CITV	Certificado de Inspeção Técnica Veicular
CGU	Consultoria Geral da República
CI-UNILA	Comissão de Implantação da Unila
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CNI	Cidade Nova Informa
CODEFRO	Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço
COMECOM	Conselho de Ajuda Econômica Mútua
COPEFRON	Comitê Permanente de Fronteira Ciudad Presidente Stroessner-Foz do Iguaçu
CPF	Comitê Permanente de Fronteira Ciudad Presidente Stroessner-Foz do Iguaçu
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
COSIPLAN	Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento
CVJ	Comisión de Verdad y Justicia del Paraguay
DINATRAN	Dirección Nacional de Transporte
DGEEC	Dirección General de estadísticas, Encuestas y Censos
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DNM	Direção Nacional de Migrações
EID	Eixos de integração e Desenvolvimento
ELETOBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOAR	Fondo de Cooperación de Argentina
FOMERCO	Fórum Universitário do Mercosul

FSTF	Fórum Social da Tríplice Fronteira
FOZTRANS	Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GMC	Grupo Mercado Comum
GPS	Global Position System
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IET	Integração Econômica Total
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IMEA	Instituto Mercosul de Estudos Avançados
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MC	Mercado Comum
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MSAL	Ministerio de Salud de Argentina
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PICE	Programa de Integração e Cooperação Econômica
PPGSCF	Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras
PTI	Parque Tecnológico de Itaipu
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEGEMAR	Servicio Geológico Minero Argentino
SESU	Secretaria de Educação Superior
SGT	Subgrupos de Trabalhos
SIATE	Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência
SIS-Fronteira	Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras
SMS	Secretaria Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu
SMTU	Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu

SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
TEC	Tarifa Externa Comum
TIC's	Tecnologias da Informação e Comunicação
TTI	Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu
UA	União Aduaneira
UE	União Econômica
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UnaM	Universidad Nacional de Misiones
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZLC	Zona de Livre Comércio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
APORTES METODOLÓGICOS	11
1 A GLOBALIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO TERRITORIAIS.....	15
1.1 A GLOBALIZAÇÃO: PORMENOR HISTÓRICO, TEORIAS E CONCEITOS	15
1.2 INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: UM PROCESSO COMPATÍVEL COM A GLOBALIZAÇÃO	35
1.2.1 Noções gerais, conceitos e teorias da integração	36
1.2.2 Dimensões do processo de integração regional.....	40
1.3 GLOBALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO NA TRÍPLICE FRONTEIRA: DO GLOBAL AO LOCAL	54
2 AS TERRITORIALIDADES TRANSFRONTEIRIÇAS DA TRÍPLICE FRONTEIRA DE FOZ DO IGUAÇU (BRASIL), PUERTO IGUAZÚ (ARGENTINA) E CIUDAD DEL ESTE (PARAGUAI).....	60
2.1 A TRÍPLICE FRONTEIRA.....	60
2.2 A DESCONSTRUÇÃO DO <i>TEKOA GUASSU</i> PARA CONSTITUIR A TRÍPLICE FRONTEIRA	67
2.3 FOZ DO IGUAÇU (BRASIL).....	71
2.4 PUERTO IGUAZÚ (ARGENTINA).....	81
2.5 CIUDAD DEL ESTE (PARAGUAI)	84
3 OS MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO NA TRÍPLICE FRONTEIRA: INSTÂNCIAS TÉCNICAS, ACORDOS, TRATADOS, ATAS E DELARAÇÕES	87
3.1 A GEOPOLÍTICA E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA TRÍPLICE FRONTEIRA	87
3.2 MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO TERRITORIAL DA TRÍPLICE FRONTEIRA: AS INSTÂNCIAS TÉCNICAS	100
3.3 MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO TERRITORIAL DA TRÍPLICE FRONTEIRA: ACORDOS, TRATADOS, ATAS E DECLARAÇÕES	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS	141

INTRODUÇÃO

A trajetória de pesquisa inicia no ano de 2008 quando consegui um espaço no seletivo grupo de trabalhadores com atividades administrativas na Universidade Federal do Piauí – UFPI – Campus de Picos. A façanha obrigou-me a deixar a terra natal – Teresina – e viver o sertão árido piauiense.

A vida transcorria, mas cinco anos e cinco meses passados, as inquietações e anseios por novos desafios, conquistas e vivências, me pediam para mudar. Era num momento que fazia a necessidade de movimentar os meus anseios interculturais, a partir de novas experiências relacionadas: à interdisciplinaridade no agir; ao contato com o outro, com as distintas culturas; o viver a fronteira imaginária e concreta, pessoal e geográfica, enfim as práticas transfronteiriças.

Em julho de 2013, encontrei na lixeira do email uma mensagem oficial da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila – uma instituição de ensino superior criada em 12 de janeiro de 2010, na cidade de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do Estado do Paraná, já na fronteira com Puerto Iguazú, na Argentina e Ciudad del Este, no Paraguai. Soava bem a ideia de uma mensagem vinda de um lugar como este; meus anseios interculturais estavam em efervescência.

A missiva eletrônica trazia notícias sobre um pedido de redistribuição que se arrastava entre uma e outra burocracia nas dependências improvisadas da recém-criada Unila. Nas palavras escritas, eu li: “Informamos que o pedido de redistribuição foi deferido pelo Reitor da Unila e encaminhado, ontem, ao Reitor da UFPI para aprovação e posterior envio ao MEC”¹.

Ao transcurso e finalização do processo de redistribuição, me lancei em um mundo de pesquisas e leituras sobre a universidade e a cidade de Foz do Iguaçu, e não passou despercebida a Tríplice Fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai. Em tudo e sobre tudo era válida qualquer informação. Claro que certas notícias enfraqueciam o anseio por esta nova oportunidade vivencial, ao tempo que outras estimulavam mais o desejo de desafiar o novo, o desconhecido.

O Mapa 1 representa os três países da Tríplice Fronteira, a partir de uma visão geográfica na América do Sul.

¹ Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Redistribuição. Mensagem enviada por <progepe@unila.edu.br> em 31 de julho de 2013.

MAPA 1 - PAÍSES DA TRÍPLICE FRONTEIRA: BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI



FONTE: Josiel Alan Leite Fernandes Marques, 2017.

Sobre a Unila, instigou-me o Parecer do Relator, Deputado e conterrâneo Frank Aguiar, pela aprovação do projeto de lei 2.878/2008, que dispõe sobre a criação da Universidade:

E vai além de outras propostas de criação de universidades, pois seu alcance extrapola as fronteiras nacionais, promovendo a integração com os demais países da América Latina e, especialmente, os integrantes do Mercado Comum do Sul – Mercosul.

Em síntese, a criação da Unila constituirá um marco para o desenvolvimento da região e, por meio do intercâmbio cultural e científico, para a integração dos países latino-americanos (PARECER PROJETO DE LEI 2.878, 2008, p. 3)².

Dessarte, os rumos da pesquisa de mestrado estavam a serem traçados. Afinal, palavras e temáticas-chaves tais como: ‘fronteira, América Latina, integração, cooperação, Mercosul, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, intercâmbio cultural e científico e práticas transfronteiriças’ passavam de forma gradual a fazer parte do meu cotidiano e o foco destes objetos de pesquisa.

O Tema veio desenvolver-se na perspectiva da integração e cooperação na Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Paraguai; numa escala menor Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este. A problemática e os objetivos traçados alcançaram esse processo integracionista e cooperacionista tão necessário nesse território transfronteiriço.

O Mapa 2 representa a localização na América do Sul do território da Tríplice Fronteira, em específico na confluência do oeste paranaense, no Brasil, do nordeste argentino e do leste paraguaio.

² O site da Câmara dos Deputados disponibiliza *on-line* toda a tramitação do projeto de Lei 2.878/2008. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=384520>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

MAPA 2 - LOCALIZAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA, NA AMÉRICA DO SUL



FONTE: Josiel Alan Leite Fernandes Marques, 2017.

A problemática dessa questão nos induz a indagar: a Tríplice Fronteira é parte de um processo globalizador com implicações glocalizadas³ que em relação intrínseca às territorialidades transfronteiriças demanda ações conjuntas do Brasil, da Argentina e do Paraguai? Há relação entre essas ações e os circuitos de integração e cooperação territorial? Quais atos governamentais comprovam essa integração e cooperação no território da Tríplice Fronteira?

O objetivo geral deste trabalho consiste em: Analisar o processo de integração e cooperação territorial na Tríplice Fronteira e nas territorialidades transfronteiriças do Brasil, Argentina e Paraguai na perspectiva dos atos legislativos governamentais. Os objetivos específicos são os explicitados a seguir:

- a) Relacionar as territorialidades transfronteiriças entre a globalização e a integração e cooperação territorial;
- b) Identificar os mecanismos de integração e cooperação, tais quais os Acordos e Tratados, as Atas e Declarações ratificados bi ou trilateralmente entre os países envolvidos com circunscrição à Tríplice Fronteira;
- c) Historicizar os mecanismos de integração e cooperação celebrados entre 1966 a 2016 e inter-relacionados à geopolítica com o desenvolvimento territorial.

A pesquisa justifica-se a partir da observação destas territorialidades transfronteiriças onde é intenso e diverso o fluxo de pessoas, mercadorias, serviços e capitais, e por assim ser necessita de estudos aprofundados que caracterizem os elementos geográficos, históricos e políticos capazes de reconhecer os entraves e as potencialidades nos circuitos integradores e cooperadores.

As fronteiras, que geralmente estão afastadas geograficamente dos centros do poder político, são deixadas ao esquecimento e a escassez de estudos sobre algumas delas, como afirma Ganster *et al.* (1997) em seu trabalho sobre as fronteiras da América do Norte e da Europa; dificultam o estabelecimento de políticas que visem à integração e à cooperação transnacional. A pesquisa ora apresentada contribui com os estudos sobre essa Tríplice Fronteira, além da análise que relaciona a fronteira e o processo integracionista e cooperacionista a nível regional.

Os resultados deste estudo permitirão conhecer o atual processo de integração e cooperação territorial: as ações realizadas a nível governativo no que concerne à criação das Instâncias Técnicas e a elaboração dos documentos jurídicos e administrativos e suas

³ Termo utilizado por Robertson (1995) para definir as relações políticas, sociais, culturais e econômicas estabelecidas entre as duas escalas espaciais geográficas – a global e a local.

respectivas temáticas. De posse dessas informações, as planificações políticas, sociais, culturais e econômicas poderão ser traçadas com vistas a suprir as demandas locais e o aproveitamento de recursos e esforços.

A ideia de criação de uma universidade numa região de tríplice fronteira, como Brasil, Argentina e Paraguai pode sugerir um potencial de integração e cooperação entre esses países e reforçar os ideais do Mercosul. Este Bloco Econômico criado em 26 de março de 1991, pelo Tratado de Assunção, objetiva "consolidar a integração política, econômica e social entre os países que o integram, fortalecer os vínculos entre os cidadãos do bloco e contribuir para melhorar sua qualidade de vida" (MERCOSUL, 2015).

O Mercosul foi criado com um viés mercantilista e, portanto, não contemplava outros setores da sociedade de uma forma pontual. Mas um acordo econômico dessa magnitude que prevê a integração e cooperação regional no Cone Sul não poderia ficar à parte de problemas e também de potenciais que vivenciam os países membros, em especial os três que compõem a Tríplice Fronteira – Brasil, Argentina e Paraguai. A preocupação com alguns temas transversais passaram a fazer parte da agenda de diferentes fóruns de debates do Bloco Econômico, logo políticas e acordos bilaterais e multilaterais estão em implantação e ratificação. Alguns Subgrupos de Trabalhos – SGT merecem destaque dada a proximidade com os temas-chaves de nosso estudo. São eles: (SGT-1) Comunicações, (SGT-5) Transportes, (SGT-6) Meio Ambiente, (SGT-9) Energia e mineração e (SGT-11) Saúde.

A integração e a cooperação exposta e concretizada pela ratificação de Acordos e Tratados bilaterais ou até multilaterais, podem perpassar os setores básicos da sociedade, a exemplo daqueles que buscam o intercâmbio de habilidades culturais e científicas, que se fazem com características e significados representativos transdisciplinares e/ou interdisciplinares.

Um caso específico é a constituição da Unila, uma Universidade germinada no Instituto Mercosul de Estudos Avançados – IMEA. “A inauguração do IMEA-UNILA, ainda na fase de estruturação da Universidade, foi possível graças ao respaldo legal da Universidade Federal do Paraná – UFPR e do apoio efetivo da Itaipu Binacional e da Fundação Parque Tecnológico de Itaipu – PTI. O IMEA-UNILA foi a unidade precursora da Unila” (UNILA 2017). O IMEA foi criado a partir da assinatura em maio de 2007 de um convênio entre a Usina Hidrelétrica de Itaipu, a UFPR e a Universidade de Pisa, da Itália.

Por ocasião do 6º Fórum Universitário do Mercosul – FOMERCO, realizado em 2007, ficou decidido que a Unila deveria formar cidadãos comprometidos com a integração latino-americana. Em outras datas, o IMEA e Unila foram temas de discussão em reuniões do

Mercosul, como a XXXIII Reunião dos Ministros da Educação do Mercosul realizada em novembro de 2007, no Uruguai. Por constar na pauta de discussões, é possível afirmar que a causa era de interesse do Bloco Econômico e estava dentro de seu objetivo maior (UNILA, 2015).

Mas, entre todas essas descobertas animadoras sobre a Unila e os potenciais trabalhos que eu poderia desenvolver em um ambiente inter e transdisciplinar, e o envolvimento em que estaria submetido no processo de integração e cooperação numa região de tríplice fronteira, a ansiedade por conhecer mais esse território me sensibilizava a buscar informações sobre as cidades locais. Foi algo comum naqueles dias a procura por saber como seria a cidade de Foz do Iguaçu, e Puerto Iguazú, na Argentina; e porque não Ciudad del Este, no Paraguai? Sabia que numa moradia em Foz do Iguaçu, minhas relações se estenderiam além da fronteira, em outras palavras e parafraseando Cury (2010), a minha convivência numa conurbação transnacional haveria de gerar interpenetrações e interconexões políticas, sociais, culturais e econômicas.

As informações sobre as cidades da Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Paraguai obtive por intermédio de conversas pessoais e, sobretudo, ao utilizar da geografia virtual, em procuras cibernéticas, no ciberespaço das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC's. Nestas encontrei com maior vigor os sabores e dissabores de viver num espaço que se conflitam e se anulam, se constituem e se desfazem, se integram e se desintegram as relações regidas por distintas constituições, que muitas vezes são o principal obstáculo no processo de integração e cooperação territorial.

Ao conhecer, mesmo distante espacialmente, as interconexões e interpenetrações do território fronteiriço escopo dessa dissertação, passei a admitir que num lugar rico culturalmente onde se convive com diferentes aparatos tecnológicos, na afirmação de Cury (2010, p. 21) desde “os arcos e flechas dos índios aos *ipods* dos *nerds*”, pouco se tem feito para atingir o objetivo principal do Mercosul de integrar os eixos político, social e econômico. Isso porque o entendimento geopolítico entre os países em questão é falho.

Nessas redes cibernéticas, locais que dão vida ao ciberespaço, mas friso que este não substitui o espaço das relações sociais, dos símbolos e códigos representativos de uma cidade, de um povo, ao invés, permite publicar os trâmites e o resultado de um trabalho fruto das relações humanas (SANTOS, 2000), obtive informações diversas que foram basilares para a construção de indagações que nesse estudo foram respondidas.

Realizei esta busca por entre periódicos e jornais das cidades fronteiriças – Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este – que em suas versões *on-line*, corroborativas na

constituição da geografia virtual, noticiavam fatos com os quais as populações locais já conviviam há anos. Embora acostumadas com as situações expostas, a aceitação destas era inadmissível, pois se tratava de casos que afrontavam os bons ditames da nossa constituição federal. Por outro lado, a repetição dos fatos ainda não havia motivado a população e os governantes locais para unir forças e criar soluções, não mais com as flechas dos índios, mas agora com aquelas ferramentas que a sociedade está mais propícia a utilizar na contemporaneidade: as TIC's, a partir do uso dos *smartphones*, computadores, chips, sensores e da Rede Mundial de Computadores – a Internet, num processo de integração e cooperação territorial.

Para quê maior insipidez pensar e animar-se na possibilidade de degustar uma picanha argentina na cidade de Puerto Iguazú, mas desistir simples pelo fato do dissabor de enfrentar uma fila na alfândega que poderia custar até três horas de espera? Ou, ir a Ciudad del Este, no Paraguai, adquirir algum dos cobiçados eletrônicos, um *smartphone* quem sabe, mas perder um turno completo de um dia em filas para comprar, receber e testar o aparelho; e então uma quarta fila, já na aduana brasileira, para nacionalizar o produto? As TIC's não constituíram um aparato tecnológico útil para agilizar esses trâmites?

Histórias como essas e outras que relatam passagens camufladas para o outro lado da fronteira de pessoas procuradas pelas polícias brasileira, paraguaia ou argentina; infringência de leis de trânsitos por estrangeiros e que deixam o país sem pagar pelo ato. De acordo a legislação brasileira, isso é contravenção ao que rege a Lei Ordinária 9.503/1997 que institui o Código de Trânsito Brasileiro, sobre o ditame específico do artigo 119, parágrafo único, de que os “veículos licenciados no exterior não poderão sair do território nacional sem prévia quitação de débitos de multa por infrações de trânsito e o ressarcimento de danos que tiverem causado a bens do patrimônio público, respeitado o princípio da reciprocidade”. Estes atos eram, e são noticiados pela imprensa e demais pessoas, e caracterizam deficiência no processo de integração e cooperação territorial na Tríplice Fronteira.

As notícias a seguir foram retiradas de jornais e periódicos *on-line* eletrônicos que fazem uso das TIC's e, portanto, refletem bem alguns dos contratemplos vividos pela população da Tríplice Fronteira desde muitos anos ao presente:

‘Turistas enfrentam fila para atravessar fronteira com o Paraguai’.
Estamos aqui orientando o trânsito; fiscalizando e acompanhando o final da fila para que não aconteçam possíveis assaltos ou outro inconveniente aos usuários da rodovia. A movimentação tende a aumentar durante o dia, já que é feriado e muitos turistas ficam na cidade até amanhã, destacou Luiz Gênova, inspetor da PRF em Foz (CATVE.COM. FOZ DO IGUAÇU, 2013).

‘Problemas na fronteira com a Argentina são discutidos na SMTU⁴’.

O objetivo da reunião foi solicitar ao diretor argentino providências no sentido de se solucionar problemas de longas filas e morosidade para atravessar a fronteira, colocando-se como exemplo os fatos ocorridos no feriado de 15 de novembro, em que houve grande movimento de turistas, que demoravam 3 horas na fila de espera (PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU, 2013).

‘Filas na aduana argentina preocupam SMTU no feriado’.

O delegado Sérgio Rios informou que vai colocar todos os funcionários disponíveis trabalhando no período do feriado e farão o possível para diminuir o tempo de passagem dos visitantes ou dos trâmites aduaneiros (PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU, 2014).

‘Infrações de motoristas estrangeiros em Foz gera dívida milionária’.

Nos últimos anos, o desrespeito às leis de trânsito gerou quase 200 mil reais em multas que não foram pagas (G1. PARANÁ TV 1ª EDIÇÃO. FOZ DO IGUAÇU, 2016).

À exceção dos sabores de viver a Tríplice Fronteira, outras asperezas encontrei quando definitivamente aportei em Foz do Iguaçu para trabalhar e vivenciar uma das mais diferentes experiências já vividas.

Com esses fatos em mente e em contato no cotidiano, as inquietações teciam ideias e formulavam perguntas básicas em minhas divagações. Como essas contravenções seriam possíveis? Por que e como se repetiam? Algo já havia sido feito? Se não, então por quê? Onde estavam as tecnologias, e a integração e cooperação entre os países? Como poderíamos utilizá-las para diminuir ou mesmo dirimir muitos dos problemas que atormentavam a população?

Os problemas das filas nas aduanas brasileira, argentina e paraguaia; os casos de mortes e assaltos na Tríplice Fronteira que revelam deficiências na segurança, e as infringências de leis podem ser resolvidas com o uso de tecnologia. Esta, estruturada na forma de sistemas em rede que interconecte os três países e sejam operados e monitorados pelos governos e cidadãos comuns, de forma integrada e de cooperação mútua nas distintas e diversas esferas da sociedade.

No contato com os numerosos problemas e na procura por soluções, percebi que a Tríplice Fronteira é dinâmica e tratá-la em estudo sob apenas um olhar poderá não satisfazer a um único objetivo. A proposta inicial desta pesquisa visava relacionar os problemas e soluções no setor médico-hospitalar ao analisar a dinâmica do processo de integração e cooperação regional na área da Saúde. Porém, por meio de leituras, colecionei uma plêiade de

⁴ SMTU – Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu

ideias e perguntas que não conseguiram se restringir a um setor da vida humana somente. Os fatos e os problemas da Tríplice Fronteira estendem-se a outros setores da sociedade e carecem de uma aplicação interdisciplinar, de forma transdisciplinar que transcende e perpassa pela complexidade da multidisciplinaridade.

A interdisciplinaridade tem a função de apaziguar, ao tempo que sugerir e unir todos os saberes e práticas transfronteiriças e, sob diferentes olhares de cidadãos, geógrafos, historiadores, administradores, economistas, advogados, psicólogos, engenheiros civis, da cartografia, da informática, todos possam lançar soluções numa espécie de integração e cooperação de conhecimentos e agir. Essa prática interdisciplinar é, indubitavelmente, a metodologia para trabalhar a fronteira.

O processo complexo de conhecimento e ação deve ser desvencilhado pela interdisciplinaridade que numa expressão crítica do saber enfrenta os problemas do cotidiano de um território transfronteiriço onde a cooperação de especialistas é necessária para um entendimento ético e político,

conclui-se que a interdisciplinaridade é uma maneira complexa de entendimento e enfrentamento de problemas do cotidiano, instrumento e expressão de uma crítica do saber, que integra e renormaliza as disciplinas em articulação ou cooperação e as profissões delas decorrentes. A inter é inicialmente a cooperação entre especialistas que a divisão do trabalho separou, e concretiza ao final a íntima relação entre conhecimento e ação. Ela desenvolve-se a partir da incompetência em tratar a descontinuidade do objeto, e esta deve ser reconhecida pelos profissionais, o que implica num posicionamento ético e político compartilhado. Exige, portanto, diálogo e negociação para definição das competências necessárias para a resolução dos problemas enfrentados (SCHERER; PIRES, 2011, p. 60).

Com essa dinamicidade e o vasto território da Tríplice Fronteira, nas escalas que incluem as cidades trigêmeas⁵ de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este, vi-me obrigado a ampliar o tema, sem mudá-lo. Percebi a possibilidade de trabalhar a Tríplice Fronteira numa perspectiva ampla que me deixasse percorrer além da área da Saúde sobre os demais setores da sociedade. Numa junção, abriguei aos meus objetivos a proposta de também trabalhar outras vertentes igualmente importantes, como governo, sociedade, economia, mobilidade e qualidade de vida, tudo na perspectiva integracionista e cooperacionista numa identificação de mecanismos de integração e cooperação, que se fazem nas formas de Instâncias Técnicas e documentos jurídicos e administrativos – Acordos, Tratados, Atas e

⁵ Para Cury (2010, p. 23), cidades trigêmeas são aquelas que compõem uma realidade única, fruto de uma relação complexa de aproximações e contraditória marcada por tensões que geram um mundo vivido do real em detrimento daquilo que pressupõe como ideal. Cidades trigêmeas são marcadas por atitudes de quem as vive, com políticas públicas distintas ou não; pois no conjunto de cidades transfronteiriças é marcada, sobretudo pelo território que dá identidade ao povo que nelas vive.

Declarações – que circunscrevem à Tríplice Fronteira; que criam e modificam as territorialidades transfronteiriças.

Nessa perspectiva, o Programa de Mestrado interdisciplinar oferecido pela Unioeste – se fez berço ideal para desenvolver os estudos transfronteiriços. Com foco em Sociedade, Cultura e Fronteiras, o Programa *Stricto Sensu* ao dispor de metodologia e técnicas específicas,

se propõe qualificar profissionais que desenvolvam, durante o processo de formação, capacidades para coordenar estudos e pesquisas transfronteiriços, na perspectiva de ultrapassar as fronteiras geopolíticas. Estudos que digam respeito à ocupação de um território localizado na fronteira e aos conflitos que daí resultaram; à implantação de projetos de colonização e de obras como a Usina de Itaipu; ao desenvolvimento de movimentos e outras organizações sociais, tais como cooperativas, complexos agropecuários e agroindustriais; à questão indígena e de gênero frente ao movimento de colonização; às relações de trabalho tais como as obragens, típicas da região e ao cotidiano dos colonizadores; às relações com os países vizinhos (Paraguai e Argentina) e à perspectiva do Mercosul (UNIOESTE, 2017)⁶.

Os estudos e pesquisas transfronteiriços citados e que implicam em análises sobre o avanço de fronteiras, à ocupação e embates territoriais, aos projetos de integração e colonização como a Usina de Itaipu são peculiares à linha Território, História e Memória que se “investigam os artefatos culturais como forma expressiva e interativa de experiências individuais e coletivas para dimensionar espacialidades, o fronteiramento e a territorialidade” (UNIOESTE, 2017)⁷.

O tema planeado nesta pesquisa alude integral ao estabelecido na proposta do Mestrado, o que justifica a opção por desenvolvê-lo neste Programa.

APORTES METODOLÓGICOS

Com a problemática exposta, os objetivos e o tema relacionados a integração e cooperação territorial, uma proposta metodológica passível de ser seguida, mas ampliada para abarcar todas as possíveis ideias, foi constituída.

⁶ Disponível em: <<http://portalpos.unioeste.br/index.php/soc-apres>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

⁷ Idem.

A metodologia utilizada foi apoiada nas pesquisas bibliográfica e documental a fim de obter informações concretas sobre o estado da arte dos temas-chaves indicados para a pesquisa como a globalização, a integração, e a cooperação na Tríplice Fronteira. “A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos”, enquanto que a pesquisa documental “recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc” (MATOS; VIEIRA, 2001, p. 40).

A coleta de documentos da legislação (jurídicos), como os Decretos, as Leis, os Acordos e os Tratados; e documentos administrativos, como as Atas e as Declarações em instituições federais dos três países, tais como os Ministérios das Relações Exteriores e as Embaixadas, embasaram o estudo e contribuíram na análise do processo e do estado de integração e cooperação na Tríplice Fronteira.

A temporalidade está implícita na análise de documentos legislativos governamentais e administrativos celebrados entre os três países, e que datam dos anos de 1966 a 2016, cujas indicações, relações e influências circunscrevem as três Nações da Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Paraguai.

De forma detalhada a pesquisa foi desenvolvida com esta metodologia nessa sequência de etapas:

- a) Investigação bibliográfica e documental. Nesta conjuntura, fez-se o apanhado da literatura científica em meios físicos e eletrônicos nas formas de revistas científicas e livros; e a documental em bancos de dados do Mercosul, do Governo Federal, do IBGE, da CPRM, da Prefeitura de Foz do Iguaçu, da Municipalidad de Puerto Iguazú, da Municipalidad de Ciudad del Este, da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, do MRE e das Embaixadas dos três países.
- b) Apreciação, compreensão e seleção da literatura coletada, seguida de leitura, sublinhados e fichamentos sobre os temas propostos para discussão. Nesta ocasião, foram selecionados os autores de maior credibilidade segundo a crítica e a quantidade de trabalhos com citação; e para os documentos, eleitos os Acordos, Tratados, Atas e Declarações de integração e cooperação ratificados bi ou multilateralmente na Tríplice Fronteira.

- c) Identificação dos mecanismos de integração e cooperação, tais quais Instâncias Técnicas na forma de Conselhos, Comissões, Grupos, Comitês e Fóruns; dos Acordos, Tratados, Atas e Declarações bi ou trilaterais de integração e cooperação entre os países envolvidos. Nesta etapa foram delimitadas as Instâncias Técnicas de integração e cooperação, bem como os Acordos, Tratados, Atas e Declarações ratificados circunscritos à Tríplice Fronteira.
- d) Historicização dos acordos e cooperações inter-relacionados a geopolítica com o desenvolvimento territorial. Neste âmbito, foi discorrido sobre os principais enfoques de cada mecanismo de integração e cooperação – Instâncias Técnicas, Acordos, Tratados, Atas, Declarações – circunscritos à Tríplice Fronteira.

Como percebido a relação é feita entre os temas-chaves integração e cooperação territorial. Para tratar desses temas, recorreu-se aos fatos e fatores que contribuíram para se chegar a tais. Dessarte a globalização foi um tema relevante, assim como a historicização da Tríplice Fronteira e as cidades trigêmeas de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú, e Ciudad del Este. Estes temas foram distribuídos ao longo dos três capítulos que compõem esta dissertação.

O primeiro capítulo é o resultado do levantamento bibliográfico e de sua análise expressados na primeira etapa e em parte da segunda etapa dessa pesquisa. Nesta análise do estado da arte das temáticas apostas segundo a produção bibliográfica pesquisada, e no intuito de estreitar o foco para a Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Paraguai, percebe-se que para dissertar sobre integração e cooperação deveria antes tratar de um tema universal – a globalização. Dessa forma, introduz detalhes capitais sobre este tema que vão do pormenor histórico de cunhagem do termo, perpassa pelas teorias até culminar nos distintos conceitos de globalização, que contribuem basilar para a compreensão da integração e da cooperação territorial na Tríplice Fronteira. Assim, esses temas levam a classificar os estágios, bem como as tentativas de integração, a exemplo dos blocos econômicos, especificamente o Mercosul.

O segundo capítulo refere à caracterização da área de estudo, ao resgate dos conhecimentos sobre fronteira e o processo histórico de formação da Tríplice Fronteira escopo desse trabalho. Na sequência, os elementos geográficos das cidades trigêmeas de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este foram abordados.

No terceiro capítulo aponta para a análise pormenorizada por meio da identificação e historicização dos mecanismos de integração e cooperação criados, tais quais as Instâncias Técnicas, os Acordos, Tratados, Atas e as Declarações ratificados e que circunscrevem à

Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Paraguai. Inevitável se fez a citação dos enfoques principais da geopolítica dos países envolvidos.

1 A GLOBALIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO TERRITORIAIS

A globalização tais quais os processos de integração e cooperação territoriais são pluridimensionais, percebidos ao criar e modificar os aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos de uma ou de várias nações contíguas ou não. Tais processos são de maneira histórica e evoluem de forma desigual nas diferentes regiões do globo, e se manifestam de acordo com os interesses de cada governo e seu povo.

Neste capítulo será abordada a globalização em seu aspecto historiográfico de cunhagem do termo, perpassa pelas teorias que buscam interpretar e indicar em que momento da história humana surgiu o processo globalizador e discutimos alguns conceitos considerados capitais na linha de compreensão desta pesquisa. Na sequência, a integração e a cooperação territoriais são tratadas como fenômenos compatíveis com a globalização, e as noções gerais são discutidas relacionadas às teorias, aos conceitos, dimensões e classificação dos fenômenos integrador e cooperativo.

Essa discussão é necessária para que ao estreitarmos a análise para a Tríplice Fronteira possa-se compreender as relações transfronteiriças entre a globalização e a integração e cooperação locais que instituíram as Instâncias Técnicas e geraram os Acordos, Tratados, Atas e Declarações circunscritos a esse território.

1.1 A GLOBALIZAÇÃO: PORMENOR HISTÓRICO, TEORIAS E CONCEITOS

Os estudos científicos já assimilados ao longo dos muitos períodos acadêmicos que cursamos insistem na ideia de que a existência humana data de há 2,4 a 1,5 milhões de anos. A historiografia é narrada com a afirmação de que em períodos remotos, os homens se organizaram de uma forma que os levou, aos poucos, às descobertas e conquistas. Se a admitirmos como verdadeira, para a concretude de tais feitos, a inquietação humana foi decisiva. Em suas ações de buscas, descobrimentos e conquistas foram incorporando terras, comidas e dando ação às relações sociais, culturais e econômicas. Diante dessas façanhas, já poderíamos falar de um fenômeno global, embora de pequena magnitude, mas de uma força capaz de avançar fronteiras as mais distantes e distintas possíveis; de criar e modificar

territórios e redes; de influir positiva ou negativamente no meio ambiente, e na organização da sociedade.

Os estudos simplificados do fato, afirmam que há autores divergentes quando o assunto é a origem da globalização. É uma tentativa muitas vezes carregada de ideologias pessoais na qual suas imaginações ensaiam sobre como, quando e qual o fato cerne do fenômeno global. Sobre isto, Al-Rodhan (2006) utiliza a expressão ‘agendas ocultas’ que refere às ideologias e situações vivenciadas por um indivíduo e que o induz a dar interpretações singulares aos diversos fenômenos cotidianos. Estas reações pessoais podem não revelar a substancial autenticidade e realidade, mas produz confiança em quem as praticam ou enunciam. Para o autor, as ‘agendas ocultas’ são: “a ideologia política de um indivíduo, a localização geográfica, o *status* social, a formação cultural, e a afiliação étnica e religiosa. No caso específico dessa pesquisa, as agendas ocultas fornecem a fundo aquilo que determina como a globalização é interpretada por um e outro estudioso.

Alguns afirmam que a globalização surgiu quando do aparecimento do homem e sua evolução na Terra; outros acreditam que é fruto das conquistas dos antigos Impérios; e existem os que afirmam que houve a partir do encontro entre duas culturas; e, por fim, os que radicalizam que a globalização nasceu no século XX e é um estágio do capitalismo. Visto dessa forma, não há consenso, mas vale segurar-se em alguma das quatro teorias contemporaneamente aceitas (DELGADO; FEIJÓO, 2006).

Antes de passarmos para a análise dessas teorias, faz-se necessária a compreensão da historicidade de cunhagem do termo globalização.

É interessante observar no decorrer da análise do processo histórico de cunhagem do termo: a distinção entre globalização como um processo ou fenômeno, e como uma simples e pura palavra. A diferenciação se dá quando para a primeira – como um processo ou fenômeno – há a necessidade de conceituar o termo. Nesta acepção envolvem ideologias, as agendas ocultas. Para a segunda, a palavra em si seria apenas um clichê, desprovida de qualquer significado ou, teria um sentido, porém, insignificante ou que refletisse algo momentâneo, sem um histórico. Para conceituar, havia a necessidade de alinhar aquela palavra aos fenômenos globais e à historicização:

El primer elemento que debemos tener en consideración cuando hablamos de globalización es que en sus manifestaciones más básicas comporta todos los rasgos de un proceso, o sea, la de ser un fenómeno concebido como activo y organizado espacialmente en el largo tiempo (VENGOA, 2002, p. 94).

É outro fato observável a ideia de que o processo globalizador carrega uma considerável historicidade, muito embora, contemporaneamente, não se haja vista um conceito que defina em sua totalidade o termo. O que comprova parte dessa historicidade são os trabalhos de observação de pensadores e os estudos de intelectuais, tais como Políbio e Montanari que, já em séculos passados, escreviam e discursavam sobre fenômenos que atingiam proporções globais, sem, no entanto, utilizar termo algum para descrevê-los, tampouco conceituar.

Os exemplos se deram quando Políbio entre os anos 200-118 a.C. evidenciou interconexões nas conquistas do Império Romano; mais tarde, no século XVII, precisamente em 1683, Geminiano Montanari utilizou o termo “aldeia global” que viria a ser amplamente aceito. No século XIX, Karl Marx em trechos de algumas de suas obras procurou descrever o fenômeno da globalização; por fim, já no início do século XX, em 1910, Norman Angell falou sobre a interdependência que as fronteiras passaram a conviver (VENGOA, 2010, p. 17-21).

Estes seriam destaques para comprovar a existência do fenômeno globalizador e o processo pelo qual está a passar desde sua criação. Mas a análise de cunhagem do termo deve considerar aquilo que passou a chamar-se de fenômenos novos e que assim nos remetem ao final dos anos 1970 e 1980, notadamente com a Queda do Muro de Berlim e o desmembramento da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS (FUINI, 2013, pág. 51). Porém, para uma compreensão detalhada do que foram estes dois eventos globais é necessário que retornemos ao fato que os ocasionou. Por conseguinte, a análise deve agora partir dos momentos final e pós Segunda Guerra Mundial, nos quais surgiram consideráveis mudanças em diversas áreas, o que vieram a influir na cunhagem e utilização do termo globalização. Isso porque muitas alterações foram impostas ou rearranjadas nos mais distintos cenários seja político, social, cultural, jurídico, e especialmente do econômico.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América, principal beneficiado da Guerra e na condição de potência mundial, já procurava meios de angariar benefícios financeiros ainda mais vantajosos. Isso se tornou claro quando em 1944, um ano antes do término da hostilidade, aconteceu naquele país a Conferência Internacional de Bretton Woods. Na ocasião foram criadas as instituições: a Organização Mundial do Comércio – OMC, o Fundo Monetário Internacional – FMI, e o Banco Mundial, no intuito de financiar países com problemas financeiros. Esta última estava fortemente ligada a uma estratégia que analisava a aparente situação econômica dos países envolvidos no conflito.

Um ano após, já ao final da guerra, a Europa vivia uma verdadeira devastação e sua economia arrasada era um dos fatores mais preocupante. Com o pretexto inicial de ajudar

econômica e financeiramente na reconstrução e recuperação da Europa, os Estados Unidos da América prosseguiram estrategicamente com a criação e implantação do Plano Marshall, em 1947. A URSS que também deveria se beneficiar do Plano, recusou alegando que se tratava mais de uma ação de dominação econômica e política do que de ajuda econômica. Anos depois, em 1949, a URSS, por seu representante Stalin, criou o Conselho de Ajuda Econômica Mútua – COMECON, com a mesma função econômica de seu homônimo FMI.

A Alemanha na condição de derrotada havia sido dividida em quatro zonas que ficaram sob responsabilidade de quatro países, respectivamente – Estados Unidos da América, URSS, França e Inglaterra. Este sistema tornou o país, então dividido, palco de um dos maiores acontecimentos globais.

As constantes e crescentes divergências entre Estados Unidos da América e URSS levaram à divisão da Alemanha em duas. O símbolo e principal fronteira nesta divisão foi o erguer de um muro em 1961 na cidade de Berlim, onde de um lado convencionou-se chamar de Alemanha Oriental ou República Democrática da Alemanha, liderada pela URSS; e de outro, de Alemanha Ocidental ou República Federal da Alemanha, liderada pelos Estados Unidos da América. Mas esta divisão não era apenas a nível local, suas consequências ganharam dimensões globais e culminaram na divisão do mundo entre aqueles dois países.

As divergências entre as duas Nações, que à época se apresentavam como grandes potências foram surgindo a partir da tentativa de impor presença e influência em suas respectivas zonas de domínio. Essas intransigências culminaram por criar um conflito no qual não houve confronto direto e armado e que se convencionou chamar de Guerra Fria.

Segundo Biagi (2001), a questão à época era de segurança. Em suas palavras:

As superpotências estabeleceram, portanto, “esferas” de influência para sua segurança e domínio. Tanto uma potência quanto a outra tentavam impor a sua presença e influência dentro das suas “esferas” e, ao fazê-lo, procuraram dividir o mundo do pós-guerra entre si. Logicamente que as superpotências procuraram também intervir uma na “esfera” da outra por razões específicas, quase sempre ligadas a seus problemas internos ou estratégicos (como no Oriente Médio, por causa do petróleo). Tal dinâmica foi a essência da Guerra Fria [...]” (BIAGI, 2001, p. 69).

A perspectiva naquele momento era a de um mundo bipolar, no qual de um lado os Estados Unidos da América difundia a ideologia capitalista; e de outro, a URSS com o socialismo. Mas essa bipolaridade não existiria por muito tempo, isso porque na década de 1980, a URSS entrou em declínio econômico e tecnológico e viu muitos de seus países membros se desvincularem do comunismo. Assim, em 1989, o muro que dividia a Alemanha

entre socialista e capitalista – o muro de Berlim – veio ao chão e logo mais tarde, em 1991, a União Soviética foi extinta.

O conhecimento e a compreensão de todos esses fatos são essenciais para o entendimento sobre o processo de cunhagem do termo globalização, bem como de sua utilização ideológica. Haja vista que para alguns autores todo o processo durante e após Segunda Guerra, principalmente às ações estadunidenses, se traduzem numa continuação da Guerra Fria, apenas com um véu diferente – o da globalização.

Biagi (2001), embasado por outros autores acredita que:

A globalização não passa da continuidade da Guerra Fria em outros termos: antes, os Estados Unidos utilizavam-se de intervenções e golpes para impor a sua hegemonia; na ‘Nova Ordem Mundial’, utilizam-se da lógica do mercado e das bolsas de valores (BIAGI, 2001, p. 104).

E continua ao afirmar que o inimigo não é mais o socialismo, sendo assim, os Estados Unidos da América encontraram uma nova justificativa para manter sua hegemonia econômica: a globalização que obriga a todos os países a seguirem seu modelo econômico.

A Segunda Guerra Mundial tornou o mercado financeiro nacionalmente segmentado e regulamentado pelo poder público nacional. Isso levou a apropriação do termo globalização para se referir à reintegração desse mercado num mercado global único e desregulado (ARRIGHI, 2003, p.14).

O termo globalização foi introduzido visando justificar a mudança do sistema global vigente para outro sistema descentralizado e controlado pelo mercado, com condições financeiras mais voláteis ao tempo que instáveis.

Dos acontecimentos históricos e globais analisados percebe de forma clara a substituição das questões políticas para a economia, a partir do motim que resultou na Segunda Grande Guerra Mundial – os regimes totalitaristas radicais tais como o nazismo e o fascismo, e a invasão da Polônia por parte da Alemanha numa tentativa de conquista territorial – e ocasionou diversos eventos de magnitudes globais que culminaram em tomadas de medidas econômicas. Essa era a ideologia que fermentava à época e, por isso, convencionou-se vincular ao termo globalização. A consequência foi que este fenômeno ganhou maior destaque na área econômica.

É comum encontrarmos nas bibliografias existentes sobre o tema globalização, o atrelamento deste termo às ideias econômicas, e isso já se sabe por que foi neste setor da sociedade onde ficou mais evidente o fenômeno. Mas o processo em si é antigo, complexo e passivo de muitas interpretações. É fato ressaltar, que o termo durante décadas sofreu o

processo de cunhagem e nesse ínterim, ideologias foram lançadas e a superação de palavra clichê se aproximava.

Dessa forma, apesar das citações históricas sobre fenômenos globais, a literatura enfoca que as tentativas de se referir ao termo globalização só começaram a ser cunhadas no final dos anos de 1950, com significados econômicos. Sem implicações hierárquicas ou de evolução para o termo globalização, a primeira tentativa foi registrada em 1958, na forma *globalised*. Em seguida, em 1968, passou a ser utilizado concomitantemente o termo francês *mondialisation*. Durante este tempo, a globalização não era ainda considerada um fenômeno, e o termo era apenas uma simples e pura palavra descarregada de qualquer ideologia (VENGOA, 2010).

Contudo, apenas na década de 1980, é que surge o primeiro trabalho que faz referência ao termo globalização. Trata-se do "*The Globalization of Markets*", de Théodore Lewitt, publicado na *Harvard Business Review*, em junho de 1983 (LA GLOBALIZACIÓN, 2004). O autor, economista de formação, associou o termo ao marketing e às mudanças implicativas no mercado: "a nova tecnologia, o que tem 'proletarizado' a comunicação, os transportes e as viagens, criou uma nova realidade comercial – a emergência de mercados globais para produtos de consumo padronizados" (TEDLOW; ABDELAL, 2004, p. 12).

A ideia de globalização refere a um marketing além das fronteiras numa visão qualitativa em detrimento à quantitativa. Consiste na capacidade transformadora e não no aumento do comércio. Para a assimilação, Lewitt estabeleceu distinção entre globalização – que implica atividades econômicas com avanços de fronteiras –, e internacionalização – que resulta num aumento de transações pelas fronteiras das Nações, cujas são controladas por governos. Para Lewitt, "globalização" é um conceito que descreve muito mais do que apenas um aumento no intercâmbio econômico através das fronteiras; ele descreve uma mudança no caráter dessas trocas, que, em seguida, transforma as sociedades envolvidas na troca (TEDLOW; ABDELAL, 2004, p. 25-26).

Para uma compreensão do termo globalização apresentado na obra de Lewitt, o Quadro 1 dispõe as principais relações de distinção entre os dois vocábulos trabalhados pelo autor – globalização e internacionalização.

GLOBALIZAÇÃO	INTERNACIONALIZAÇÃO
implica atividade econômica na ausência de fronteiras nacionais.	implica um aumento do número de transações através das fronteiras dos Estados-Nação.
é convergente e transformadora.	é divergente e aditiva.
é uma descrição de nova espécie de densidade de interações econômicas entre as sociedades.	implica uma redução das restrições nacionais no intercâmbio comercial.
resultado de convergência das preferências dos consumidores que são, cada vez mais, membros de uma sociedade global.	resulta do comportamento das empresas e governos em uma economia meramente internacional.
é sobre os novos tipos de relações e novos tipos de agentes econômicos.	ênfatisa o comportamento e os atributos dos atores tradicionais, como empresas multinacionais e governos nacionais.

QUADRO 1 - DISTINÇÃO ENTRE GLOBALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

FONTE: elaborado pelo autor com base no trabalho de Tedlow; Abdelal, 2004, p. 26-27. 2016.

A partir desta publicação novas obras surgiram ao longo das três últimas décadas do século XX e início do XXI, retratando fenômenos que contemporaneamente são interpretados como globais.

É válido ressaltar que o termo de origem inglesa – *globalization* –, em português globalização –, passou a ser utilizado em detrimento ao termo de origem latina *mondialisation*. Alguns autores acreditam que haja distinção entre ambos vocábulos; outros afirmam que além da distinção, um fator contribuinte para a utilização do termo anglo-saxônico foi a especulada supremacia do inglês sobre o idioma francês.

Embora não seja necessariamente verdadeira e inteligível, Ortiz (2004) afirma categórico: “diria que no contexto da globalização o inglês deixa de ser estrangeiro, algo que se impõe de fora, para constituir-se num idioma interno, autóctone à condição da modernidade-mundo” (ORTIZ, 2004, p. 10).

Dentre alguns dos motivos que levaram estudiosos, em especial os das Ciências Sociais, a utilizar de forma mais recorrida o termo globalização a partir da década de 1980, está a possibilidade de expressar-se em escala maior; dar sentidos a fenômenos novos de conotação global. Vemos esta perspectiva em Vengoa (2010), quando afirma:

Algunas de las razones que condujeron a su popularización consistía en que era un término provocador que, por el tipo de representación que despertaba, inducía a que se operaran cambios en las escalas de análisis y en los niveles de observación, además de servir de argumento para explicar varias de las transformaciones que estaba experimentando el mundo, las cuales no podían ser explicadas adecuadamente con el utillaje conceptual entonces en boga, y permitía redefinir las posturas intelectuales y políticas

o, en su defecto, proporcionaba una excelente coartada para endosarle todo aquello que “racionalmente” no podía ser explicado en términos convencionales (VENGOA, 2010, pág. 24-25).

Pela análise e relação com as palavras do autor é correto afirmar que a ideologia econômica contribuiu no processo de conceituação do termo, muito embora não se haja vista um conceito que determine na sua totalidade o que se pretende com o termo globalização, uma vez que esta não é apenas uma referência à micro ou à macroeconomia de um país ou de diversas nações. Há que incluir as ideias políticas, sociais, científicas, jurídicas e culturais, das artes e dos esportes. Sobre isto, interessante anotar o que Strazzacappa e Montanari (1998) em sua apresentação, discorrem: “[...] lembrando que ela [globalização] não é patrimônio da economia, e nem está por aí há pouco mais de uma semana. É um fenômeno que existe desde que o homem descobriu que tinha semelhantes por toda a parte”.

Não obstante aos tentames de conceituar um termo tão elusivo, porque para a didática há a necessidade de dar significados aos processos, a literatura enfoca as perspectivas nas quais se assentam as ideias de um e outro autor. Dessarte diversos estudiosos, que serão citados na sequência, tomam como base as Teorias da globalização. Estas buscam explicar a partir da análise de acontecimentos históricos o que impulsiona o processo de globalização.

A princípio quatro teorias são identificadas, a saber: Teoria do Comércio, Teoria da Modernização, Teoria da Tecnologia e Teoria do Capitalismo. Todas procuram determinar períodos na história importantes para o processo da globalização, e dessa forma datam a origem do fenômeno em distintos séculos. Vale a ressalva que tais teorias são na contemporaneidade alvos de duras e constantes críticas por parte de um e outro adepto das teorias opostas (MARTÍN-CABELLO, 2014, p. 337), mas isso é plenamente aceitável e faz parte da constituição da ciência, uma vez que aquelas são apenas, ainda, teorias.

A primeira suposição, a Teoria do Comércio, prevê o início do processo de globalização nos anos 3.000 a 2.000 a.C. e, para embasá-la faz-se necessário citar o aumento histórico das relações comerciais de forma global, livre e autorregulável, impulsionado pela destreza natural do ser humano em efetuar trocas. Nesta teoria há que se destacarem duas escolas: a Neoclássica-Monetarista e a Austríaca. Embora ambas tenham divergido em alguns aspectos, corroboram a mesma ideia de que a globalização é fruto das trocas comerciais que se fazem naturalmente sem a intervenção do Estado, o que concretiza o livre comércio e induz à criação de blocos econômicos no cenário mundial.

A Teoria do Comércio parece não se sustentar em momentos de guerra ou de depressão econômica quando os países se tornam mais protecionistas e fecham seus

mercados. A prova que se tem é quando se observa a forte retração desta durante as duas grandes guerras mundiais, e o retorno em voga no pós-guerra com uma nova abertura do mercado, a partir dos ideais do liberalismo que implicam numa abertura econômica com possibilidade de livre circulação de mercadorias, serviços e capitais, ou seja, uma redução de barreiras entre países.

Este assunto particularmente nos interessa pelo fato de que a partir de tais ideias culminou com a fixação do Mercosul, como um mega projeto desenvolvido no cone sul do continente americano, o qual faz parte de uma estratégia ampla de acordos geopolíticos, integracionistas e cooperacionistas de âmbitos político, social e econômico que geram novas territorialidades estabelecidas como forma de união, cooperação e desenvolvimento para uma melhor qualidade de vida e sustentabilidade dos povos na América Latina (CURY, 2010, p. 131).

A segunda hipótese, a Teoria da Modernização está calcada em duas vertentes – a Modernizadora e a das Modernidades múltiplas. A primeira, a vertente Modernizadora, pregava que a modernidade surgida na Europa haveria de ser o único caminho para o desenvolvimento. Dessa forma, todos os países, e incluem os não-ocidentais, deveriam suplantar seus entraves políticos e culturais e aderir à modernidade europeia, isso se quisessem lograr o desenvolvimento. Mais tarde, houve a eminência do Japão e a instituição dos chamados Tigres Asiáticos (Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura) na década de 1970, países esses não ocidentais que estavam a desenvolver distintamente daquilo que pregava a vertente Modernizadora. Diante do descompasso, surgiu a vertente das Modernidades múltiplas, que aceitava diferentes caminhos para se chegar à modernidade mesmo vivenciando sistemas políticos e culturais diversos.

Calcada nas duas vertentes, a Teoria da Modernização prega em sua forma geral que a globalização iniciou entre os séculos XV e XVI, especificamente em 1.500. Nega que o processo da globalização tenha surgido a partir da ideia de que o homem possuidor em seu bojo de uma habilidade natural para comercializar tenha iniciado suas trocas mercantis e a expansão comercial. Nesta teoria, nada se relaciona a qualquer habilidade humana para o comércio, mas a partir de outras instituições ditas modernizadoras que implicariam em criação de políticas e valorização da cultura; seria algo além de economia, mas claro, as técnicas comerciais seriam importantes.

Essa modernização se deu na Europa a partir da implantação dos ideais da democracia, da instituição de leis e de um modelo dito civilizatório expandido a países além-ocidente. Essa

história coincide com o momento das Grandes Navegações⁸, iniciado por portugueses e espanhóis e seguido por holandeses, franceses e ingleses. Nessa globalizadora empreitada, foram erguidos impérios além-oceano e intensificadas as trocas comerciais e o fluxo de pessoas, embora muito disso sem o consentimento pessoal, pelo que se exemplifica com o caso de africanos tratados como escravos e trasladados de seus países para outros, como o Brasil.

Esta teoria é redutiva quando transmite a ideia de que a globalização surgiu de um fato isolado fruto da cultura de um povo. Atrela-se o processo globalizador à instituição da modernidade, que por sua vez teve início no ocidente, especificamente na Europa, como indica alguns teóricos. Ao afirmar que o modelo civilizatório ocidental se expandiria e se incorporaria em outras civilizações além-ocidente, estaríamos diante de uma ideia muito mais de aculturação⁹ que de globalização. Por outro lado, quando Martín-Cabello (2014), afirma que além da relação do comércio, a negociação pessoal supõe uma incorporação do social e do cultural, somos levados a sopesar que a incorporação dita é muito mais necessária porque é tangível ao fato negociador que uma suposta aculturação:

En consecuencia la globalización además de comercio internacional y flujo de mercancías, capitales y personas supone cambios técnicos, políticos, sociales y culturales que son incorporados através de una compleja negociación - no simplemente de "descargas" selectivas - en las culturas occidentales (MARTÍN-CABELLO, 2014, p. 343).

Como uma terceira ideia sobre a origem do processo de globalização, há a Teoria Tecnológica que induz ao pensamento de que o fenômeno teria iniciado em 1.800 e não seria influenciado pelos dotes humanos e nem pela política e cultura de um povo, mas pelas técnicas desenvolvidas como fruto da tecnologia, em especial das TIC's. As redes de informação são o pivô de todo o processo e, ao longo do tempo, foram sofrendo uma evolução desde sua forma física, como as máquinas a vapor, até sua feição informacional. A forma

⁸ As Grandes Navegações, também conhecidas como Expansão Marítima Europeia ocorreram entre os séculos XV e XVII, motivadas por diversos fatores dentre eles a crise econômica do sistema feudal e a necessidade de conseguir as especiarias orientais por preços melhores. A princípio Portugal e Espanha iniciaram a empreitada em busca de um caminho alternativo que conduzisse à terra das especiarias – as Índias. Quase dois séculos após o início, a Holanda, a França e a Inglaterra também lançaram ao mar homens e embarcações que traçaram quase que as mesmas rotas comerciais descobertas por portugueses e espanhóis. Os resultados dessas viagens ultramarinas foram percebidos a partir da intensa mobilidade de pessoas e transporte e trocas de mercadorias, além da transferência de planta, animais e de doenças. Mas, por outro lado, o evento foi um importante feito globalizador nunca antes visto no mundo.

⁹ No Dicionário Aurélio, 2010, há a informação de que “aculturar” significa “passar por processo de aculturação; modificar-se como resultado do contato com outros grupos e a assimilação ou adaptação parcial à cultura destes”.

física representada por barcos e trens a vapor e a informacional concretizada no telégrafo, no telefone e no rádio facilitaram o fluxo de pessoas e de mercadorias a nível global.

Estes adventos só foram possíveis a partir do que se convencionou chamar de Revolução Industrial. Esta é um longo e importante episódio na história da humanidade. Iniciou-se no século XVIII, mais precisamente na Inglaterra, em 1760. Até então todo o trabalho do homem era feito de forma manual, ou seja, sem uso de máquinas. A revolução recebeu este nome porque modificou de forma grandiosa a configuração da produção e influenciou o comércio. À manufatura foi incrementado o maquinário, e novas ferramentas foram criadas. A máquina a vapor foi um dos principais avanços desta época, com ela pode-se fazer uso maior da força da água como energia e da produção de ferro, além da criação de diversos produtos químicos, matéria-prima de outros produtos.

É óbvio que diante de um episódio de tão grande força modificadora, os estudiosos não perderiam a oportunidade de criar suas teorias. É fato que muitos historiadores discordam sobre a precisão de quando iniciou a Revolução Industrial, e tantos outros acreditam que ela ainda está a acontecer, a exemplo da criação e utilização de tecnologias como a do celular, do computador e da biogenética.

Com os novos aparatos tecnológicos, quer físicos e em rede, que proporcionaram uma maior comunicação e informação entre os povos distantes geograficamente, os teóricos dessa corrente não têm dúvida que a globalização nascera a partir dali.

A atual globalização tem em seu bojo o uso indispensável das redes de Comunicação e Informação. Ademais, a globalização atinge os seus ideais políticos, sociais, culturais, e mesmo econômicos transpondo barreiras geográficas e tempos regulares marcados pelos relógios pelo uso das TIC's, mas associar ao século XVIII o início de um fenômeno tão amplo e histórico, como a globalização, é um ato excludente; é negar toda a história de conquistas e descobertas de diversos povos; é desconsiderar a natureza do homem em mesclar-se social, cultural e economicamente entre os semelhantes.

Para os adeptos dessa teoria, a globalização ao fazer uso das TIC's influencia de modo surpreendente no espaço e no tempo: os limites de ambos não são vistos somente sobre a óptica mecanicista das fronteiras físicas e da marcação pontual do relógio. O que passa a existir são redes onde se destaca o aumento da velocidade do tempo com que criamos, coletamos e transmitimos informações, e a transposição imediata de fronteiras físicas que nos leva a conhecer e dar a conhecer experiências próprias e de outrem.

A conceituação de redes numa relação com o espaço é compreendida como: “um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar;

e, de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo” (SANTOS, M., 2009, p. 270).

Neste conceito o autor concebe o Mundo como uma construção empírica em rede que enfraquece as fronteiras de um território – os limites não são mais vistos na óptica mecanicista física. A oposição e o confronto deste ao lugar são observáveis quando as experiências próprias e de outrem – os fenômenos sociais agregados, solidários e repetitivos – articulam o global ao local através de redes e passam a comprometer a formação socioespacial territorial estabelecida por um contrato e limitada por fronteiras. Oliveira (2000), afirma que nesta perspectiva é estabelecida uma mediação ao nível nacional e local que impõe outros limites, interseções e contradições ao fenômeno globalizador.

Para os adeptos da quarta e última teoria – a Teoria do Capitalismo – o processo de globalização teve início no século XIX e estendeu ao século XX, especialmente em 1980 com a maior extensão mundial do capitalismo. Por sua vez o capitalismo seria uma instituição política, social e econômica específica que abrangeria muito além de trocas comerciais, e comprova-se isso ao afirmar que existiram comércios que por si não constituíram um sistema capitalista (MARTÍN-CABELLO, 2014, p. 345-346).

Para argumentar que a globalização é fruto do desenvolvimento do capitalismo, três correntes foram criadas e defendidas por diversos autores, desde contemporâneos a Karl Marx, como Vladimir Lenin, no século XIX, a Samir Amin, já na década de 1970. A primeira corrente – a do Imperialismo – defendia a ideia do Estado usar da violência para manter a balança comercial mundial favorável para si. Já a segunda – a da Dependência na América Latina – acreditava que as relações comerciais giravam em torno do binômio “países desenvolvidos” e “países periféricos”. Os primeiros seriam os ricos para os quais a globalização beneficiaria em detrimento daqueles segundos, pobres, portanto, que ficariam dependentes dos primeiros. A terceira e última corrente – a do Sistema mundial – defende que o mercado foi criado de forma proposital e igualmente mantido sempre com o aparato do Estado.

Alguns daqueles autores passaram a destacar pelo menos três evidências do capitalismo e sua relação com a globalização: a primeira seria o surgimento e utilização das TIC's, que se destacam grandes invenções como a Rede Mundial de Computadores – Internet, a telefonia e sua evolução a exemplo do lançamento de celulares e *smartphones* com acesso à internet, o Global Position System – GPS e a transmissão de TV via satélite. A segunda evidência estaria relacionada com o desenvolvimento no setor de transportes a partir da incorporação de aviões que facilitou o fluxo de mercadorias e de pessoas. Por terceira

evidência, discorre sobre os fluxos de trocas comerciais que são destacados os bens, os serviços e os capitais, com abertura dos mercados nacionais ao livre comércio e iniciativas conjuntas a nível global como a instituição do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – GATT, em 1947, e a criação da OMC, em 1994.

Para os teóricos que defendem esta teoria, a globalização seria o último estágio do capitalismo, e o Estado, contrariamente ao que prega o Liberalismo, tem papel importante junto ao mercado nacional. As forças de ambos impulsionariam as relações para além-fronteira e um mercado mundial seria construído.

Nesta visão, a Teoria do Capitalismo também nega uma trajetória histórica de conquistas e descobertas que em muitos sentidos foram impulsionadoras ou mesmo criadoras das geografias do mundo antigo e atual. Vengoa (2002) comenta esta perspectiva:

pero así como difieren en cuanto a su naturaleza, capitalismo y globalización tampoco pueden identificarse entre si en sus manifestaciones históricas por cuanto la experiencia ha demostrado que una de las expresiones más evidentes de la globalización política se produjo durante la guerra fría [...] como vetor estructurante de la vida internacional [...] que consolidó una dimensión global de la política [...] (VENGOA, 2002, p. 96).

É certo que as três evidências anteriormente citadas e tantas outras permeiam as ideias capitalistas e as globalizadoras, mas não por isso tenham que sujeitá-las a uma ou a outra. Vengoa (2002) confirma haver vínculos entre capitalismo e globalização, porém reforça nossa concepção ao firmar que

estas dos categorías no pueden asimilarse o entenderse como sinónimos, como conceptos equiparables [...] porque mientras la primera constituye un complejo sistema social, la segunda representa la manera como los variados agentes entran en un proceso de interacción entre sí (VENGOA, 2002, p. 96).

Poderíamos pensar numa globalização moldada pela ideologia capitalista, uma vez que para aquela não há dono, e por ser um fenômeno antigo é hoje de domínio público, é de todos.

Uma vez apoderada pelas ideias capitalistas, podemos trazer Milton Santos ao cenário e insistir que o clame “Por uma outra globalização”. Neste livro, Santos (2010, p. 18), trata a globalização contemporânea como uma fábula cujas ideias repetitivas e fantasiosas são tomadas como modelo de agir e sustentam, destarte, o sistema, e embora reconheça que aquela é o estágio mais avançado do capitalismo, é a partir da unicidade da técnica, da convergência dos momentos e do conhecimento do planeta – bases do atual período – que se deve construir uma nova globalização comprometida com outros ideais políticos e sociais. Mas, claro, aí já teríamos assunto para uma quinta teoria.

Para uma visão sintetizada de todas as teorias que procuram explicar o surgimento da globalização, ilustramos os tópicos principais das quatro teorias da globalização com a adaptação de um quadro proposto por Martín-Cabello (2014).

TEORIA	ORIGEM DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO	CAUSA PRINCIPAL DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO	PRINCIPAIS VERTENTES	PERÍODO INÍCIO APROXIMADO DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO
Do Comércio	Extensão e consolidação em forma de mercados das redes de troca comercial	Propensão do ser humano ao intercâmbio	Vertentes da Vantagem Comparativa e a do Comércio Internacional	3.000 a 2.000 a.C.
Da Modernização	Expansão da civilização ocidental	Surgimento de uma série combinada de instituições chaves	Vertentes da Modernização e a das Modernidades múltiplas	1.500 d.C
Da Tecnologia	Invenção e melhorias das comunicações físicas e das TIC's	Extensão das faculdades comunicativas do ser humano	Vertentes da Industrialização e a da Sociedade da informação	1.800 d.C.
Do Capitalismo	Expansão do sistema capitalista: dinheiro, troca mercantil e empresa privada	União do Poder político e econômico para criar um sistema de mercado autorregulado	Vertentes do Imperialismo, da Dependência e a do Sistema mundial	1.980 d.C.

QUADRO 2 - SÍNTESE DAS QUATRO TEORIAS DA GLOBALIZAÇÃO

FONTE: adaptado pelo autor com base no trabalho de Martín-Cabello, 2014, p. 16.

Nesta linhagem histórica em que partimos do pormenor histórico de cunhagem do termo globalização e sua concreta utilização, e seguida da análise das quatro teorias que procuram explicar o início do processo globalizador, temos embasamento suficiente para compreender porque e como um e outro teórico seja político, administrador de grandes empresas e outros líderes, bem como autores e acadêmicos das mais distintas áreas do conhecimento em geografia, história, sociologia, economia, para citar algumas, conceituam diversamente esse fenômeno mundial.

A perspectiva de cada autor reforça a ideia constante de sua visão e interpretação do fenômeno que por sua vez é apoiada em determinados momentos e fatos da história do

Homem, e facilitada pelo juízo de uma globalização de todos, não necessariamente para todos, quando consideramos que “de fato, para a maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades” (SANTOS, 2010, p. 19) com o crescimento do desemprego, da pobreza, da fome e do desabrigo, intempéries estas que não globalizam, não integram, mas, margeiam.

Na tese de que a globalização é de domínio público, é de todos, o processo globalizador é interpretado das mais diversas formas e todo mortal que se lança a falar sobre o fenômeno se vê acuado por uma força que o induz a criar um novo conceito. Nós não fugimos a esta regra. E os resultados encontrados são os trabalhos bibliográficos como o de Al-Rodhan (2006), intitulado *Definitions of Globalization: A Comprehensive Overview and a Proposed Definition* no qual o autor fez um estudo e listou 114 conceitos de globalização, além do seu conceito próprio.

Conceituar a globalização certamente não é tarefa fácil. Uma série de fatores deverá ser considerada quando da análise crítica de um e outro conceito. A princípio, Vengoa (2002) afirma que uma análise sobre o fenômeno deve o considerar como um processo que se constrói ao longo do tempo e que comunidades em distintas épocas o vivenciou com maior ou menor intensidade. A interpretação como um processo

no sólo nos sugiere una temporalidad generalmente larga del fenómeno, también nos lleva a pensar que en ocasiones sus manifestaciones se vuelven más intensas y en otras pareciera que se asiste a una especie de retroceso de las tendencias globalizantes (VENGOA, 2002, p. 94).

O autor sustenta como um segundo fato conceber a globalização nas suas dimensões política, social, cultural e econômica, o que sugere o termo no plural – globalizações – em detrimento ao uso no singular. Porém, ressalta,

cada uno de estos ambientes en que se despliegan las tendencias globalizantes puede tener su propio ritmo, espacialidad, densidad y temporalidad. [...] No podemos concebir cada una de estas globalizaciones como si fueran universos separados. Todas ellas se encuentran en constante interacción y se retroalimentan mutuamente (VENGOA, 2002, p. 95).

Nesta perspectiva não é errado a utilização do termo no singular, visto que o ritmo de desenvolvimento, a espacialidade, a densidade e a temporalidade com que se manifestam cada faceta do processo podem ser distintas, não equivalentes e não sincronizadas: "*en ocasiones, una de ellas puede encontrarse en una fase de robustecimiento y expansión, mientras otra puede asistir a una etapa de reflujó*" (VENGOA, 2002, p. 95).

Por toda a literatura sobre o tema encontra-se além de geógrafos, que deveriam ser em sua maioria os que mais abordam a temática, mas não o são; sociólogos, historiadores,

filósofos, economistas que vivem ou viveram no presente ou há muitos anos e em distintos países e sob diferentes leis e as mais diversas geografias. Ademais, suas convicções ideológicas que influem nas escolhas religiosas e profissionais, ou a recíproca como uma verdade, e cujos são envolvidos em discursos políticos e culturais muitas vezes definidos pelos seus próprios *status* sociais, são detalhes que inspiram a criação de um conceito e que Al-Rodhan (2006) chama de “agendas ocultas”¹⁰.

Em corroboração à premissa das agendas ocultas, a indecisão sobre em qual momento da história humana iniciou-se o processo globalizador, o que gera aí pelo menos aquelas quatro teorias, infere ao discurso e ao próprio conceito de globalização conotações e inconstâncias que impedem o clareamento das ideias. Sobre isso, nos apoiamos, a princípio, nas explicações de Giddens (2007), e de Held e MacGrew (2001), quanto à definição do termo. Para o primeiro, embora os processos globalizadores tenham havidos desde tempos remotos, a utilização do termo ganhou curso de forma súbita e contemporaneamente: “dada sua súbita popularidade, não nos deveria surpreender que o significado do conceito nem sempre fosse claro, ou que ele tenha provocado uma reação intelectual” (GIDDENS, 2007, p. 18). E de uma forma harmoniosa os segundos autores complementam a ideia:

Não existe uma definição única e universalmente aceita para a globalização. Como acontece com todos os conceitos nucleares das ciências, seu sentido exato é contestável. A globalização tem sido diversamente concebida como ação à distância (quando os atos dos agentes sociais de um lugar podem ter consequências significativas para “terceiros distantes”); como compreensão espaço-temporal (numa referência ao modo como a comunicação instantânea vem desgastando as limitações da distância e do tempo na organização e na interação social); como interdependência acelerada (entendida como a intensificação do entrelaçamento entre economias e sociedades nacionais, de tal modo que os acontecimentos de um país têm impacto direto em outros); como um mundo em processo de encolhimento (erosão das fronteiras e das barreiras geográficas à atividade socioeconômica); e, entre outros conceitos, como integração global, reordenação das relações de poder inter-regionais, consciência da situação global e intensificação da interligação inter-regional (HELD; MACGREW, 2001, p.11).

Excluída a possibilidade de um único e abrangente conceito de globalização, elaborado com clareza e aceito por toda a comunidade mundial, cabe apresentar algumas definições que dado o escopo desta dissertação corroboram para a compreensão da linha de

¹⁰ A expressão ‘agendas ocultas’ foi abordada por Al-Rodhan (2006) e refere às ideologias e situações vivenciadas por um indivíduo e que o induz a dar interpretações singulares aos diversos fenômenos cotidianos. Estas reações pessoais podem não revelar a substancial autenticidade e realidade, mas produz confiança em quem as praticam ou enunciam. Para o autor, as ‘agendas ocultas’ são: “a ideologia política de um indivíduo, a localização geográfica, o *status* social, a formação cultural, e a afiliação étnica e religiosa. No caso específico dessa pesquisa, as agendas ocultas fornecem a fundo aquilo que determina como a globalização é interpretada por um e outro estudioso.

pensamento, e outras que indicam visões reducionistas sobre o processo globalizador, mas consideradas para suscitar discussões. Frisa-se que esta pesquisa não tem a pretensão de explorar exaustivamente a questão conceitual do fenômeno globalizador, mas apontar algumas definições que complementem a trajetória histórica sobre o tema e, dessarte, compreender o significado de globalização. Dessa premissa, o Quadro 3 indica algumas definições associadas aos autores.

AUTOR	CONCEITO
Milton Santos, <i>Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal</i> , 2010, p. 23.	A globalização é, de certa forma, o ápice de internacionalização do mundo capitalista.
Anthony Giddens, <i>As consequências da modernidade</i> , 1991, p. 60.	A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa.
Ulrich Beck, <i>O que é Globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização</i> , 1999, p. 46-47.	Globalização significa a experiência cotidiana da ação sem fronteiras nas dimensões da economia, da informação, da ecologia, da técnica, dos conflitos transculturais e da sociedade civil, e também o acolhimento de algo a um só tempo familiar, mas que não se traduz em um conceito, que é de difícil compreensão, mas que transforma o cotidiano com uma violência inegável e obriga todos a se acomodarem à sua presença e a fornecer respostas.
Nayef Al-Rodhan, <i>Definitions of Globalization: A comprehensive overview and a proposed definition</i> , 2006, p. 5.	Processo que engloba as causas e as consequências da integração transnacional e transcultural das atividades humanas e não humanas.
Manuel Castells, <i>Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação, IN Sociedade e Estado em transformação</i> , 1999, p. 149.	É um processo segundo o qual as atividades decisivas num âmbito de ação determinado (a economia, os meios de comunicação, a tecnologia, a gestão do ambiente e o crime organizado) funcionam como uma unidade em tempo real no conjunto do planeta.

QUADRO 3 - CONCEITOS DE GLOBALIZAÇÃO

FONTE: elaborado pelo autor com base nos trabalhos de Santos (2010), Giddens (1991), Beck (1999), Al-Rodhan (2006), e Castells (1999). 2015.

Milton Santos nos deixou consideráveis colaborações geográficas muitas vezes trabalhadas interdisciplinarmente. Por outras, o trabalho foi puramente monográfico, a exemplo de sua obra “Por uma outra globalização” (2010) da qual retiramos na íntegra uma definição para a globalização. Numa análise sem profundidade percebe-se a aceitação da relação inerente entre globalização e capitalismo. Para Santos (2010), a primeira está a serviço do segundo. Este faria uso daquela como um elo para a internacionalização; em outras

palavras, os mais distantes e distintos países com suas ímpares culturas conheceriam o capitalismo e, sem escolha, o aceitariam. É baseado nisso que o título da obra se justifica, e nessa premissa de dependência de ambos fenômenos o autor clama por uma diferente globalização.

Essa visão é reducionista e absorvida pelas agendas ocultas do tipo ideologia pessoal e localização geográfica, assim percebidos pelas ideias de críticas ao sistema capitalista constantes em seus escritos e ao fato de seu país, o Brasil, ser um dos Estados fortemente envolvido no sistema e por outro lado, grandemente avassalado pelo mesmo. Logo, a citação desse autor neste estudo se justifica pela necessidade de se conhecer o erro para se saber como acertar.

Por vezes, Milton Santos (2010) parece divergir em sua tese sobre a globalização, o que carece de uma análise mais aprofundada em pesquisa específica. Essa divergência é perceptível ao admitir que

para a maior parte da humanidade, o processo de globalização acaba tendo, direta ou indiretamente, influência sobre todos os aspectos da existência: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade. Ele não se verifica de modo homogêneo, tanto em extensão quanto em profundidade, e o próprio fato de que seja criador de escassez é um dos motivos da impossibilidade de homogeneização (SANTOS, 2010, p. 142-143).

Os demais autores citados, embora defendam diferentes teorias, corroboram da ideia de uma globalização que afeta as fronteiras nacionais. A princípio trata-se do traçado físico entre um e outro país, como bem delinea Giddens (1991) ao se referir ao fenômeno como “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes [...]”; e Al-Rodhan (2006) que define como a “integração transnacional e transcultural das atividades humanas e não humanas”. Ambos, ao falarem de localidades que se ligam e de integração de atividades, tais como as culturais e as da saúde como a propagação de bactérias, deixa-se compreensível o avanço em uma fronteira física. Mas, além desta, outras fronteiras são também consideradas, a exemplo do que afirma Beck (1999) de que se trata de várias ou uma “ação sem fronteiras nas dimensões da economia, da informação, da ecologia, da técnica, dos conflitos transculturais e da sociedade civil, e também o acolhimento de algo a um só tempo familiar [...]” e quase que semelhante a Castells (1999) como as “atividades decisivas num âmbito de ação determinado (a economia, os meios de comunicação, a tecnologia, a gestão do ambiente e o crime organizado) funcionam como uma unidade em tempo real no conjunto do planeta”.

Outras dimensões são também previstas nestas definições. A aceitação, que se traduz numa afirmação de que as ideias globalizadoras não permeiam apenas o mundo da economia, é percebida quando são citadas as relações sociais e seus conflitos, ou como escreve alguns dos autores mencionados, as atividades humanas, que nesta perspectiva ampliada enfoca o trabalho linguístico, a cultura por meio das artes e dos esportes e as políticas de governança, sobre o meio ambiente, sobre as tecnologias de informação e comunicação, além, claro, da economia, do comércio e das finanças.

Os conceitos apresentados não são generalizadores, apesar de uma visão abrangente e, à exceção do que acreditava Milton Santos, ilustram o pensamento sobre o fenômeno. É nessa perspectiva, focado nestes embasamentos e sob a visão de mundo que cabe as palavras sobre o que é globalização.

A ideia sobre o fenômeno da globalização iniciou sem que antes houvesse uma palavra que o descrevesse. Dessa forma, coube dissertar sobre um pormenor histórico importante que é o de cunhagem, ou criação, de um termo. Uma vez criado, distingui-lo entre um simples verbete, um clichê, de uma palavra com significado, portanto, moldado numa ideologia fez-se necessário.

Na sequência, analisamos fatos históricos que proporcionaram condições de dar àquela palavra um significado útil. As ideologias que rondaram aqueles acontecimentos foram várias, mas a que predominou considerava o fator econômico essencial e isto estava aparente na geografia do mundo à época. Claro que isso resultou em uma visão reduitiva e, por vezes, errônea de todo o processo globalizador. Isso gerou descontentamento e como consequência quatro teorias foram ao longo de alguns anos sendo criadas na tentativa de explicar a origem desse fenômeno global. Baseados em uma ou outra dessas teorias e nas agendas ocultas propostas por Al-Rodhan (2006) – ideologia política de um indivíduo, localização geográfica, status social, formação cultural, e afiliação étnica e religiosa – autores como Milton Santos, Anthony Giddens, Ulrich Beck e Manuel Castells procuraram definir o que é globalização.

Ora, a globalização não possui um significado senão a de que é um fenômeno antigo, complexo, abrangente que caracteriza um processo que ao longo dos anos ganha força e forma, se adapta ao Homem e às suas atividades ao tempo que este o adapta às suas necessidades e ações. A comparação que se faz é a de uma criança recém-nascida que ao decurso do tempo cresce, se modifica, toma corpo e forma distintos e ao executar atividades diferentes pode ser influenciada ou também influenciar seus pares e o meio em que vive.

Semelhante, a globalização vem ganhando proporções gigantes ao curso que mais pessoas, mais países vêm incrementando-a às suas ações e sendo incrementados pela aquela,

de uma forma que há influência na vida dessas pessoas e no cotidiano desses países. Al-Rodhan (2006) reforça nossa ideia quando se refere ao fenômeno como “um processo, uma corrente que vem impactando comunidades, culturas e economias por centenas de anos. É um resultado das integrações transnacionais e transculturais que ocorreram em todo o mundo ao longo da história humana” (AL-RODHAN, 2006, p. 5).

O fenômeno globalizador atinge regiões do globo terrestre em menor ou maior escala e influencia as pessoas de forma distinta, “é um processo que influencia a cada um de nós de uma série de maneiras, tanto para o nosso benefício e também para o nosso detrimento” (AL-RODHAN, 2006, p. 6). Essas influências se dão a partir do avanço de fronteiras quer materiais ou imateriais e que representam um fato cultural, um fato informativo, um fato ecológico, um fato jurídico, um fato de cooperação ou de produção no trabalho, um fato econômico e tantos outros fatos que caracterizam a pluridimensionalidade inerente ao processo.

Não há uma regra de que para um fato ser global tenha que necessariamente estar em toda a parte do globo. Numa análise da palavra global temos alguns significados e um deles afirma que é algo que pode ser considerado ou avaliado em conjunto. Nessa perspectiva um conjunto pode ser o de paraguaios e brasileiros que, por exemplo, se relacionam economicamente com a oferta e compra de eletrônicos, respectivamente; ou de brasileiros e argentinos que na Tríplice Fronteira se relacionam culturalmente em diversos setores: no de turismo, com o intuito de se alcançar o bem-estar pessoal e não necessariamente o econômico; e o de esporte, para citar alguns. Nesses exemplos há fatos econômicos e culturais que avançam fronteiras e, portanto, globalizadores. Por outro lado, se pensarmos o fenômeno global como um estágio do capitalismo ou algo típico apenas da economia, mais uma vez estaríamos diante de uma comprovação do escopo desse parágrafo, visto que os países socialistas são aversos ao capitalismo. Dessa forma, a globalização não estaria presente em tais.

Mas ao concebermos o fenômeno como um processo multifacetado, pluridimensional certamente pode-se afirmar que na Coreia do Norte, tomando-a como exemplo de país socialista, há globalização. A comprovação é simples a partir de um ato de bravura: quando a Coreia do Norte permite que um turista brasileiro adentre seu território para conhecer o *Concret Wall*, em Kaesong, na fronteira com a Coreia do Sul, não estaríamos diante de um fato cultural e de avanço de fronteira? Sim, estaríamos, e sem dúvida é necessário olharmos o fenômeno com essa óptica, “é preciso distinguir (sem pretender uma exatidão ou completude absoluta) entre as diversas dimensões da globalização, a saber, a da comunicação técnica, a

ecológica, a econômica, a da organização trabalhista, a cultural e a da sociedade civil etc” (BECK, 1999, p. 44); e é preciso considerar “a experiência cotidiana da ação sem fronteiras” (BECK, 1999, p. 46) naquelas dimensões, ou em outras palavras, compreender que a ação sem fronteiras implica e significa o avanço de toda forma e tipo de fronteiras.

Dessarte, com todas as considerações feitas torna-se possível visualizar o processo histórico da globalização e suas constantes oscilações que nas palavras de Vengoa (2002) é compreendida como um processo mundial de uma densidade e ritmo não programado que implica em graus diferenciados de ação e cobertura quer sobre cada pessoa, quer sobre cada Nação. Este autor tem em suas teses capital importância na análise do fenômeno globalizador, e o destaque é para essa plêiade de possibilidades em sua definição a considerar que cada indivíduo apropria-se da globalização e a interpreta numa variedades de significados.

Al-Rodhan (2006) ao alinhar essa perspectiva aos fenômenos integrador e cooperativo afirma que a globalização “engloba as causas e as consequências da integração transnacional e transcultural das atividades humanas [...]”. Nesta lógica, há uma relação nítida entre este fenômeno e o processo de integração e cooperação internacional, e numa escala menor, regional. Dito assim, porque há teóricos que insistem em separá-los, isso por não compreender ou simplesmente não aceitar a carga histórica e a força capaz de integrar, como também de desintegrar o local ao regional e ao global. Essa visão dificulta a tomada de decisões e aplicação de soluções.

1.2 INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: UM PROCESSO COMPATÍVEL COM A GLOBALIZAÇÃO

Nas relações internacionais as interações podem ser de conflito ou de cooperação. A integração se desenvolve dentro do segundo tipo, e sua função primária é eliminar as interações de conflito. Dessarte atua de forma pluridimensional nos diversos setores, desde a política, perpassa pelo social e o cultural, e culmina nas relações econômicas:

desde el punto de vista de los fines de la política internacional, [la integración] consiste en la identificación racional de materias y procedimientos de relación entre los Estados de naturaleza preferentemente cooperativa, y en la elaboración, sobre esa base, de un interés común destinado a dar sustento a un conjunto de acciones encaminadas a eliminar las interacciones de conflicto o, por lo menos, a atenuar sus efectos (CASTEDO, 1989, p. 4).

O estudo geral, bem como os conceitos e as teorias da integração nos permitem compreender esse fenômeno e a sua relação com a globalização, que age de forma

multifacetada nos diversos continentes e em graus distintos; que integra desde o local, o nacional até o global, e constitui o que se chama de relações glocais.

1.2.1 Noções gerais, conceitos e teorias da integração

Ao tratar do tema integração a ideia que se tem e o imaginário que construímos a partir do senso comum é normalmente o da união de partes para formar um todo. Essa concepção simplista tem sustentabilidade nas palavras de Karl Deutsch (1970) um teórico que despendeu contribuições importantes para a sistematização da disciplina das Relações Internacionais. Sua definição para o termo previa que “*integrar significa geralmente constituir un todo con las partes, es decir, transformar unidades previamente separadas en componentes de un sistema coherente*”. Óbvio que esta concepção tão generalizada não nos permite compreender a singularidade e, simultâneo, a totalidade daquilo que a definição do termo nos permite refletir; da dinamicidade e da complexidade; do real entendimento que se deve ter sobre o tema.

Para a compreensão devemos considerar que em muitas ciências, tais quais as biológicas e físicas há fenômenos integracionistas. Porém, no sentido que a tratamos, a integração é um fato das ciências sociais que ocorre no cenário do sistema internacional a partir da ação de atores – Estados, grupos sociais e políticos – que podem gerar cooperação com interação e interdependência (ZALDUENDO, 2010, p. 3-4; CASTEDO, 1989, p. 1-2). A cooperação neste caso se dá de forma interativa a partir de atos, intercâmbios e comunicações entre os atores; e de interdependência, quando alguma ação em qualquer um dos participantes é praticada, então são produzidos efeitos positivos ou negativos nos demais (ZALDUENDO, 2010, p. 4). Com isso, mais uma vez podemos trazer à discussão o conceito proposto por Karl Deutsch especialmente ao citar que as partes formam os “*componentes de un sistema coherente*”. Todo sistema possui em sua essência a interação das partes bem como a interdependência destas, e o todo por ser maior que a soma das partes¹¹ pode resultar num fenômeno distinto, no nosso caso a integração.

Salienta-se que a interação que ocorre no cenário internacional pode ser de cooperação e/ou de conflito. A integração, neste caso, é uma forma de cooperação, o que reforça a tese de

¹¹ Para Motta (1970, p. 24), trata-se de um método analítico comparativo onde a visão holística metodológica é essencial: o todo é maior que a soma das partes. A análise é feita pela posição de cada elemento que constitui o todo, e a interdependência deve ser necessária, pois se traduz em fato substancial para a compreensão e constituição da totalidade. As relações internas de cada elemento contribuem para a instalação de um sistema cujo é interpretado no todo e as características de seus elementos não podem ser analisadas de forma isolada.

que mesmo distintos conceitualmente, os dois processos integrativo e cooperativo, devem, em certas circunstâncias a exemplo desse trabalho, ser tratados conjuntamente, ou seja, de forma inseparável e de relação mútua.

Com essas afirmações, exclui-se a integração feita pela utilização da força e coação como os atos de tirania que visam anexar territórios, ou relações comerciais controladas por uma metrópole em detrimento de sua colônia; e considera-se como legítimo o processo integrativo fundado em “*decisiones soberanas de países que, voluntariamente, crean un vínculo asociativo con otros para determinados fines*” (ZALDUENDO, 2010, p. 4). Nesta perspectiva, para um segundo conceito recorremos a Haas (1970) – uma autoridade no assunto de integração e criador da teoria neofuncionalista – que resume de forma cabal a questão: os Estados voluntariamente se misturam, se fundem com os seus vizinhos, de modo a perder factualmente os atributos da soberania, enquanto que adquirem técnicas para resolver conflitos entre si (HAAS, 1970, p. 610).

A sequência de interações e interdependência entre os Estados integrados, que caracteriza a cooperação em trabalho conjunto à integração, corrobora o conteúdo conceitual de Bela Balassa, que em suas discussões sobre a teoria econômica da integração afirmou que se trata de um processo e uma situação, onde para o primeiro seria utilizado todos os mecanismos acordados e criados para atingir o objetivo do grupo; e para o segundo – situação – seria o estado comum alcançado com a meta devidamente atingida (ZALDUENDO, 2010, p. 4).

Outros conceitos são de forma ampla publicados na vasta literatura sobre o tema. É válido antever que tais definições dependem do enfoque que cada autor infere, o que se deve anotar: a teoria por eles defendida bem como a dimensão abordada do processo integracionista. Há autores que discorrem sobre a integração econômica – e esses são em maior quantidade – enquanto outros abordam as vertentes do social e do político, que a nosso entender deveriam estas últimas ser tratadas sempre que se falasse sobre a primeira. A respeito deste assunto discorremos adiante com mais atenção. Dessarte, expomos em linha as palavras conceituais de alguns autores que consideramos capital no tema em questão.

La integración a la que nos referimos es un fenómeno que se da en el escenario del sistema internacional. Sus actores son los mismos que protagonizan el múltiple juego de interacciones en el que consiste dicho sistema, o sea las comunidades políticas denominadas Estados y los grupos sociales y políticos situados en el ámbito jurisdiccional de los Estados. En sentido estricto, la integración sería una de las formas de interacción de dichos actores, basada en el impulso originado en el desarrollo inherente de

éstos y orientado históricamente hacia la formación progresiva de una verdadera sociedad internacional (CASTEDO, 1989, p. 1).

Esta definição é abrangente e pondera as distintas dimensões do processo, o que corrobora a tese que estamos a sustentar: a integração é uma ação que ocorre em nível internacional com diversos atores estatais ou não em atividades de interação e interdependência numa forma de cooperação em setores chaves como o político, o social, o cultural e o econômico.

É útil ressaltar que numa escala menor essas interações e interdependências sustentam a tese da integração regional em contrapartida à integração internacional. A distinção destas é feita ao conceber a integração regional como a fusão de entidades menores em maiores e a ratificação de tratados que vão desde o tema paz até a criação de confederações ou outras uniões, tudo isso feito em uma área geograficamente limitada se comparada à integração internacional (CASTEDO, 1989, p. 3).

Outra ressalva é que a ideia depreendida nestes enunciados nos leva a crer na instituição de uma sociedade internacional. Certamente o seria, mas preferimos falar de uma sociedade transnacional. García-Pelayo (1977), discorre de forma capital sobre a questão, e suas ideias complementam satisfatoriamente nosso estudo, dessarte, suas próprias palavras concluirão que

la sociedad transnacional es distinta [...] de la sociedad internacional en el sentido clásico del concepto (es decir, sociedad interestatal), ya que sus actores no son primordialmente los Estados, ni las organizaciones interestatales, aunque los fenómenos transnacionales puedan provocar su intervención. [...] la sociedad transnacional es también plural, pero contrapuesta, a su vez, a una pluralidad de Estados. [...] no es controlable en su totalidad por los Estados, aunque, por supuesto, sean posibles controles sectoriales, como, por ejemplo, acuerdos regionales para la regulación de compañías multinacionales, para la represión del terrorismo o para el control de los tráficos financieros. La sociedad transnacional está constituida primordialmente por relaciones horizontales de carácter funcional (GARCÍA-PELAYO, 1977, p. 138-139).

Al-Rodhan (2006, p. 5), também cita o fenômeno transnacional ao falar que a globalização é um “processo que engloba as causas e as consequências da integração transnacional e transcultural das atividades humanas e não-humanas”. Nessa mesma percepção, Cury (2010) discorre em sua tese de doutorado sobre as relações transfronteiriças na Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Paraguai, que geram uma territorialidade particular. Este autor corrobora vultoso com a noção de sociedade transnacional apresentada por Pelayo, quando em seus estudos conclui que há territorialidades transfronteiriças entre os três países concretizadas e observáveis no “espaço ocupado por grupos de pessoas que vivem e convivem

numa conurbação transnacional, interpenetradas e interconexas” e estabelecidas muitas vezes oportunamente de forma despercebida do poder central dos Estados (CURY, 2010, p. 23 e 219). É fato que estas territorialidades transfronteiriças são “as consequências da integração transnacional e transcultural das atividades humanas e não-humanas”, defendidas por Al-Rodhan, *idem*, e explicitadas nas palavras de García-Pelayo reescritas anteriormente.

Outras dimensões são contempladas de forma individual em conceitos dados por alguns autores. A integração política, por exemplo, é definida por Haas e Schmitter (1966, p. 265), como o “processo mediante o qual os participantes transferem a um ente de maior poder as lealdades e atribuições para regular suas relações dentro do espaço ou unidade maior.” Esse conceito embora procure citar as implicações políticas capazes de fundamentar um espaço econômico entre países, trata com menor ênfase a questão da eliminação de barreiras comerciais “*porque se interessa más por las consecuencias institucionales que acarreta la adopción de medidas*” que visam a abolição de tais barreiras (ORANTES, 1981, p. 151).

A integração econômica é definida como o “*proceso mediante el cual dos o más países proceden a la abolición, gradual o inmediata, de las barreras discriminatorias existentes entre ellos con el propósito de establecer un solo espacio económico*” (ORANTES, 1981, p. 149). Essa forma de definir integração constitui o enfoque clássico (MORE, 2002, p. 3). Para este autor, alguns itens devem ser acrescentados e o entendimento se daria a partir da compreensão de que o processo integralizador é caracterizado pela “abolição de entraves em movimentos de mercadorias, pessoas e capitais, alargando a atuação da oferta e da procura, como resultado de uma política comum visando a eliminação das distorções das políticas setoriais” (MORE, 2002, p. 3).

Dado o escopo dessa pesquisa acordamos que o termo integração internacional não se aplica em sua plenitude. Porém, em detrimento, estamos a tratar de forma específica sobre a integração regional que se observa no território da Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Paraguai dentro das perspectivas do bloco econômico Mercosul. Ademais, esta integração deve ser relatada em todas as suas dimensões visto que a percepção integradora e cooperadora entre as três nações se dá palpável nas vertentes política, social, cultural e econômica, na forma de territorialidades transfronteiriças abordadas na tese de Cury (2010), como frutos das interações e interdependências entre os Estados participantes e a sociedade transnacional constituída. Nesta perspectiva cabe analisar cada uma das dimensões do processo de integração regional.

1.2.2 Dimensões do processo de integração regional

Na literatura contemporânea percebe-se a integração regional associada às Ciências Econômicas: ao tratar desse tema é comum observar os mercados nacionais movimentados pelos respectivos governos e confrontados e integrados num sistema amigável de parcerias entre países em âmbito regional intercontinental ou continental. Porém, a exemplo das visões reducionistas sobre a globalização vistas anteriormente, pensar a integração¹² somente no prisma econômico não estaremos a reputar a visão macro do processo e suas consequências totais para a política e a sociedade dos Estados envolvidos. Estaremos ainda, no caso específico da Tríplice Fronteira a desconsiderar constituições nacionais como a brasileira promulgada em 1988, que em seu Art. 4º, parágrafo único delinea “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de Nações”.

Diversos autores procuram com seus escritos injetar a informação necessária de que a integração se dá naquelas dimensões propagadas pela Constituição Federal de 1988. Castedo (1989), Celli Júnior (2006), Zalduendo (2010), e Lima (2010) são categóricos em suas monografias que a ideia de integração é ampla, é dinâmica e abrange muito mais que o setor econômico, é concomitante ao processo político, social e cultural. E a diferenciação entre tais é mais um fato didático porque na prática o que se percebe são as relações estreitamente vinculadas, como bem pontua aqueles autores numa forma de complementação de ideias, cujas estão expostas no Quadro 4 a seguir.

¹² A partir de então sempre que citarmos o termo integração isoladamente estaremos nos referindo ao processo de integração regional no território da Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Paraguai.

AUTOR	SIGNIFICADO DE INTEGRAÇÃO
Alberto Castedo, <i>Derecho de la Integración Económica Regional</i> , 1989, p. 4.	<i>La integración regional puede estar referida a las interacciones y a la interdependencia entre las comunidades políticas independientes denominadas Estados o entre las estructuras económicas y los grupos sociales y políticos pertenecientes a jurisdicciones estatales diferentes. Por esta razón es posible distinguir entre integración política, por un lado, e integración económica e integración social, por otro. En la realidad, estas tres dimensiones de la integración regional se dan estrechamente conectadas y su diferenciación, las más de las veces, no es sino un nuevo artificio con fines analítico.</i>
Celli Júnior, Teoria Geral da Integração: em busca de um modelo alternativo. IN Blocos Econômicos e Integração na América Latina, África e Ásia, 2006, p. 19.	O conceito de integração sempre foi dinâmico e relacionado a um determinado contexto político, econômico e social. Sua complexidade também deriva do fato de que não pode ser visto exclusivamente sob o prisma econômico ou jurídico. A integração é também fenômeno político, pois seu nível de aprofundamento depende da vontade política dos Estados que resolvem se aproximar.
Susana Zalduendo, <i>Integración: nociones generales, Integración Económica e Integración Regional</i> , IN <i>Derecho de la Integración (Manual)</i> , 2010, p. 5.	<i>Según las materias que abarcan la integración, se puede hablar de integración política, social o económica. La diferenciación es útil a efectos didácticos, aunque en la práctica las tres dimensiones suelen darse simultáneamente o, al menos, estrechamente vinculadas. Están determinadas por el contenido de las interacciones, según sean éstas de tipo político, social o económico. Pero también en razón de los sujetos que interactúan, sean éstos los Estados, los grupos sociales y políticos o las estructuras económicas.</i>
Jurandir Lima, <i>Integração e desenvolvimento regional: elementos teórico</i> , 2010, p. 14.	A ideia de integração transcende o aspecto puramente econômico e envolve questões sociais e culturais. A forma como estas questões são tratadas no âmbito das políticas públicas é que vai indicar o quanto os agentes econômicos estão dispostos e capazes de se integrar.

QUADRO 4 - SIGNIFICADOS DE INTEGRAÇÃO

FONTE: elaborado pelo autor com base nos trabalhos de Castedo (1989), Celli Júnior (2006), Zalduendo (2010), e Lima (2010), 2016.

O processo de integração deve desenvolver-se no intuito de gerar progresso e riqueza para a sociedade, não somente no campo econômico, mas também no social e no cultural. Os governos que desejam integrar suas economias o fazem a partir de uma política pública nacional, de um fenômeno político que contempla o contexto socioeconômico do momento e reflete sobre as distintas formas de organização estatal, que abrange o quesito do jurídico, do

militar, da linguística, da saúde, da educação, do meio ambiente, da religião, do turismo, da cultura geral num processo que deve ser visto inseparável da cooperação. Essas questões são de forma objetiva traçadas na clássica ideia de categorias de integração formulada pelo economista Bela Balassa sob ideologia economicista¹³.

A dimensão política inerente à integração é percebida na gênese do processo quando os Estados decidem se unir; e esta ação perdura por todas as demais etapas que contemplam as tomadas de decisão, as assinaturas e ratificações de acordos e tratados, a abdicação de parte de suas soberanias nacionais que visa o alinhamento às normas e políticas do bloco e a prevenção de desentendimentos diplomáticos e de interesse. Um exemplo prático tem-se com a criação de um órgão supranacional previsto na quinta categoria de integração – a integração econômica total – sob o qual os Estados membros de um bloco devem subjugar-se às políticas e decisões gerais delimitadas. Ademais, a integração política se dará pelo consenso entre os diferentes agentes através da intergovernabilidade. É útil citar que as políticas públicas nacionais expõem em sua essência os interesses e a disposição que cada agente econômico é capaz de se integrar.

A integração política é concebida a partir de diversas interpretações das quais se destaca aquela que procura explicar as trocas nas relações internacionais, bem como os motivos e as consequências políticas do processo de integração econômica regional. Há que citar ainda a análise: do papel das instituições responsáveis por mediar os interesses nacionais e os comuns ao bloco; do efeito das decisões comuns na constituição dos subsistemas políticos nacionais e suas implicações dentro do sistema internacional global; das consequências das trocas e os efeitos de maior ou menor homogeneidade nos regimes políticos (CASTEDO, 1989, p. 11).

A organização de um Estado a nosso entender contempla as políticas públicas e tudo o que é possível de ser socializado, coletivizado, ou em outras palavras, distribuídos entre a sociedade. Assim, fatores como a cultura, a religião, a saúde, a educação, o meio ambiente e outros são comumente coletivizados e gozam de extrema facilidade de serem redistribuídos entre sociedades distintas. Dessarte, a integração os abarca e não obsta trabalhos científicos que versam sobre a relação e inerência destas questões. Diversos autores, sem subestimar a importância da economia dissertam sobre as demais vertentes no processo integracionista, a

¹³ Há uma sistematização proposta por Bela Balassa em 1962 que perdura na contemporaneidade nos trabalhos de geógrafos, economistas, filósofos, sociólogos, juristas e demais estudiosos e acadêmicos. Trata-se das categorias de integração econômica internacional. Para o teórico, têm-se cinco etapas: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e integração econômica total.

exemplo de Lima (2010) que acredita na necessidade de articulação com os indicadores humanos e sociais.

Para este autor, a integração social se dá a partir da contemplação das questões sociais. Neste processo, compreendem as disparidades de renda, as condições e a qualidade de vida da sociedade, organizadas numa formação interdependente onde a ausência de uma política pública ou mesmo a ineficiência desta pode dificultar o desenvolvimento socioeconômico. Nesta perspectiva, a integração está além do fator comércio, mas em um plano de incentivo ao fortalecimento do capital humano, na transferência de recursos das áreas mais ricas, na criação de programas sociais e de metas de desenvolvimento. Sobre capital humano, o autor define como “a capacidade produtiva e intelectual que o indivíduo adquire devido ao acesso e acumulação de conhecimentos, que podem ser utilizados nas suas relações sociais e produtivas”.

Esta dimensão integracionista é valiosa para o trabalho que desenvolvemos dados os desígnios de relacionar os temas chaves – globalização, integração e cooperação – e aplicá-los no cotidiano dos cidadãos com o propósito de atingir a qualidade de vida. Nesta visão, “o que deve nortear a integração não é a ideia de dependência ou exploração, mas de que os povos podem progredir mais e melhor de forma conjunta. Assim, o processo de integração envolve um conceito de identidade que engloba a educação, o progresso e o bem estar social” (LIMA, 2010, p. 16).

O cerne da questão está no pensamento de união igualitária: é necessário superar todos os obstáculos à integração ao alinhar o espaço a ser integrado de forma que se construa uma identidade própria. A história do lugar e das pessoas, a língua, a religião, a cultura geral são fatores importantes no processo, pois carregam um potencial capaz de unir povos: há países que se integraram por questões culturais como alguns árabes que criaram a Liga dos Estados Árabes, em 1945; e outros, como alguns islãs, que por motivos religiosos integraram-se para criar a Organização da Conferência Islâmica, em 1969. Esses fatores contribuem na concretização de uma identidade ao passo que fortalece o capital social e sua coesão o que gerará o sentimento de pertencimento.

Em suma, como se dá essa integração social? Lima (2010) parte de uma visão economicizada da integração social, ou em outras palavras, a linhagem é socioeconômica, mas isso não é fator que impeça a compreensão, uma vez que não podemos dissociar o processo de suas multidimensões, pois na prática essas dimensões devem se dá simultaneamente ou vinculadas (ZALDUENDO, 2010, p. 5). O próprio autor parte da ideia de que é necessária a unificação das economias regionais e “isso implica em alguns casos a

transferência de recursos das áreas mais ricas, a criação de programas sociais, a criação de metas de desenvolvimento e no incentivo ao fortalecimento do capital humano” (LIMA, 2010, p. 14).

A primeira política – a transferência de recursos – prevê a destinação do excedente das áreas mais ricas para as mais pobres cujo objetivo é proporcionar a qualidade de vida com a implantação de escolas e hospitais e impedir a rotatividade dos fatores de produção (trabalho e capital); a criação de programas sociais se caracteriza pela instalação de infraestruturas e condições de acesso à escolaridade e a alimentação adequada; a terceira política, que é a criação de metas de desenvolvimento refere ao desenvolvimento regional propiciado pelo e para o coletivo e não apenas para atender aos interesses locais; por último, o fortalecimento do capital humano se dá pela aplicação de todas estas políticas públicas.

O autor alega que quando há grandes disparidades na distribuição de renda a probabilidade se torna maior de ocorrer migrações para os locais mais desenvolvidos e isso compromete a qualidade de vida da população, o que justifica a importância daquelas políticas sociais no processo de alinhamento das sociedades que fortalecem a coesão social e o sentimento de pertencimento. Esse sentimento é visto pelo autor como de importância, pois ao perceber os traços comuns a população tende a confiar e estimar o espaço de vivência, criando-se a identidade regional. Lima (2010, p. 16), exemplifica que “há pouco interesse de regiões de qualidade de vida superior em se integrar com outra de qualidade de vida inferior”, e conclui:

O processo de integração implica na organização e no planejamento da distribuição da riqueza e do bem estar social ao longo do espaço. [...] isso implica em garantir a equidade de oportunidades e de bem estar social. Se uma política de integração regional não é capaz de garantir a melhoria das condições de vida nos espaços regionais que se integram, então a mesma está fadada ao fracasso e ao fortalecimento das desigualdades regionais (LIMA, 2010, p. 16,17,18).

Uma terceira dimensão no processo de integração é aquela que engloba a cultura. Esta é, pelo nosso entender, um fator social, portanto passível de construir-se de forma coletiva, e tratada sob a óptica da integração social, mas o destaque se faz necessário neste trabalho por estarmos a discorrer sobre uma área de fronteira internacional, uma tríplice fronteira na qual converge culturas distintas que conferem identidades próprias a cada uma das Nações partícipes – a brasileira, a argentina e a paraguaia. Mas a cultura nesta perspectiva deve ser compreendida de forma ampla, e em algumas vezes consubstanciada ao social.

A cultura no processo integracionista pode estar presente de várias formas e concebida por diversos atores, estatal ou não. Apesar da possibilidade de ausência do Estado na

perspectiva cultural, este pode trabalhar de forma condicionante do comportamento dos demais atores (CARVALHO; GOIANA FILHO, 2011, p. 1). Dessarte, artistas, professores, intelectuais, cientistas, estudantes, diplomatas, médicos são atores e agentes que sob o consentimento e a participação direta ou não do governo concebem a integração cultural através do intercâmbio de experiências, trabalhos e produtos, tais como exposições internacionais de arte e literatura, eventos médicos, festivais, mostras de livros e traduções destes para os idiomas oficiais dos países integrados – no caso da Tríplice Fronteira, o português e o espanhol –, mostras de turismo, missões científicas e artísticas, criação de escolas e institutos culturais, trocas sindicais e outros similares.

Para uma exemplificação prática aplicada na Tríplice Fronteira, escopo de nosso estudo, e compreender como se dá o processo integracionista cultural, relacionamos parte daquilo que Santos, R. (2009, p. 363), chama de “formas de intercâmbio intelectual e artístico entre Argentina e Brasil”, a saber: em 1930 foram criados os institutos culturais em cidades brasileiras e argentinas, a exemplo de Porto Alegre e Rio de Janeiro, Buenos Aires e Córdoba, respectivamente. O intuito era divulgar a geografia, a história e a língua através do aprendizado dos idiomas locais, a literatura, os estudos científicos, comerciais e industriais, além da divulgação turística de ambos países.

Em 1937 diversas obras, em suas maiorias literárias, foram lançadas nos dois países inclusive com traduções. Na Argentina, o *Ministerio de la Justicia e Instrucción Pública* participou da edição da *Biblioteca Autores Brasileños Traducidos al Castellano*, e a *Editorial Claridad* lançou a *Biblioteca de Novelistas Brasileños*. Por sua vez, o Brasil lançou a Coleção Brasileira de Autores Argentinos.

No campo da música, da escultura e da pintura diversos eventos foram realizados o que permitiu uma aproximação integralizadora entre as sociedades, e o nascer de um sentimento de tolerância e compreensão, de conhecimento recíproco. O intercâmbio científico e intelectual foi desenvolvido de forma intensa no setor da saúde que destaca o processo de integração e cooperação entre as Academias Nacionais de Medicina de Buenos Aires e do Rio de Janeiro. Outros fatos ocorreram em prol dessa integração e abrangia setores distintos como o militar, o do sindicalismo, o industrial e o comercial. Ressalta-se que o Itamaraty e o Ministério da Educação, no Brasil, e a *Comisión de Cooperación Intelectual del Ministerio de las Relaciones Exteriores* foram os órgãos estatais que investiram nesse processo integrador dentro do continente sul-americano.

Não é demais frisar que as dimensões social e cultural podem e devem agir de forma una. Se observarmos bem perceberemos que neste processo há “amplas e intensas interações,

através das fronteiras estatais, entre diversos grupos sociais e outras entidades, como as empresas, as organizações de empresários, os sindicatos, as organizações profissionais, as entidades acadêmicas, as comunidades científicas, os grupos religiosos, as forças armadas, etc”, nas palavras de Castedo (1989, p. 13), traduzidas por nós.

Essas interações geram interdependência e criam o que García-Pelayo (1977), chama de “sociedade transnacional” que distinguindo sociedade e Estado pode “definir-se como o conjunto social resultante das interações diretas entre atores pertencentes a sociedades de distintos Estados”. Os atores segundo este “*son los individuos ou entidades cujas acciones eventual ou permanentemente transcendem as fronteiras de seus Estados*”.

Para uma clarificação da compreensão da integração social é necessário distinguir entre sociedade transnacional, da sociedade nacional e da sociedade internacional. A primeira caracteriza o estado de integração regional quando “transcende os limites das distintas sociedades nacionais” e continua diferenciando-se da terceira sociedade pelo fato de que “seus atores não são primordialmente os Estados, nem as organizações interestatais” (GARCÍA-PELAYO, 1977, p. 138).

As dimensões política, social e cultural do processo de integração são de menor abordagem na literatura, mas não por isso devam ser consideradas superficiais ou irrelevantes. Seus conteúdos e significados podem fazer o papel de base para a compreensão da integração econômica. É sobre esta dimensão que iremos tratar agora. Por ser a mais conhecida, muitos teóricos, os quais indicaremos a seguir, vêm a discorrer e criam uma série de ideias e conhecimentos que devem ser de forma mais criteriosa analisados, sem fazer a relação de detrimento quanto às demais dimensões do processo. Esta faceta de integração motiva em grande parte a criação de Blocos Econômicos, a exemplo do Mercosul.

As acepções econômica e jurídica em sua tentativa de conceituar integração são em parte justificadas pelo contexto histórico em que foram utilizadas (CELLI JÚNIOR, 2006, p. 19). O termo integração foi aplicado pela primeira vez como parte explicativa de fenômenos da política econômica internacional e do direito internacional público, entre os anos de 1939 e 1942, portanto no percurso da segunda grande guerra mundial (MORE, 2002, p. 3). A discussão é aprofundada ao afirmar-se que é a partir do período pós-guerra que o termo ganha o significado que até hoje se lhe atribui e que se caracteriza num processo de interdependência e fusão de economias distintas que avançam fronteiras nacionais (COELHO, 2003, p. 1). Mas é capital advertir que “o conceito de integração econômica é relativo à medida que está relacionado a um determinado contexto socioeconômico” (CELLI JÚNIOR, 2006, p. 24), e

dessarte não pode ser levado à redução da ideologia econômica sem que se considerem as multifacetadas política, social e cultural do processo.

Para esse autor, com a derrocada da URSS e o respectivo esfacelamento do sistema socialista, e adicionamos a isto a queda do muro de Berlim que desmantelou o sentido bipolar do mundo à época¹⁴, a tendência de conceituar a integração permeou três vertentes: a liberal, a estruturalista e a neoliberal. Algumas palavras sobre estas correntes são necessárias para que possamos compreender o conceito e os contextos socioeconômicos nos quais foi e tem sido debatida a ideia de integração.

A teoria liberal surgiu de forma gradativa numa tentativa de se opor aos ideais do regime mercantilista que prevaleceu no século XVIII. Este regime pregava a participação do Estado como um regulador da economia e dotado de poderes para distribuir privilégios, em especial, aos amigos do governo. Pensava-se numa matemática de fatores com produto zero: um país para ser rico teria de antes haver outro que fosse pobre. Numa forma de superação desse pensamento, podemos recordar do tentame liberalista “*laissez faire, laissez paissier!*” dentro do próprio palácio do rei Luís XIV, que cujas palavras francesas o ministro da fazenda dizia ao seu monarca: “não impeça os outros de produzir, não impeça a circulação de mercadorias, não conceda privilégios!” (STEWART JÚNIOR, 1995, p. 20). Foi dessarte nesse ideário de liberdade que bem se explica com estas palavras que ao final daquele século as ideias do liberalismo já fluíam nas mentes de intelectuais.

A teoria liberal é uma doutrina política que prega, sobretudo, a liberdade, mas não total e em qualquer circunstância, pois reconhece “a imperiosa necessidade de uma ordem geral, estruturada em normas abstratas de conduta, legitimamente geradas pelos cidadãos e eficazmente aplicadas pelas instituições administradoras da justiça” (STEWART JÚNIOR, 1995, p. 77-78).

Nessa perspectiva liberalista cuja pressupõe que o Estado não conceda a pessoas ou grupos privilégios de qualquer natureza, como subsídios, reserva de mercado, protecionismo aduaneiro e monopólio, a integração é conceituada por Balassa (1973) como um processo e uma situação ou estado. A visão focada na liberdade econômica é explicada como processo ao tempo que “implica medidas destinadas à abolição de discriminações entre unidades econômicas de diferentes Estados; e como situação pode corresponder à ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais” (BALASSA, 1973, p. 11-12). Com isto o

¹⁴ Comentamos sobre esses assuntos quando tratamos sobre o fenômeno globalizador. Na ocasião, demonstramos também o papel importante desses acontecimentos históricos no processo de cunhagem do termo globalização. A retomada desses temas nessa parte da pesquisa só contribui na afirmação de que a integração, a cooperação e a globalização são fenômenos compatíveis e influenciados por fatos singulares entre tais.

autor defendia a eliminação de barreiras artificiais entre os países para que as trocas comerciais de capital e trabalho pudessem fluir livremente e a economia atingisse seu grau pleno de concorrência, o que influiria positivamente na cooperação social de forma que os consumidores usufruiriam de preços mais baixos (STEWART JÚNIOR, 1995, p. 83).

Outra vertente é a teoria estruturalista. Trata-se de um método analítico comparativo onde a visão holística metodológica é essencial: o todo é maior que a soma das partes. A análise é feita pela posição de cada elemento que constitui o todo, e a interdependência deve ser necessária, pois se traduz em fato substancial para a compreensão e constituição da totalidade.

As relações internas de cada elemento contribuem para a instalação de um sistema cujo é interpretado no todo e as características de seus elementos não podem ser analisadas de forma isolada (MOTTA, 1970, p. 24). Por esse pensamento entende-se a “integração econômica como a integração das economias”, num “processo que tende a organizar toda a atividade econômica de dois ou mais países – não apenas no que tange o seu comércio, ou suas trocas – mas também, no que refere à sua produção, formando um quadro econômico complexo, coerente e equilibrado” (CELLI JÚNIOR, 2006, p. 26-28). Nesta afirmação, os fatores de produção, especialmente a mão de obra são de importância tal qual o capital. É elementar o fato de que a concepção estruturalista na linhagem econômica previa um aperfeiçoamento da teoria liberal, com manutenção da eliminação de barreiras artificiais e incremento de uma organização estrutural e unificada.

A terceira e última vertente sobre a qual se apoiou os ideais de conceituação da integração econômica é, na verdade, uma extensão da primeira vertente – o liberalismo. Dois séculos depois do auge liberalista, portanto, já no século XX, surge o neoliberalismo inspirado também no Keynesianismo. Os pressupostos fundamentais desta então insurgente teoria eram as privatizações, o mínimo de interferência estatal e a conseqüente abertura econômica.

No que concerne à integração devemos lembrar a criação e papel do GATT. Esse Tratado Internacional que perdurou por quarenta e oito (48) anos visava em seus artigos a liberalização comercial e o combate às práticas protecionistas com o propósito maior de regular as relações comerciais e econômicas internacionais. Contemporaneamente esse papel foi dado à OMC e dentro desta conjuntura é que se estabelecem as interpretações sobre integração econômica.

Mas para alguns autores existem características estruturalistas que devem ser mencionadas. Por exemplo, são listados três níveis de integração econômica ao se basear na cognição de que

o fenômeno de integração econômica é uma iniciativa estatal, um resultado do dirigismo do Estado que organiza a atividade econômica através de medidas administrativas e legislativas. Parte, portanto, do princípio de que as forças de mercado não são suficientemente fortes para se auto-regular, exigindo, pois, a intervenção do poder político (MORE, 2002, p. 3).

A partir disto o autor continua a discorrer sobre os níveis de integração nacional, integração econômica internacional e integração econômica mundial. Para o primeiro, o processo de integração fica restrito às fronteiras nacionais de um país, dessa forma as trocas se dão entre regiões, estados, municípios e/ou distritos. O segundo nível nos remete a um conceito de regionalização no qual implicariam as forças microeconômica, macroeconômica e de direito. Na prática, a integração se dá entre economias de distintos países que estão próximos geograficamente, o que culmina na criação de um bloco regional. O terceiro e último nível é visto de forma semelhante ao segundo, mas com o incremento de uma área geográfica alargada que reúne todas as nações, portanto, gera-se um espaço mundializado, sem dúvida, globalizado.

Nessa linha de pensamento, nossa pesquisa se enquadra dentro da aceção de integração econômica internacional, visto a referência ao bloco Mercosul e aos três países componentes da Tríplice Fronteira – Brasil, Argentina e Paraguai.

Martins e Coelho em seus respectivos trabalhos de mestrado fizeram um levantamento sobre o que convencionaremos chamar de classificação da integração, a saber: integração real e integração formal; integração negativa e integração positiva; integração setorial e integração global; integração horizontal, cooperação funcional e integração vertical. Alguns desses conceitos foram formulados há muitos anos e baseados em fatos de sucesso e também de fracassos ocorridos ao percurso de diversas tentativas de integração. Para visualizar sinteticamente o que propõe cada um desses tipos o Quadro 5 refere a classificação da integração e o respectivo significado.

CLASSIFICAÇÃO	SIGNIFICADO
Integração real	Fluxos econômicos existentes entre economias.
Integração formal	Relações formais político-jurídicas subjacentes ao processo de articulação entre países integrados, podem ocorrer independentemente.
Integração negativa	Eliminação das barreiras comerciais à circulação de produtos e fatores produtivos, com vista à integração dos mercados.
Integração positiva	Criação e desenvolvimento de políticas e instituições comuns aos países integrados.
Integração setorial	Integração de um ou de determinados setores.
Integração global	Integração em todos os sectores econômicos.
Integração horizontal	Entre países vizinhos pela via da liberalização progressiva do comércio.
Cooperação funcional	Integração regional entre países vizinhos, mas pela via de projetos de desenvolvimento.
Integração vertical	Integração entre países de continentes e estágios de desenvolvimentos muito diferentes, particularmente utilizada para denominar a integração entre países africanos e europeus.

QUADRO 5 - CLASSIFICAÇÃO DA INTEGRAÇÃO

FONTE: elaborado pelo autor com base nos trabalhos de Martins e Coelho (2003). 2016.

Além da classificação há uma sistematização proposta por Bela Balassa em 1962 que perdura na contemporaneidade nos trabalhos de geógrafos, economistas, filósofos, sociólogos, juristas e demais estudiosos e acadêmicos. Trata-se das categorias de integração econômica internacional. Para o teórico, têm-se cinco (5) etapas: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e integração econômica total. Coelho (2003, p. 13) utiliza para esta última categoria a nomenclatura união econômica e monetária.

A primeira etapa ou fase no processo de integração é a Zona de Livre Comércio – ZLC – que em sua mais tenra evolução prima pela eliminação gradual de barreiras tarifárias e também técnicas que permitam a livre circulação de bens e serviços dentro do grupo de países integrados. Porém, não há empecilhos ou regras para que cada governo estabeleça sua própria política de relação com o exterior, ou seja, com as Nações não integrantes do Bloco Econômico. Na sequência, transcrevemos as palavras de Celli Júnior (2006) e o texto constante do art. XXIV do GATT que explicam de forma abrangente a ZLC:

Configura, pois, a zona de livre comércio um acordo jurídico-comercial que deve abranger o essencial do comércio. Os Estados participantes obrigam-se a, gradual e progressivamente, suprimir os entraves aduaneiros e outras restrições quantitativas existentes [...] O Tratado que cria a Zona de Livre Comércio estabelece assim as condições, os prazos e os mecanismos de processo de liberalização comercial, sua estrutura institucional – geralmente composta de órgãos intergovernamentais – bem como um sistema de solução de controvérsias (CELLI JÚNIOR, 2006, p. 30).

[...] um grupo de dois ou mais territórios aduaneiros entre os quais os direitos aduaneiros e outras regulamentações restritivas das trocas comerciais são eliminados para a maioria das trocas comerciais relativas aos produtos originários dos territórios constitutivos da zona de livre troca (GATT, art. XXIV, 8b, p. 35)¹⁵.

A União Aduaneira – UA –, segundo nível de integração, é uma ZLC acrescida de dois fatores: uma harmonização das políticas comerciais incluso os trâmites com o exterior, e a aplicação de uma Tarifa Externa Comum – TEC. Essa tarifa é aplicada a terceiros países e acordada entre os membros da UA de uma forma que não sejam prejudicados ou beneficiados em detrimento de outros em virtude de melhor localização geográfica, por exemplo. Nesse sentido, há intrínseca uma abdicação de parte da soberania nacional: a política e tarifa únicas precisam ser aprovadas unanimemente e para isso os países integrantes têm que flexibilizar suas políticas monetárias e fiscal, além de interferir culturalmente em suas organizações internas. Numa perspectiva mais jurista, transcrevemos parte do art. XXIV do GATT que discorre a cerca da UA:

[...] a substituição, por um só território aduaneiro, de dois ou mais territórios aduaneiros, de modo que: (i) os direitos aduaneiros e outras regulamentações restritivas das trocas comerciais [...] sejam eliminados para a maioria das trocas comerciais entre os territórios constitutivos da união, ou ao menos para a maioria das trocas comerciais relativas aos produtos originários desses territórios; (ii) e, [...] os direitos aduaneiros e outras regulamentações idênticas em substância sejam aplicadas, por qualquer membro da união, no comércio com os territórios não compreendidos naqueles (GATT, art. XXIV, 8a, p. 35).

O terceiro nível é o Mercado Comum – MC. Trata-se de um estágio bem mais elaborado e, portanto de um maior grau de evolução, pois mantém as características dos dois primeiros níveis – ZLC e UA – que são a livre circulação de bens ou mercadorias e serviços, a aplicação da TEC e a harmonização de políticas comerciais, e acrescenta-se a isso outras liberdades, tais como: livre movimentação dos fatores de produção (capital e trabalho), livre circulação de pessoas, livre concorrência e a instituição de políticas econômicas. Dado esses avanços se faz necessário a criação de órgãos supranacionais para orientar e legislar o MC. O que se propõe ao MC é uma política complexa onde inevitavelmente os Estados membros deverão desarraigam de suas prerrogativas de soberania dada a necessidade de compatibilizar legislações nacionais nos quesitos trabalhistas, previdenciários e outros que regem a vida e a dignidade das pessoas.

¹⁵ Os Acordos da Organização Mundial de Comércio – OMC – incluem o “Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio de 1994 (GATT 94)”, o qual incorpora o “Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio de 1947 (GATT 47)”. Transcrição conforme GATT 47. Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/LTF_MA_26142.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

A União Econômica – UE – é a quarta fase do processo de integração. Nesta tem-se o MC e a concreta instituição de políticas econômicas unificadas, com a criação de um banco central da união e de uma moeda única para os Estados membros, e estes podem suprimir suas moedas nacionais caso entendam necessário. Na UE todos os fatores de produção circulam livremente entre os países do bloco e há uma maior coesão entre as políticas econômicas, fiscal e social.

A quinta e última fase do processo e assim obtido o grau máximo de evolução tem-se a Integração Econômica Total – IET – que é caracterizada por todas as regalias previstas para as fases anteriores. Dessa forma, além das liberdades de circulação de bens, serviços, pessoas, fatores de produção e livre concorrência; aplicação de uma TEC; harmonização de políticas econômicas, fiscais, sociais, banco da união e moeda única; há a criação de políticas comuns de relações externas, de defesa e segurança e a concreta instituição de uma autoridade supranacional sob a qual os Estados membros devem acatar todas as decisões.

No Quadro 6 são apresentadas as cinco formas de integração e seus respectivos estágios para que tenhamos uma visão global sintetizada de todo o processo.

FORMA DE INTEGRAÇÃO	ESTÁGIO	CARACTERÍSTICAS
Zona de Livre Comércio	1º	- eliminação gradual de barreiras tarifárias técnicas; - livre circulação de bens e serviços.
União Aduaneira	2º	- inexistência de barreiras tarifárias e técnicas; - livre circulação de bens e serviços; - harmonização das políticas comerciais; - aplicação de uma TEC.
Mercado Comum	3º	- inexistência de barreiras tarifárias e técnicas; - livre circulação de bens e serviços; - harmonização das políticas comerciais; - aplicação de uma TEC; - livre movimentação dos fatores de produção (capital e trabalho); - livre circulação de pessoas; - livre concorrência; - instituição de políticas econômicas, fiscal e trabalhista; - criação de órgãos supranacionais.
União Econômica	4º	- livre circulação de todos os fatores de produção e concorrência; - aplicação de uma TEC; - política econômica unificadas; - criação de um banco central da União; - instituição de moeda única para os Estados membros; - coesão entre as políticas econômicas, fiscal e social.
Integração Econômica Total	5º	- liberdade de circulação de bens, serviços, pessoas, fatores de produção e livre concorrência; - aplicação de uma TEC; - harmonização de políticas econômicas, fiscais, sociais; - Banco da Central da União; - moeda única; - criação de políticas comuns de relações externas; de defesa e segurança; - concreta instituição de uma autoridade supranacional.

QUADRO 6 - FORMAS DE INTEGRAÇÃO E CARACTERÍSTICAS

FONTE: elaborado pelo autor com base nos trabalhos de Balassa (1973); GATT (1947), 2016.

O processo de integração proposto por Bela Balassa é na sua essência econômico e prever as cinco etapas de forma sucessivas num movimento evolucionista, programado, positivista, portanto, mecânico. No entanto, somente na teoria assim é compreendido, pois uma vez na prática os blocos podem ser estabelecidos em um daqueles estágios sem que tenha

passado pelos anteriores, a exemplo do Pacto Andino criado em 1969 com características de MC sem jamais ter cumprido as etapas de ZLC e UA.

A tendência econômica no conceito de integração é também essencial para este estudo, visto que as análises nos remeteram para concepções que compartilham do mesmo ideal: a eliminação de barreiras artificiais e a consequente abertura econômica mediante trocas comerciais. Estas ideias foram fundamentais para a criação e instalação de Blocos Econômicos, a exemplo do Mercosul, que concretiza a compatibilidade do processo de globalização aos circuitos integradores e cooperadores com repercussões locais, como no caso específico da Tríplice Fronteira.

1.3 GLOBALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO NA TRÍPLICE FRONTEIRA: DO GLOBAL AO LOCAL

A instituição do Mercosul é um exemplo de “fragmentação inclusiva ou integradora” pautada na ideia de “fragmentar para melhor globalizar”. Esta afirmativa corrobora a superação de que a globalização é um processo homogeneizador das dimensões social, cultural, econômica e espacial; “homogeneização esta que tenderia a uma dissolução das identidades locais, tanto econômicas quanto culturais, em uma única lógica, e que culminaria em um espaço global despersonalizado” (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 40).

A globalização é um processo multifacetado que “influencia a cada um de nós de uma série de maneiras, tanto para o nosso benefício e também para o nosso detrimento” (AL-RODHAN, 2006, p. 6). “*Cada cultura, por no decir cada individuo, tiende a establecer una forma específica de apropiación de la globalización, de lo cual se desprende también la variedad de significados que el fenómeno porta*” (VENGOA, 2002, p. 92-93). Com esta reflexão não cabe falar de homogeneização com negação ou despersonalização das identidades locais, pois o processo é muito mais complexo e dinâmico como finaliza Haesbaert e Limonad (2007):

Não atinge igualmente todos os segmentos sócio-espaciais, pois não somente ele se processa em pontos seletivamente escolhidos do globo terrestre como, em muitos casos, é obrigado a adaptar-se e/ou a reelaborar processos político-econômicos e culturais ao nível local (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 40).

Para discorrer sobre esses processos políticos, sociais, culturais e econômicos que ocorrem ao nível local, recorreremos mais uma vez à Haesbaert (1999) com a célebre frase de

que “a globalização não serve apenas para globalizar”. Com isto, o autor nos embasa para afirmar que a globalização não implica necessariamente tornar um fato mundializado, ou universal e homogeneizado; onipresente em todos os continentes terrestres; onipotente em todas as suas interações e consequências. Não é demais frisar que *“la globalización encierra significados diferentes para los distintos países y regiones del planeta, de lo cual se desprende que los modos de apropiación son diferenciados* (VENGOA, 2002, p. 92).

Cada lugar possui sua globalização, com suas manifestações distintas e consequências de menor ou maior grau de magnitude. Para Vengoa (2002) *“no es lo mismo imaginar, razonar y opinar de la globalización cuando uno vive en Washington, París, Tokio, Moscú, Praga, El Cairo, Luanda, Nueva Delhi, Bogotá o Santiago de Chile”*. É possível que em algumas destas cidades nos sintamos compartilhando de estilo de vida igual. A explicação para isto nos remete à análise do binômio Global-Local, que Robertson (1995) sugeriu designar de processo de “glocalização”, cujo define as relações políticas, sociais, culturais e econômicas estabelecidas entre as duas escalas espaciais geográficas – a global e a local. Haesbaert (1999) esclarece a dicotomia Global-Local:

processos globais “implantam-se” no local, adaptando-se a ele, ao mesmo tempo em que o local pode globalizar-se na medida em que expande pelo mundo determinadas características locais. No primeiro caso ocorre uma dinâmica no sentido global-local, mas sem que o local seja um simples reflexo do global, pois ele impõe condições para a realização da globalização. No segundo caso, o local produz a diversidade no âmbito global, complexificando as características que marcam a globalização (HAESBAERT, 1999, p. 25).

O autor explica que os processos globalizadores podem condensar-se no local ou atravessá-lo por via das TIC's, pelo uso da internet, por exemplo, que se estabelecem relações interpessoais e divulga atos e fatos de outros continentes. Simultâneo, o local inclui o global ao ser “completamente penetrado e moldado em termos de influências sociais bem distantes dele” (GIDDENS, 1991, p. 27). Como imposição e pelo uso do meio técnico-científico informacional (SANTOS, 1994), o local é projetado ao global numa espécie de alongamento, e transfere à globalização a diversidade e a complexidade inerente ao processo.

Neste prisma analítico, a globalização vai além de globalizar: cria, extingue e recria o local; é complexificada pelas diversidades locais, e estabelece uma fragmentação para integrar. Vengoa (2002) endossa que os circuitos globalizadores são capazes de gerar novas espacialidades que são definidas por *“grandes redes de interacción entrelazadas que van desde lo propiamente global hasta los contextos locales y personales (cotidianos de experiencia social)”*. Isto implica transcender fronteiras físicas ou imaginárias e altera as

relações entre as pessoas, sem constituir necessariamente um território sem limites, como escreve Alvater (2000):

La superación de las fronteras en el transcurso de la globalización no es de ninguna manera equivalente a un mundo sin límites. Se agolpan nuevas limitaciones, por ejemplo, aquellas que resultan de la exigencia extrema a que se somete a los emplazamientos para producir competitividad sistémica, o límites que se deben a la tensión social y política que se origina cuando las sociedades son obligadas a obedecer un régimen temporal y espacial globales (ALVATER, 2000, p. 32).

Esse caráter transformador gera contextos distintos limitados por novas fronteiras e regras, como por exemplo, as normas institucionais que os países membros do Mercosul devem sujeitar-se para garantir o bom funcionamento e o objetivo de competitividade leal e de consolidação da integração e cooperação política, social, cultural e econômica, o que proporciona qualidade de vida e fortalece o vínculo entre os cidadãos no cone sul. Os regimes temporais e espaciais aludidos pelo autor corrobora o pensamento de Vengoa (2002) de que *“la globalización asume una función transformadora porque induce a una perenne alteración de las relaciones espacio temporales, modifica las formas de interpenetración entre individuos, pueblos y comunidades y crea contextos diferenciadores (VENGOA, 2002, p. 102).*

Essas modificações nas relações espaços-temporais, as formas de interpenetração entre as comunidades e os contextos diferenciados são concretizados pelas territorialidades transfronteiriças. Cury (2010) entende as territorialidades transfronteiriças como os fatos e atos da

dinâmica interna das populações que vivem na fronteira, que estabelecem suas relações de vida, trabalho, cooperação e trocas. Firmam-se pelas dependências de ligações econômicas e dos fluxos socioambientais e culturais, que acabam gerando uma identidade de quem vive num espaço geográfico único, separado apenas por políticas públicas [...] (CURY, 2010, p. 221).

No caso específico da Tríplice Fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai, fito dessa pesquisa, é fato científico que *“as populações encontradas nas fronteiras nacionais estabelecem as suas relações de aproximação e criam os territórios transfronteiriços (CURY, 2010, p. 217).* As interpenetrações populacionais com dependências das cidades trigêmeas de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este são comprovações do binômio Global-Local. A análise seguinte é necessária para essa compreensão.

Haesbaert (1999, p. 25) afirma que processos globalizadores podem implantar-se no local e sujeitar-se a tal, e gerar espacialidades. Cury (2010) comprova que com a globalização

e as relações consequentes na Tríplice Fronteira, a cidade de Foz do Iguaçu se destaca no turismo: “as redes de conexões, de interdependências e de interpenetrações em função do advento da globalização, frente a duas áreas de livre comércio e o Brasil como principal consumidor, destacam-se Foz do Iguaçu como a principal cidade receptiva de visitantes” (CURY, 2010, p. 221).

Por seu turno, o local pode globalizar-se numa espécie de “alongamento” (HAESBAERT, 1999, p. 25). A constatação da projeção ao global e consequente diversidade e complexidade no processo globalizador na Tríplice Fronteira é dada a partir dos estudos de Cury (2010) que afirma ter sido os migrantes de origem árabe, chinesa, indiana, turca e outras atraídos para este território pela proximidade geográfica dos três países e os baixos impostos praticados. Isto gerou desenvolvimento populacional e econômico local. O autor conclui que

a função simbólica da efetivação das Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu¹⁶ se faz além das relações das populações com os processos de cooperação de base local para as esferas nacionais que alcançam os patamares internacionais. As realidades locais de aproximações levam à construção de relações internacionais. A firmação do Bloco do Mercosul na América Latina pode se constituir pelas territorialidades e do início dos processos de cooperação econômica (CURY, 2010, p. 220-221).

Os processos globalizadores e as relações Global-Local na Tríplice Fronteira são observados nos circuitos da integração e cooperação territorial. Cury (2010) corrobora a ideia exposta: “se defende a presença e existência das TTI na perspectiva das territorialidades descritas [...], que agem por meio da cooperação e da integração, fazendo do Iguassu¹⁷ um território próprio na América Latina e no mundo” (CURY, 2010, p. 222).

As ações integradoras e cooperadoras locais circunscritas à Tríplice Fronteira são desenvolvidas no âmbito do Mercosul, da União de Nações Sul-Americanas – UNASUL, e da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA (CARNEIRO FILHO, 2015, p. 47). Por vezes são instituídos mecanismos de integração e cooperação tais

¹⁶ A tese sobre as Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu – TTI – defendida por Cury (2010), “objetiva comprovar que a existência das TTI se dá a partir da centralidade das cidades trigêmeas, ao longo das suas formações históricas no processo de produção e organização territorial, numa abordagem “de dentro para dentro” e “de fora para dentro””.

¹⁷ O autor optou por utilizar o vérbete grafado com ‘ss’ por representar “mais do que a facilitação da pronúncia do termo para estrangeiros” (Cury, 2010, p. 9). Sobre esse assunto é cabível explicar que na criação em 1914, do município de Vila Iguassú, houve opção pela grafia com ‘ss’. Em 1945 com o acordo ortográfico entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, fixou-se o uso do ç no lugar de ss nos substantivos de origem indígena, modificando a grafia. Em 2005 a discussão voltou à tona quando na câmara dos deputados circulou o projeto de lei que alterava novamente a grafia do nome, voltando a forma anterior (ss). A alegação era a de transtornos de compreensão por parte dos turistas estrangeiros. O projeto foi vetado devido ao índice de insatisfação da população local (GOMES, 2008, p. 82).

quais as Instâncias Técnicas, e elaborados e ratificados Acordos, Tratados Atas e Declarações trilaterais e bilaterais entre Brasil-Argentina, Brasil-Paraguai, e raro Argentina-Paraguai.

Cardin (2009) refere a essa situação como uma deficiência política de governança. O desenvolvimento regional e local apesar de interdependente e vinculado ao processo globalizador, está desarticulado e carece de reflexões conjuntas com metas e políticas comuns aos três países que compõem a Tríplice Fronteira. Na ausência de uma governança conjunta os problemas sociais, culturais e econômicos que emergem em uma ou outra cidade trigêmea alongam-se em todo o território transfronteiriço com implicações funestas.

Nesse contexto, ações individuais são propostas com o objetivo de desenvolver isolada e nacionalmente os países, como integrar a Tríplice Fronteira. Os exemplos são os projetos brasileiros na educação com a implantação da Unila, mas com contribuições advindas de reuniões do Mercosul; e na saúde com a instituição do Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras – SIS-Fronteira. Este é um Programa de apoio financeiro às regiões de fronteira, em específico aos brasileiros que vivem nos países fronteiriços, mas também aos estrangeiros que residem ou transitam pelas cidades brasileiras de fronteira.

A cidade de Foz do Iguaçu foi a primeira a implantar o sistema. Obras como a Unidade Básica de Saúde Jardim América e a reforma da Unidade Básica de Saúde Vila Yolanda, além do custeio parcial do Centro Materno Infantil e da realização de cursos de gestão, são frutos do Programa (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU, 2010, p. 20).

Diversos estudiosos sobre o território transfronteiriço em escopo admitem que estas e outras ações, em especial as de infraestrutura, taxadas como integradoras são, na essência, excludentes, pois vão contra os interesses locais da população transnacional e, por vezes, geram desapropriações o que implica em pessoas sem terra e sem moradia. Ressalva-se que os projetos sociais, como os educacionais e no setor saúde, são aplaudidos por autores como Carneiro Filho (2013b) que afirma estarem de fato a contribuir para uma melhor gestão e consequente integração e cooperação transfronteiriça.

A partir da compreensão de que a globalização é um processo que abrange os continentes da Terra em menor ou maior grau de intensidade e cada indivíduo a percebe de forma distinta; que suas manifestações são inferidas nos circuitos integradores e cooperativos que perpassam o local e desse alonga-se ao global; de que a Tríplice Fronteira em toda a sua dinâmica está inevitavelmente atrelada às essas tendências, torna-se imprescindível a análise da historiografia e dos elementos geográficos que constituíram o território da Tríplice Fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai, e as suas territorialidades transfronteiriças

percebidas nas relações entre as cidades trigêmeas de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este.

2 AS TERRITORIALIDADES TRANSFRONTEIRIÇAS DA TRÍPLICE FRONTEIRA DE FOZ DO IGUAÇU (BRASIL), PUERTO IGUAZÚ (ARGENTINA) E CIUDAD DEL ESTE (PARAGUAI)

A Tríplice Fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai que circunscreve às territorialidades transfronteiriças das cidades de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este, se fez acentuada a partir do destaque internacional na mídia, na década de 1990. Naquele ano, os EUA suspeitaram da existência de terroristas islâmicos radicados no território com interesses táticos. Porém, ressalta-se que a Tríplice Fronteira possui uma historiografia que remete aos primeiros contatos do europeu com os Guarani. É resultado de ações compartilhadas entre seus habitantes iniciais – os índios Guarani – e, na contemporaneidade, entre brasileiros, argentinos, paraguaios e diversas outras etnias.

Neste capítulo, a perspectiva histórica parte do século XVI com a chegada dos primeiros europeus ao território que é hoje a Tríplice Fronteira e o contato com os Guarani. A ideia central é compreendermos o processo de constituição desse território. Na sequência, o estudo das territorialidades transfronteiriças e os elementos históricos e geográficos das cidades de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este podem ser melhor compreendidos a partir da descrição dessas urbes trigêmeas.

2.1 A TRÍPLICE FRONTEIRA

A Tríplice Fronteira tal qual concebemos está localizada no centro de um território que histórico e imemorialmente foi ocupado pelos índios Guarani – o *Tekoa Guassu*. A tradução para esses verbetes indígenas é algo que se aproxima de “grande conjunto de aldeias” ou “grande território guarani”. Segundo dados arqueológicos, esse território que se estende do sul e sudeste do Paraguai, abrange o nordeste argentino, e parte dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, no Brasil; é o “berço” dos povos Guarani, pois é habitado por estes desde o século I d.C. (CARVALHO, 2013, p. 113-115).

No século XVI, precisamente em 1542, o espanhol Álvar Nuñez Cabeza de Vaca foi o primeiro colonizador europeu a desembarcar no *Tekoa Guassu*, especificamente no território atual da Tríplice Fronteira, como relatam os autores Chagas e Mota (2011); Vallejos e González (2014). Com a chegada deste e de muitos outros colonizadores, grandes disputas e conquistas de terras e de poder geraram novos limites territoriais, e os contornos atuais

fronteiriços entre Brasil, Argentina e Paraguai começaram a ser estabelecidos. Contudo, a nova ordem seccionou parte do território tradicional dos Guarani e gerou conflitos e diversos problemas relativos à insuficiência de terra para moradia e cultivo alimentar daqueles povos indígenas. Essas intempéries são abordadas por Horii (2014):

Podemos apontar que o território Guarani passou por inúmeras retaliações a partir da chegada dos povos europeus na “conquista” da América. Passando pelo Tratado de Tordesilhas, de Madri e o de Santo Ildefonso, a região que compreende o antigo território dos Guarani foi sistematicamente dividida por limites territoriais, sem contudo levar em consideração a autonomia desse povo (HORII, 2014, p. 97).

Um marco histórico no traçado das fronteiras entre os três países Brasil, Argentina e Paraguai, ocorreu no século XIX e ficou conhecido como a Guerra do Paraguai. Carneiro Filho (2014) esclarece essa questão:

Ao longo do século XIX antigas disputas territoriais continuaram vivas. As fronteiras entre Brasil, Argentina e Paraguai passaram a tomar os contornos atuais somente após a Guerra do Paraguai (1864-1870). No ano de 1872, Brasil e Paraguai assinaram um tratado que definia a fronteira entre os dois países desde a foz do rio Apa, no atual território do Mato Grosso do Sul, até a foz do rio Iguazu, no estado do Paraná. Por sua vez, a fronteira entre Argentina e Brasil foi definida através do Tratado de Limites de 1898 que foi complementado pelos Artigos Declaratórios (1910) e pela Convenção Complementar (1927) (CARNEIRO FILHO, 2014, p. 60-61).

Esses limites territoriais impostos pelo colonizador e que estabeleceram politicamente os Estados Nacionais na Tríplice Fronteira, não são reconhecidos pelos Guarani que possuem aldeias que extrapolam as fronteiras nacionais dos três países. Os povos habitantes de fronteira possuem o direito de ir e vir entre os países, já que a existência de seu território de ocupação tradicional, o *Tekoa Guassu*, é anterior ao estabelecimento dos próprios Estados Nacionais, e isto é garantia dada pela Convenção Internacional de Genebra nº 169/1989, da Organização Internacional do Trabalho – OIT – cuja Brasil ratificou pelo Decreto Legislativo nº 143/2002 e pelo Decreto Presidencial nº 5051/2004 (HORII, 2014, p. 109). Para frisar, cita-se o exposto na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que corrobora a Convenção de Genebra:

Os povos indígenas, em particular os que estão divididos por fronteiras internacionais, têm o direito de manter e desenvolver os contatos, relações e cooperação, incluindo atividades de caráter espiritual, cultural, político, econômico e social, com seus próprios membros, assim como com outros povos através das fronteiras. Os Estados, em consulta e cooperação com os povos indígenas, adotarão medidas eficazes para facilitar o exercício e garantir a aplicação desse direito (DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS, 2008, art. 36).

Mesmo com a presença do colonizador, os povos Guarani empreenderam uma luta pela sobrevivência e continuação de seu *modus operandi*, e a Tríplice Fronteira permaneceu habitada unicamente por eles até 1880, salvaguardados em aldeamentos jesuíticos, a exemplo da Missão Jesuítica de Santa Maria do Iguçu, que foi destruída mais tarde pela ação carrasca de bandeirantes.

Durante todo o século XVII, a colonização do território Guarani foi encabeçada por *encomenderos*¹⁸ e padres jesuítas, que se utilizaram dos rios Paraná e Paraguai para adentrar aos terrenos inóspitos do interior. Sobre a capacidade do colonizador, o historiador Ruy Christovam Wachowicz estabelece que

As autoridades espanholas encarregavam indivíduos, que possuíam alguns bens e capacidades de conquistarem as terras ocupadas pelos índios. Estes conquistadores eram os “adelantados”, como foram, por exemplo, Balbôa, Pizarro, Pedro de Mendoza, Pero Alvarez Nunez Cabeza de Vaca e muitos outros. Segundo as determinações da coroa espanhola, a população indígena deveria ser catequizada, defendida contra os inimigos e iniciada num ofício pelos adelantados. Em troca disto, os índios pagariam uma taxa, ou prestariam serviços. Chamava-se “encomiendas” a esse sistema, o qual logo degenerou, passando o índio à condição de escravo (WACHOWICZ, 1972, p.13).

A população não indígena, ou como o senso comum designa de população branca, passou a povoar a Tríplice Fronteira a partir de 1888 (GOMES, 2008, p. 77). Há um contrassenso de que esse povoamento se deu ainda em 1880, na Argentina (CARNEIRO, 2016, p. 77). Nesta análise, é válido ressaltar que nos três países Brasil, Argentina e Paraguai, a conquista do território indígena pelos colonizadores brancos, e o conseqüente povoamento se fez em períodos distintos.

A Argentina, com a lei de Federalização que institui a Província de Misiones, de 1881, e mais tarde, em 1902, com a criação da cidade fronteiriça de Puerto Iguazú, inicia um povoamento do território, sobretudo com imigrantes europeus, especialmente poloneses, italianos e alemães. No Brasil, é criada a Colônia Militar do Iguassu, em 1889, e em 1914 é instituído o município de Vila Iguçu, que quatro anos mais tarde, 1918, passou a ser chamado de Foz do Iguçu. No Paraguai, em 1945, é criado o Departamento do Alto Paraná, e em 1957 foi fundada a cidade de Puerto Presidente Stroessner. Alguns anos depois, em 1989, o município passa a chamar-se de Ciudad del Este (SILVA, 2014, p. 65).

¹⁸ *El encomendero puede definirse como la persona que tiene un repartimiento o grupo de indios en encomienda. La encomienda es una institución jurídica que supone una determinada relación entre un español y un grupo de indios. Como la naturaleza y el contenido de esta relación no han sido siempre los mismos, es evidente que la posición del encomendero ha variado con el tiempo. No es, pues, posible caracterizar en abstracto al encomendero indiano, sino a los distintos tipos de encomendero (DIEGO, 1951, p. 141).*

Com a criação dessas cidades, o território que é hoje a Tríplice Fronteira participava de um processo de povoamento motivado por políticas públicas governamentais, a exemplo da “Marcha para o Oeste”, do governo Getúlio Vargas, no lado brasileiro; e “*Marcha hacia El Este*”, no lado paraguaio, pelo presidente Alfredo Stroessner, e outras estabelecidas na década de 1960 e 1970 (NOGUEIRA, CLEMENTE, 2011, p. 6-7; ALBUQUERQUE, 2009, p. 141-142).

Até 1950, o crescimento populacional permaneceu modesto e a principal atividade era a exploração de erva-mate e madeira, esta iniciada em 1820. Foi nos anos de 1960 a 1980 que a Tríplice Fronteira “inchou em números de habitantes com as construção das obras de integração rodoviária, de construção da Usina de Itaipu e do estabelecimento da Zona Franca de Ciudad del Este” (SILVA, 2014, p. 65). Essas políticas governamentais atraíram além de brasileiros, argentinos e paraguaios residentes em outras regiões dos respectivos países, imigrantes libaneses, sírios, palestinos, jordanianos, egípcios e chineses. É útil destacar o fato de que grande parte da comunidade árabe se estabeleceu nesse território com intuito de fugir das guerras que assolam seus países de origem.

É interessante frisar que o território que concebemos como Tríplice Fronteira, escrito com iniciais maiúsculas e como substantivo próprio, é de constituição contemporânea:

A região onde confluem os limites internacionais do Brasil, da Argentina e do Paraguai nem sempre foi conhecida como a Tríplice Fronteira. Antes dos anos 90, quando aparecia uma referência para denominar a região em seu conjunto, se falava de zona, região ou área das três fronteiras. Às vezes aparece a fórmula ‘tríplice fronteira’ para nomear aquela região (por exemplo, nos jornais locais ao final dos anos 80), também é utilizada como substantivo genérico, nunca como substantivo próprio (RABOSSI, 2004, p. 24).

As mudanças estruturais ocorridas ao longo dos anos de 1950 a 2000, a exemplo da construção das rodovias BR 277, Ruta 12 e Ruta 7, respectivamente no Brasil, na Argentina e no Paraguai; das pontes internacionais Tancredo Neves (entre Brasil e Argentina) e da Amizade (entre Brasil e Paraguai); e da Usina de Itaipu, criaram e moldaram o território da Tríplice Fronteira (SILVA, 2014, p. 57). Porém, a designação desta como substantivo próprio se fez acentuada a partir da suspeição por parte dos Estados Unidos de que neste território havia uma conexão entre a população árabe e o terrorismo. Essa tese é corroborada por Silva (2014), Montenegro e Béliveau (2006) e Rabossi (2004). As palavras deste último são esclarecedoras:

A transformação no substantivo próprio ‘Tríplice Fronteira’ aparece a partir da suspeita da presença de terroristas islâmicos na região depois dos atentados na embaixada de Israel em Buenos Aires em 1992 e,

particularmente, depois do atentado à *Asociación de Mutuales Israelitas Argentinas* em 1994 (RABOSSO, 2004, p. 24).

Sem embargo à suspeita estadunidense, a oficialização do uso Tríplice Fronteira para designar o território construído na intersecção entre Brasil, Argentina e Paraguai, circunscrito às três cidades de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este e suas territorialidades transfronteiriças, se deu em março de 1996 no “acordo dos Ministros do Interior da República Argentina, da República do Paraguai e de Justiça da República Federativa do Brasil”, e se concretizou em janeiro de 1998, quando firmado o “Plano de Segurança para a Tríplice Fronteira”. Esse Plano estabelece a criação de várias comissões e ações específicas a serem implementadas nesse território (RABOSSO, 2004, p. 24).

Ressalta-se que a Tríplice Fronteira não possui limites oficiais estabelecidos por qualquer instituição governamental. O equívoco pelo qual alguns autores que descrevem este território incorrem dar-se ao confundir Tríplice Fronteira com a área operativa do Pólo Turístico Internacional do Iguaçu, que visa fomentar o turismo transnacional. Para este a Resolução do Grupo Mercado Comum – GMC nº. 41 de 05 de dezembro de 1997 estabelece a área “*comprendida en la República Argentina por el Departamento de Iguazú, en la República Federativa del Brasil por el Municipio de Foz de Iguazú y en la República del Paraguay por los Municipios de Ciudad del Este, Hernandarias, Puerto Presidente Franco y Minga Guazú*” (MERCOSUL/GMC/RES Nº. 41/97).

De forma equivocada ou proposital, sem minuciar essa questão, mas para atingir os objetivos propostos em pesquisas, há autores que estabelecem alguns limites, a exemplo de Carneiro Filho (2013a, p. 55) que afirma como área de influência a “microrregião de Foz do Iguaçu, o Departamento paraguaio do Alto Paraná e os Departamentos argentinos de Iguazú e General Manuel Belgrano”. Montenegro e Béliveau (2006) também contribuem com esforços para caracterização espacial da Tríplice Fronteira:

Como entidad, la Triple Frontera seria un espacio más allá de los límites jurídicos de las fronteras de los tres países [...] Así, lo que conocemos como Triple Frontera es un espacio imaginado como zona de intersección entre Paraguay, Argentina y Brasil. Su existencia se circunscribe a tres ciudades pertenecientes respectivamente a los tres países, Ciudad del Este, Puerto Iguazú y Foz do Iguaçu y a los tránsitos y flujos que permiten los puentes y pasos fronterizos existentes entre ellas (MONTENEGRO; BÉLIEVEAU, 2006, p. 15-17).

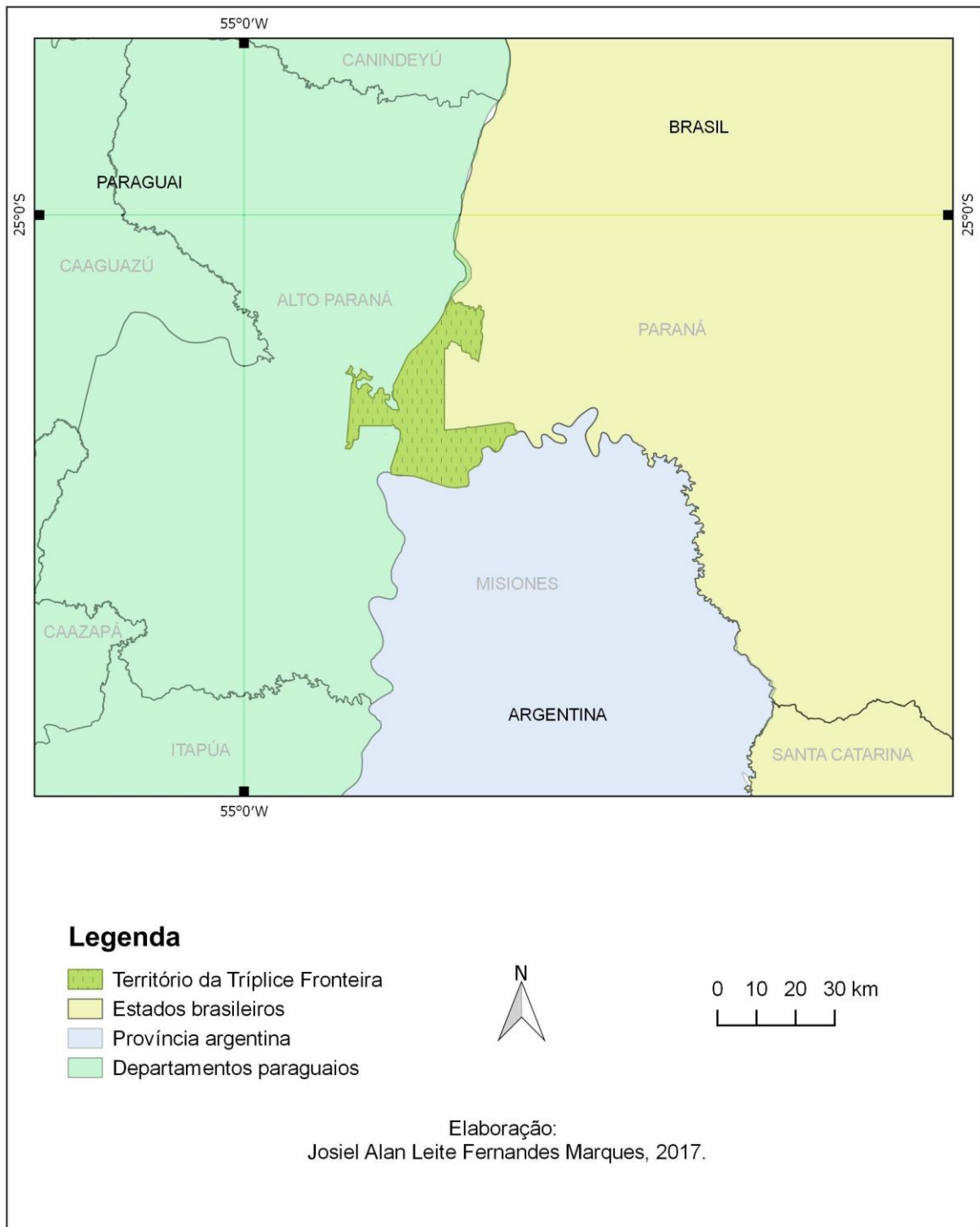
Optamos considerar como território da Tríplice Fronteira a área de intersecção dos Três países Brasil, Argentina e Paraguai exato onde situam as cidades de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este, como apresenta Montenegro e Béliveau (2006). Essa escolha

se justifica pelo fato de que as territorialidades transfronteiriças que abrangem em conjunto e de forma simultânea os três países são, maiormente, percebidas nessa área.

É nesta intersecção que o ir e o vir das populações transnacionais; suas ações sociais das quais emergem as relações transfronteiriças corrobora a existência de integração e cooperação transnacional e transcultural das populações com avanço de fronteiras físicas e de todo tipo e forma de fronteira.

O Mapa 3 refere ao território e localização geográfica da Trílice Fronteira.

MAPA 3 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA TRÍPLICE FRONTEIRA



FONTE: Josiel Alan Leite Fernandes Marques, 2017.

Pelo Mapa 3 observamos a área serrilhada composta pelas cidades de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, extremo oeste do Brasil; Puerto Iguazú, na Província de Misiones, no nordeste argentino; e Ciudad del Este, no Departamento do Alto Paraná, no extremo leste do Paraguai.

A Tríplice Fronteira seria um *heartland*¹⁹, a considerar sua primazia dinâmica ao ser comparada com as demais tríplexes fronteiras brasileiras. Ainda, o fato de estar no centro do *Tekoa Guassu*, como também na área central da Bacia do Prata, sobre o Aquífero Guarani²⁰. Ademais é um importante elo no transporte de produtos oriundos do Mercosul, e é “atravessada diariamente por uma série de fluxos (de capitais, mercadorias, pessoas, serviços) e também por diferentes tipos de tráfico (armas, drogas e seres vivos)” (CARNEIRO FILHO, 2014, p. 61). Essas ações são concebidas como territorialidades transfronteiriças, aqui amplamente explanadas nas seguintes palavras:

A definição é evidenciada pela dinâmica interna das populações que vivem na fronteira, que estabelecem suas relações de vida, trabalho, cooperação e trocas. Firma-se pelas dependências de ligações econômicas e dos fluxos socioambientais e culturais, que acabam gerando uma identidade de quem vive num espaço geográfico único, separado apenas por políticas públicas advindas das três Nações a que pertencem (CURY, 2010, p. 221).

O estudo das territorialidades transfronteiriças e os elementos geográficos e históricos podem ser melhor compreendidos a partir da descrição das cidades trigêmeas de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este.

2.2 A DESCONSTRUÇÃO DO *TEKOA GUASSU* PARA CONSTITUIR A TRÍPLICE FRONTEIRA

Nesta análise historiográfica de constituição da Tríplice Fronteira fica nítida a perspectiva de desconstrução de um território prévio estabelecido, no qual predominava o *modus operandi* de centenas de índios Guarani e Caingangues. Carvalho (2013) numa visão contemporânea afirma que empreendimentos brasileiros realizados no percurso do século XX foram responsáveis pela expulsão e descaracterização do território indígena no oeste paranaense. Porém, o crivo dessa questão deve incluir as ações governistas das três nações, além do espaço temporal anterior, com dinâmicas e consequências que acumuladas geraram impactos negativos aos indígenas, como relatados nesta pesquisa.

¹⁹ *Heartland* é uma palavra de origem inglesa que significa, literalmente, Coração da Terra.

²⁰ Sistema aquífero Guarani refere-se ao pacote de rochas arenosas saturadas com água que ocorrem subjacentes ao conjunto de rochas que constitui a Formação Serra Geral. Esta camada, com espessura que varia de 200 a 800 m, distribui-se numa área de aproximadamente 1.195.000 km², sendo 213.200 km² no Estado do Mato Grosso do Sul, 157.600 km² no Estado do Rio Grande do Sul, 155.800 km² no Estado de São Paulo, 131.300 km² no Estado do Paraná, 55.000 km² no Estado de Goiás, 52.300 km² no Estado de Minas Gerais, 49.200 km² no Estado de Santa Catarina e 26.400 km² no Estado do Mato Grosso. No Paraguai o aquífero ocupa uma área de 71.700 km², na Argentina 225.500 km² e no Uruguai 58.500 km² (ROSA FILHO *et al.*, 2003).

Segundo Carvalho (2013, p. 94) os índios Guarani eram motivados por um pensamento religioso de que a terra era um presente de Deus – Ñanderu em guarani – e nesse caso enquanto houvesse novas terras melhor seria retirasse para tais a enfrentar uma luta, um conflito com o branco. Se esta percepção é verdadeira, não se deve esquecer que a visão de fronteira do indígena era distinta da concepção moderna de algo rígido e fixo estabelecida pelos Estados Nacionais. Para os primeiros, há naturalmente um movimento de constituição e desconstituição de fronteiras; é um processo dinâmico sem rigidez e nunca fixa pontos. Brand, Colman e Machado (2008) esclarecem que

constituem-se, historicamente, referenciais importantes no processo de definição e redefinição das fronteiras indígenas os acidentes geográficos – as fronteiras ecológicas – e, de maneira especial, as relações de parentesco e as complexas redes de reciprocidade e/ou disputas internas daí decorrentes. Por isso, sob a óptica indígena, essas fronteiras podiam ser relativizadas em determinados casos, como em caso de casamentos ou pelas dinâmicas de alianças (BRAND; COLMAN; MACHADO 2008, p. 7).

Porém, é fato que os Guarani sempre lutaram pela defesa e continuação de seu território: se uma área era reivindicada pelo governo, os índios a abandonava mas erguia novas territorialidades em outros recantos, com intuito de que sua cultura e território permanecesse. Parte da comprovação é que até o século XX, especialmente entre as décadas de 1940 a 1980, mantiveram 32 aldeias na parte brasileira da Tríplice Fronteira cujas foram desfeitas por iniciativas governamentais executadas por instituições tais quais o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF (precursor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA), e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (CARVALHO, 2013, p. 348-349).

Brand, Colman e Machado (2008) afirmam que os Guarani persistem nas relações transfronteiriças entre seus parentes que residem na Argentina e no Paraguai. As trocas intensas e contínuas revelam que os índios julgam estar a transitar pelo mesmo território – o *Tekoa Guassu* – e “indicam não só a resistência guarani à nova-velha ordem imposta pelos Estados Nacionais, mas constituem-se em clara indicação da persistência de modo de vida, com sua organização social e visão de mundo distintas.

A desconstrução do território indígena na Tríplice Fronteira se fez em “função dos interesses do capital” (CARVALHO, 2013, p. 481). Espanhóis, jesuítas e bandeirantes tiveram suas ações motivadas por interesses estratégicos de conquista e enriquecimento em detrimento à cultura Guarani. A instituição dos Estados Nacionais acarrou com as fronteiras e o poder dos indígenas ao definir novos territórios e estabelecer regras políticas, sociais, culturais e econômicas que os impuseram obrigações.

Os governos democráticos e os militares estabeleceram políticas de ocupação de terras que desdenharam a cultura de um povo primitivo os obrigando a deixar suas ocas e aldeias à procura de espaços que lhes permitisse viver. A esta afirmação, Brand, Colman e Machado (2008) corroboram ao afirmar que

políticas anti-indígenas mais agressivas, verificadas em determinado país, podem motivar deslocamentos maiores para o outro lado da fronteira, em busca de melhores condições de vida, ou seja, melhores condições para a vivência de sua cultura, sempre dentro do mesmo território (BRAND; COLMAN; MACHADO, 2008, p. 9).

Horii (2014), diz que os discursos oficiais subestimam e ocultam todo o processo histórico e a ocupação primária do povo Guarani e Caingangues no território contemporâneo da Tríplice Fronteira: afirma-se que as terras eram devolutas e desabitadas. Em contrapartida, “a memória oficial mostra a heroicização do pioneiro, criando uma identidade regional baseada em uma harmonia e hegemonia, como se os índios aqui não habitassem antes da chegada dessa atividade colonizatória” (HORII, 2014, p. 97).

O fato é também reproduzido por historiadores que procuraram contar a história paranaense e a da Tríplice Fronteira: Chagas e Mota (2011) denunciam que autores clássicos da historiografia local seguiram a mesma linha de estudo que omitia a presença dos Guarani num território que, pelas narrativas históricas, foi descoberto e conquistado por europeus:

Pode-se dizer que algumas das obras mais antigas seguem uma mesma linha de estudo: indo da chegada dos europeus à formação de vilas e povoações em regiões consideradas como despovoadas, prontas para serem ocupadas, não contando com a presença do indígena, o que justificaria, assim, a prática da conquista dos territórios empreendida pelos europeus. Havia, na verdade, uma política de omissão com respeito aos povos indígenas, segundo a qual os europeus acreditavam que, se não podiam fazer esses povos desaparecerem, eles seriam então integrados (CHAGAS; MOTA, 2011, p. 46).

Exemplo factível é apresentar Álvaro Núñez Cabeza de Vaca como descobridor das Cataratas do Iguazu. Os relatos historiográficos apresentam a participação dos Guarani em diversas situações e tempos seculares, além de informarem que o Adelantado seguiu na companhia dos índios pelo Peabiru²¹. O próprio Cabeza de Vaca (1992) em uma de suas narrações épicas em que descia à foz do rio Iguazu afirma que ao chegar encontrou nas margens do rio numerosos índios Guarani com seus arcos e flechas e enfeitados com penas de

²¹ 'Pe' = caminho; 'abiru' = batido. Caminho transcontinental de comunicação criado pelos Guarani em meio à mata e que possuía cerca de 1,5 m de largura repleto de gramíneas. O Peabiru tinha início na orla do Oceano Atlântico a partir dos ramais de São Vicente - SP, e Florianópolis - SC. No Paraná, o caminho era unificado e findava no Oceano Pacífico antes de atravessar a Argentina, o Paraguai e a Bolívia (CARVALHO, 2013, p. 93).

papagaios. Chagas e Mota (2011) lembram que cerca de 16 anos anterior à viagem de Cabeza de Vaca ao Paraná, Aleixo Garcia, em 1526, foi morto pelos Guarani na região da foz do rio Iguaçu. E anterior a este fato, índios pré-colombianos já se movimentavam pelo trajeto vindos do interior do continente à costa (GOMES, 2008, p. 80).

A constituição da Tríplice Fronteira se deu com um processo histórico e que somente na década de 1990 se fez notório. Destaca-se que embates e interesses divergentes e diversos desterritorializaram e reterritorializaram por várias vezes o espaço e as populações que surgiram no decurso. Chagas e Mota (2011) a isto referem:

Em todos os momentos, e por várias etnias, a resistência foi renhida e sangrenta [...] palco de guerras variadas e constantes. A conquista desses territórios foi feita palmo a palmo, com o uso da espada, do arcabuz, da besta, da cruz, de doenças e de acordos. Alianças foram estabelecidas e rompidas, e de ambas as partes fidelidades foram sacramentadas e traições meticulosamente planejadas (CHAGAS; MOTA, 2011, p. 47).

O autor, nas descrições dos males que sucederam no processo de constituição da Tríplice Fronteira, cita as alianças e os acordos feitos entre os povos e as Nações. Esses feitos, alguns transformados em Tratados Internacionais delimitaram os contornos atuais dos Estados Nacionais que compõem o território em pesquisa. Essa concepção pacifista de conflitos é, na contemporaneidade, um artifício político, social e cultural recorrível nas relações diplomáticas entre os países.

Na Tríplice Fronteira os governos e as populações locais e transnacionais procuram expressar suas intenções e anseios através da assinatura de documentos administrativos como as Atas e as Declarações, a exemplo das clássicas Ata de Iguaçu e Declaração do Iguaçu, confeccionadas de forma bilateral por Brasil-Paraguai, em 1966, e Brasil-Argentina, em 1985, respectivamente. Ou, dirimir os problemas e solucioná-los através de Acordos e Tratados, documentos jurídicos que mencionamos como exemplo a ratificação do Tratado de Itaipu, em 1973, entre Brasil e Paraguai, e do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, em 1988, entre Brasil e Argentina.

Porém, a confecção desses documentos e a respectiva ratificação sucedem a uma plêiade de reuniões que podem ter ou não a participação de representantes do governo, da sociedade e das instituições privadas. São, por essa razão, instrumentos frutos de instituições como as chamadas Instâncias Técnicas, tidas como mecanismos de integração e cooperação na Tríplice Fronteira, e se formalizam como Conselhos, Comissões, Grupos, Comitês e Fóruns.

Passa-se, na sequência, ao estudo das territorialidades transfronteiriças e seus elementos geográficos e históricos a partir da descrição das cidades trigêmeas de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este.

2.3 FOZ DO IGUAÇU (BRASIL)

Tratar sobre a historiografia de Foz do Iguaçu implica citar os índios Guarani e os Caingangues (Kaingang)²², como os primeiros habitantes desta terra; alguns Tratados Internacionais ratificados entre Portugal e Espanha; e dois personagens, o espanhol e *Adelantado* Cabeza de Vaca, bem como o sargento piauiense José Maria de Brito e todo o seu trabalho heroico de desbravamento do sertão paranaense, da catequese aos índios à criação da Colônia Militar do Iguassu.

Ao retroceder na história, têm-se registros de grupos humanos que se sucederam ao longo dos anos na terra que viria a ser constituída a cidade de Foz do Iguaçu. Um estudo da Universidade Federal do Paraná destaca em 6.000 a.C a presença humana nestas paisagens²³. Os índios Guarani foram também os últimos grupos pré-colombianos a se estabelecer neste território e seus primitivos vestígios datam do século I d.C., no território indígena que se instituiu *Tekoa Guassu* (CARVALHO, 2013, p. 113-115); sucedidos por espanhóis e portugueses em suas conquistas ultramarinas, até a atualidade com os brasileiros.

No século XVI, especificamente em 29 de março de 1541, o espanhol da cidade de Jerez de la Frontera – Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, após chegada ao Brasil no Porto de Cananeia, São Paulo, aportou na ilha de Santa Catarina, atual cidade de Florianópolis, na costa leste brasileira. Como governador da Província del Rio de la Plata, seu destino era a cidade de Nuestra Señora de Assunción, capital do Paraguai. Da foz do rio Itapucu, Cabeza de Vaca provavelmente seguiu pelo mesmo percurso que Aleixo Garcia fez em 1522 acompanhado por cerca de 2.000 índios guarani.

É útil citar que anterior ao feito de Aleixo Garcia, índios pré-colombianos já se movimentavam pelo trajeto vindos do interior do continente à costa (GOMES, 2008, p. 80).

²² Os resultados de estudos comparados – Arqueologia e Linguística – apontam o Brasil Central como a região de origem dos Kaingang, que ocuparam imensas áreas dos estados da região sul, parte meridional de São Paulo e leste da província de Misiones, na Argentina. Embora não existam ainda datas mais antigas do que as dos Guarani, é provável que os Kaingang e os Xokleng tenham chegado primeiro ao Paraná, pois em quase todo o Estado os sítios dos Guarani estão próximos ou sobre os sítios arqueológicos dos Kaingang e Xokleng (CHAGAS; MOTA, 2011, p 38).

²³ Foz do Iguaçu (PR). Prefeitura. 2016. Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=1007>>. Acesso em: 01 maio 2016.

Dessarte, o desbravador espanhol deixou em outubro de 1541 a costa brasileira com 250 homens e centenas de índios Guarani que serviram de guia, e “a cada novo território que ingressava a expedição dispensava os acompanhantes do território anterior, e mediante pagamentos em espécie (machados, contas, etc.) integrava novos guias para o percurso seguinte” (CHAGAS; MOTA, 2011, p 55). Estes autores narram o percurso feito por Cabeza de Vaca e sua expedição:

Subiram a Serra do Mar, alcançaram o rio Negro (na altura de Rio Negrinho - SC) e desceram até a sua desembocadura, no rio Iguazu. Para contornar o território dos Kaingang tiveram de atravessar o rio Iguazu e se dirigiram a noroeste em direção às cabeceiras do rio Tibagi. Nas proximidades da foz do rio Iapó no Tibagi, na atual cidade de Tibagi, a expedição dirigiu-se para oeste até chegar ao rio Ivaí. Dali Cabeza de Vaca rumou para o sudoeste, atravessando o rio Piquiri até alcançar o rio Iguazu, a poucos quilômetros de sua foz, de onde seguiram até Assunção (CHAGAS E MOTA, 2011, p 55-56).

Na Figura 1 é possível conhecer o caminho trilhado por Cabeza de Vaca e sua expedição desde o rio Itapocú, em Santa Catarina, à foz do rio Iguazu, no Paraná.

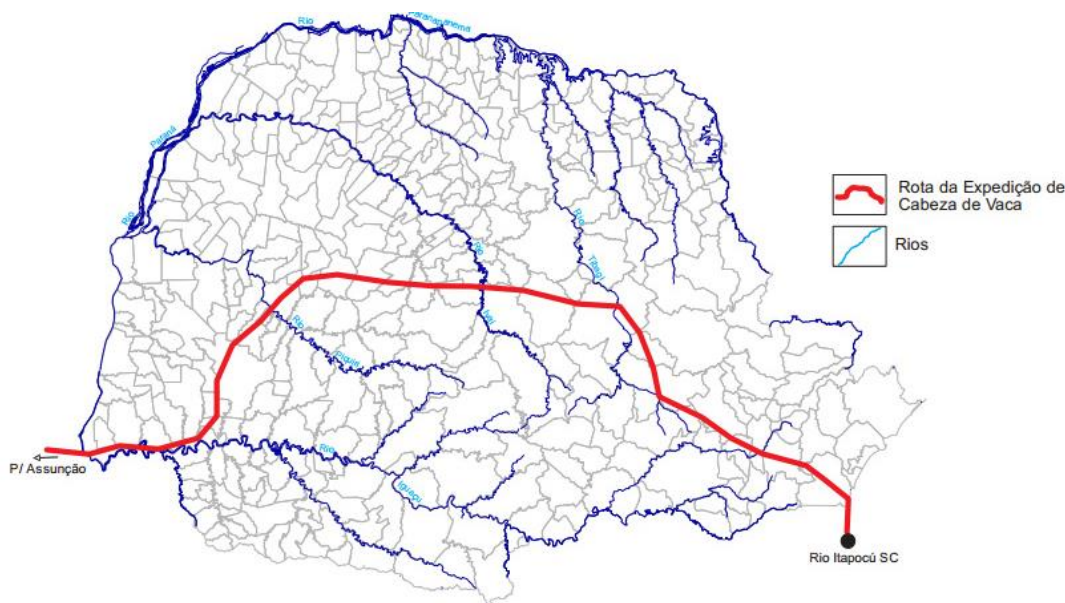


FIGURA 1 - ROTA DA EXPEDIÇÃO DE CABEZA DE VACA NO PARANÁ

FONTE: CHAGAS; MOTA, 2011, p 57.

Cabeza de Vaca chegou às margens do rio Iguazu em 14 de janeiro de 1542. Seu feito, apesar de ser questionável, porém é o que relatam autores como Chagas e Mota (2011); Vallejos e González (2014) foi ter descoberto as Cataratas do Iguazu, no local que trezentos e setenta e dois (372) anos depois sediaria a cidade de Foz do Iguazu. Na ocasião, batizou as

Cataratas com o nome de Saltos de Santa Maria. Nesta época, o território pertencia à Coroa Espanhola por força do Tratado de Tordesilhas assinado em 7 de junho de 1494 entre Portugal e Espanha. É útil destacar que Lima (2001) desmistifica a ideia de que essas terras pertenciam ao Paraguai:

Na realidade, o que pertencia ao Paraguai era a Província de Misiones, na Argentina e uma parte do Chaco Paraguaio, onde hoje situa-se a Província de Formosa, que foram incorporadas ao território argentino, e uma parte do oeste do Estado de Mato Grosso, incorporada na Guerra da Tríplice Fronteira (1864-1870). Esta região mato-grossense situa-se hoje perto das cidades de Miranda, no Mato Grosso do Sul, e de Guaíra, no Paraná, daí a confusão" (LIMA, 2001, p. 19).

Apesar de pertencer à Coroa Espanhola, o território era habitado pelos índios Guarani e Caingangues. Esse fato é comprovado a partir do relato do próprio *Adelantado* Cabeza de Vaca, que em todo o seu percurso da costa leste brasileira até Assunção, no Paraguai, registrou com detalhes cada acontecimento. Seu trabalho é o primeiro documento que informa sobre a ocupação do interior paranaense, em especial o território que viria a ser constituída a cidade de Foz do Iguaçu. Chagas e Mota (2011) escrevem sobre essa importância:

O relato de Álvaro Nunez Cabeza de Vaca é importante na medida em que descreve, ao longo de sua expedição, o contato e a entrada em territórios pertencentes a diferentes grupos Guarani, e desvia no seu trajeto dos territórios Kaingang em Guarapuava e Palmas. Esse foi o primeiro documento a informar que quase todo o interior do Paraná estava habitado e, ao mesmo tempo, a mostrar que havia uma divisão política entre esses diversos grupos de mesma matriz cultural, organizados politicamente em cacicados²⁴ (CHAGAS E MOTA, 2011, p. 56).

No século XVII, especialmente entre os anos de 1609 e 1839, surgiram as Missões Jesuíticas e as Bandeiras. As primeiras que visavam a catequese dos índios Guarani, era “outra forma de poder [dos europeus em detrimento aos índios]; essa atividade desempenhou papel importante, pois buscou apropriar-se das formas de pensamento dos indígenas e auxiliar no domínio de suas terras” (HORII, 2014, p. 203).

Numa análise detalhada, as Missões Jesuíticas no território contemporâneo da Tríplice Fronteira foram incrementadas pelo Estado espanhol, e tinham como objetivos, além da catequese, a conversão dos Guarani ao cristianismo, e protegê-los dos *encomenderos* e bandeirantes. Porém, os padres jesuítas e a Coroa espanhola entraram em conflito ao discordarem mútuos do papel que as Reduções deviam desempenhar. Para os primeiros, o espaço reducional haveria para livrar os índios da exploração, dos abusos e do irracional subjugo destes aos *encomenderos*, além de um campo missional para os jesuítas e de

²⁴ Conjunto de aldeias sob a liderança de um prestigioso cacique, que dominava certas porções de territórios bem definidos (CHAGAS E MOTA, 2011, p. 56).

liberdade para o índio, dessarte “erradicar o mau exemplo dos espanhóis em meio aos índios, para que a mensagem da paz e a obra da cristianização não fossem contrastadas pelas práticas dos cristãos” (SCHALLENBERGER, 1997, p. 178). Por outro lado, embora com objetivos semelhantes, o governo espanhol visava

grande extensão de seus territórios [se refere aos Guarani], ensinando-lhes os ofícios, para povoar a terra pelos colonizadores de forma pacífica e à seu serviço, ou seja, como mão de obra não assalariada, além de serem utilizados como guarda de fronteira nas Reduções (CARVALHO, 2013, p. 274).

Com pressões que partiam dos colonos espanhóis e protestava o trabalho missional, a Coroa que outrora apoiou as Reduções Jesuíticas, “passou a negar-lhes o espaço para a realização da possível sociedade do futuro colonial” e o “apresamento e o tráfico de mão de obra e a sua possibilidade de expansão econômica, encontrou nos colonos espanhóis uma força auxiliar no processo de subjugação dos índios” (SCHALLENBERGER, 1997, p. 222). As Bandeiras paulistas desempenharam o papel de tráfico e apresamento de índios,

os bandeirantes paulistas, em busca de mão de obra escrava, vinham em expedições para a região do Guairá²⁵, aprisionar índios Guarani, levando-os para São Paulo, afim de posteriormente vendê-los para os engenhos de cana-de-açúcar instalados na Bahia e Pernambuco (CARVALHO, 2013, p. 284).

As Bandeiras tiveram papel de destaque no quesito conquista de terras. O trabalho dos bandeirantes assegurou ao Estado brasileiro a supremacia sobre a região oeste onde se situa Foz do Iguaçu. A relação entre jesuítas e bandeirantes não foi amistosa e representava a rivalidade entre espanhóis e portugueses pela conquista da região platina. Essa disputa territorial culminou no desrespeito ao Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494 entre Portugal e Espanha.

No século XVIII, em 1750 e 1777, dois novos tratados foram assinados entre as duas Coroas – o Tratado de Madrid e o Tratado de Santo Ildefonso, respectivamente. Ambos documentos são importantes mencionar pois a partir de suas ratificações os limites do Oeste do Paraná passaram a ser definidos, e o território onde se situa Foz do Iguaçu deixou de pertencer à Coroa Espanhola para passar ao domínio de Portugal.

A origem da cidade de Foz do Iguaçu remonta mais aproximada ao século XIX, com a fundação de uma colônia militar. A historiografia analisada indica que até o século XV havia somente neste território o trabalho indígena. A partir do século seguinte, com as conquistas ultramarinas espanholas e portuguesas o local passou a ser conhecido e desbravado pelos europeus. Resolvido, em parte, os conflitos territoriais com a assinatura de tratados, o

²⁵ O Guairá compreendia a região localizada entre o rio Paraná na vertente oeste, o Tietê e Anhembi ao norte, o Iguaçu ao sul e, a leste, a linha de Tordesilhas (SCHALLENBERGER, 1997, p. 174).

território ficou relegado ao esquecimento “até que um dia, o Imperador D. Pedro II resolveu “redescobrir” o Brasil e em 1876 ordenou ao Capitão Nestor Borba chefiar uma expedição a essa região, e aqui chegando “reincorporou-a” novamente ao mapa do Brasil, como se fosse uma província perdida” (LIMA, 2001, p. 19).

Esse fato contribuiu para debates em 1880, dentro do Ministério da Guerra, sobre a criação de uma colônia militar e de um forte, capazes de opor obstáculos aos países estrangeiros numa suposta tentativa de invasão territorial, bem como reprimir a expansão econômica argentina. Por motivos políticos, a discussão sobre a criação da colônia militar ficou em pausa por cerca de oito anos (LIMA, 2001, p. 19).

Segundo Lima (2001) e documento da Prefeitura de Foz do Iguaçu²⁶, em 1881, chegaram ao território os dois primeiros habitantes – o brasileiro Pedro Martins da Silva e o espanhol Manuel Gonzáles – e em seguida, os irmãos Goycochéa, e outros europeus, argentinos e paraguaios que se dedicaram à extração de erva-mate e madeira. E em 25 de novembro de 1888, o sargento José Maria de Brito iniciou os trabalhos da expedição que visavam incorporar ao Brasil todo o território à margem do rio Paraná. A expedição chegou à foz do rio Iguaçu no dia 15 de junho de 1889. Por este feito heroico e desbravador, Lima (2001) atribui a José Maria de Brito o *status* de descobridor do território onde viria a ser implantada a cidade de Foz do Iguaçu.

Em 22 de novembro de 1889, foi instalada a Colônia Militar do Iguassu pelo Tenente Antônio Baptista da Costa Júnior e o Sargento José Maria de Brito. À época havia no local 324 pessoas, sendo 220 homens e 104 mulheres; e segundo a nacionalidade eram 212 paraguaios, 95 argentinos, 9 brasileiros, 5 franceses, 2 espanhóis e 1 inglês (BRITO, 2005, p. 56-57). Destarte, Lima (2001) lembra mais um *status* atribuído a José Maria de Brito, o de fundador da Colônia Militar.

No século XX, em 1910, a Colônia Militar passou à condição de Vila Iguassu, pertencente ao município de Guarapuava. Dois anos mais tarde, o Ministério da Guerra emancipou a Vila e a entregou ao governo do Paraná. Em 10 de junho de 1914 foi instalado o município de Vila Iguassú²⁷, onde tomou posse o prefeito Jorge Schimmelpfeng e foi instituída a Câmara de Vereadores.

²⁶ Disponível em: <
<http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/%3Bjsessionid%3D8f295cacc62280c8069416be0eb2?idMenu=1007>>.
Acesso em: 03 fev. 2017.

²⁷ Na sua criação em 1914, o município teve seu primeiro nome com a grafia Iguassú. Em 1945 com o acordo ortográfico entre Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, fixou-se o uso do ç no lugar de ss nos substantivos de origem indígena, modificando a grafia. Em 2005 a discussão voltou à tona quando na câmara dos deputados circulou o

Em 1917 foi criada a Comarca de Iguassú, e em 1918, a cidade passou a chamar-se de Foz do Iguaçu.

A cidade de Foz do Iguaçu está localizada no extremo oeste do Estado do Paraná, e suas coordenadas geográficas são 25°32'45" de latitude sul e 54°35'07" de longitude oeste. Seus limites territoriais são assim estabelecidos: ao norte limita-se com o município de Itaipulândia; ao sul com Puerto Iguazú, na Argentina, e o rio Iguaçu; a leste com os municípios de Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu; e a oeste com Ciudad del Este e Presidente Franco, no Paraguai, e o rio Paraná.

A hidrografia é rica com nove microbacias, onde sete perpassam o perímetro urbano. Os destaques são para o rios Paraná, Iguaçu, Tamanduá, São João, Almada, M'Boicy e Monjolo. Essa característica influencia no relevo local que se apresenta numa média altimétrica de 192 metros, com encostas levemente onduladas e solos de textura argilosa, de origem vulcânica, ricos em matéria orgânica.

A cidade possui uma área territorial de 617,71 km², dos quais 138,60 km² correspondem ao Parque Nacional do Iguaçu; 149,10 km² ao Lago Artificial de Itaipu; e 0,38 km² à Ilha Acaray. A área urbana abrange 191,46 km², e a rural, 138,17 km², com uma densidade demográfica de 414,58 de hab/km².

A população registrada no censo de 2010 contabilizava 256.088 pessoas, destas 124.218 eram homens, e 131.870 mulheres, sendo a maior porcentagem de indivíduos de 10 a 19 anos. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, registrado em 2010 foi de 0,751²⁸. A população estimada para 2016 é de 263.782 habitantes (IBGE, 2016)²⁹. A Tabela 1 refere à evolução do IDHM de Foz do Iguaçu nos anos de 1991, 2000 e 2010.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO IDHM DE FOZ DO IGUAÇU NOS ANOS DE 1991, 2000 E 2010

ANO	1991	2000	2010
IDHM	0,532	0,663	0,751

FONTE: IBGE, 2016.

projeto de lei que alterava novamente a grafia do nome, voltando a forma anterior (ss). A alegação era a de transtornos de compreensão por parte dos turistas estrangeiros. O projeto foi vetado devido ao índice de insatisfação da população local (GOMES, 2008, P. 82).

²⁸ “O IDHM é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano”. Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM>. Acesso em: 24 jul. 2016.

²⁹ Dados obtidos na página institucional do IBGE. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410830>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

Com o censo de 2010 elaborado pelo IBGE, Foz do Iguaçu alcançou a sétima posição na lista de cidades mais populosas do Paraná. Mas, se voltarmos ao ano de 1970, época da construção de Itaipu, a posição seria de quadragésima oitava. A Tabela 2 refere à evolução quantitativa da população iguaçuense nos anos de 1960 a 2016.

TABELA 2 - EVOLUÇÃO QUANTITATIVA DA POPULAÇÃO IGUAÇUENSE NOS ANOS DE 1960 A 2016

ANO	1960	1970	1980	1991	2000	2016 (previsão)
POPULAÇÃO	28.080	33.970	136.320	190.123	258.543	263.782

FONTE: IBGE 1960, 1970, 1980, 1991, 2000.

Todo o desenvolvimento socioeconômico de Foz do Iguaçu esteve pautado em eventos de infraestrutura como construção de estradas, pontes, aeroportos, universidades e da Usina de Itaipu, muitos destes baseados em políticas nacionais que culminaram na ratificação de Tratados e Acordos bilaterais entre Brasil-Argentina e Brasil-Paraguai. A ideia de integração territorial aliada ao então desenvolvimento das cidades vizinhas de Puerto Iguazú e Ciudad del Este esteve presente nesse território que é hoje a Tríplice Fronteira, cuja parte é Foz do Iguaçu.

A Ponte Internacional da Amizade, inaugurada em 27 de março 1965, interliga a BR 277 em Foz do Iguaçu à Ruta 7 em Ciudad del Este. Esse empreendimento é fruto da assinatura de um Tratado assinado em 29 de maio de 1956 entre os presidentes Juscelino Kubitschek, do Brasil, e Alfredo Stroessner, do Paraguai. A referida BR 277 foi concluída em 1969, e além de interligar o município por via terrestre aos demais centros econômicos brasileiros, “o Paraguai conectou-se, por rodovia, ao Oceano Atlântico, e teve acesso a mais uma opção competitiva para escoar sua produção” (BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, 2016).

Em 28 de agosto de 1973, um Tratado entre Brasil e Paraguai foi ratificado através do Decreto nº 72.707 para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, cujos trabalhos iniciaram em 1974. Foram empregados mais de 40 mil pessoas vindas de diversos estados brasileiros e algumas do Paraguai. Esse empreendimento marca o início de um novo período de desenvolvimento socioeconômico de Foz do Iguaçu, com o surgimento de bairros, tais quais as Vilas A, B e C, além de escolas, como o Colégio Anglo-Americano inaugurado em 1976. Em questões demográficas, a população saltou de 33.970 pessoas, na década de 1970, para 136.321 indivíduos na década de 1980.

Quanto à geografia urbana de Foz do Iguaçu, esta está dividida em 12 zonas homogêneas nas quais se distribuem 290 bairros³⁰. A Figura 2 refere ao zoneamento urbano de Foz do Iguaçu e a distribuição de bairros em cada zona.

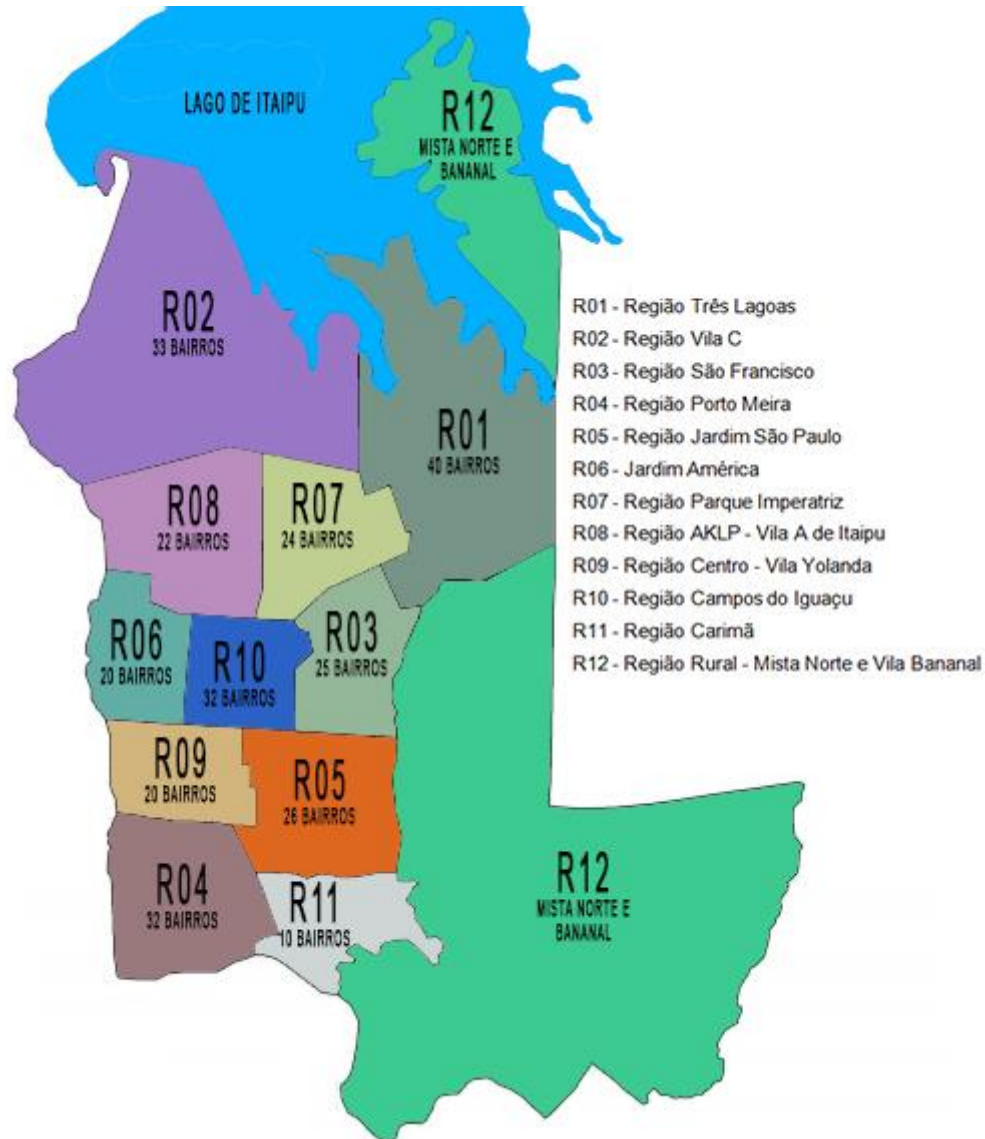


FIGURA 2 - ZONEAMENTO URBANO DE FOZ DO IGUAÇU

FONTE: elaborado pelo autor com base no Mapa de Zoneamento Urbano de Foz do Iguaçu (2007); Plano Municipal de Saúde 2010-2013. 2017.

Cada zona possui características próprias que estabelecem o perfil socioeconômico da população local. O Quadro 7 sintetiza essa informação.

³⁰ Informação obtida no Cidade Nova Informa – CNI. Disponível em: <<http://www.cnifoz.com/2015/03/lista-dos-bairros-de-foz-do-iguacu.html>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

REGIÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	PERFIL SOCIOECONÔMICO
Região 01 – Três Lagoas	- Antiga região agrícola; - Região de invasões de terra; - Moradores trabalham na construção civil e no comércio; - Habitantes de classe social E.
Região 02 – Vila C	- Moradores são ex-trabalhadores da construção civil da Usina de Itaipu; - Trabalham no comércio informal paraguaio.
Região 03 – São Francisco	- Um dos primeiros grandes loteamentos de Foz do Iguaçu; - Moradores são ex-trabalhadores da construção civil da Usina de Itaipu e do município; - Atualmente são trabalhadores na prestação de serviço do setor terciário.
Região 04 – Porto Meira	Pólo comercial de compra/venda com a Argentina; - Região de integração fronteiriça Brasil-Argentina; - Local de grandes invasões de terra e densidade populacional.
Região 05 – Jardim São Paulo	- Moradores são majoritariamente trabalhadores do comércio e da economia informal.
Região 06 – Jardim América	- Região de hotéis e dormitórios para compristas; - Moradores trabalham no setor de turismo e compras.
Região 07 – Parque Imperatriz	- Moradores são ex-funcionários da Usina de Itaipu; - Trabalham no comércio, hotelaria e outros da economia informal.
Região 08 – AKLP – Vila A De Itaipu	- Região com boa infraestrutura comercial; - Sede da administração executiva da Usina de Itaipu; - Moradores são majoritariamente funcionários da Usina de Itaipu.
Região 09 – Centro – Vila Yolanda	- Centro financeiro e comercial, administrativo e gastronômico.
Região 10 – Campos do Iguaçu	- Região com conjuntos habitacionais para classe média; - Moradores são trabalhadores nas áreas educacional, comercial, pública e bancária; - Destaca-se a Avenida República Argentina que se tornou pólo comercial.
Região 11 – Carimã	- Região de concentração hoteleira; - Apresenta baixa densidade populacional; - Moradores são trabalhadores do setor turístico e hoteleiro.
Região 12 – Mista Norte E Bananal	Moradores são majoritariamente trabalhadores das atividades rurais e da infraestrutura do turismo.

QUADRO 7 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS REGIÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DE FOZ DO IGUAÇU

FONTE: PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE, 2010-2013. 2017.

Nesse espaço urbano faz moradia uma sociedade multicultural: “Foz do Iguaçu é caracterizada por sua diversidade cultural. São 80 nacionalidades estrangeiras, sendo que as mais representativas são oriundas do Paraguai, Líbano, China e Argentina” (PREFEITURA

DE FOZ DO IGUAÇU, 2016). Outros grupos étnicos são comumente encontrados pelas ruas da cidade, tais quais japoneses, jordanianos, taiwaneses, egípcios, indianos, húngaros e convivem numa situação de harmonia humana, cultural e religiosa, isso porque a cidade é “*abierta a las influencias externas, hospitalaria para los inmigrantes y para los turistas, em la que los distintos grupos étnicos y religiosos viven em paz*” (MONTENEGRO; BÉLIVEAU, 2006, p. 139).

É salutar a importância do estudo desenvolvido por Klauck e Szekut (2012) intitulado *Diversidade populacional: discurso de fixação do patrimônio cultural de Foz do Iguaçu*, que ao abordarem essa questão lembram que essa alocação de constituição multicultural e de harmonia entre as diversidades populacionais é simbólico e criado institucionalmente pelo poder público e setor turístico. Destarte, estabelecem fronteiras com outras urbes; escondem conflitos e disputas; fixam silêncios e esquecimentos. Porém, “se torna inegável que as marcas da diversidade populacional, sejam signos capazes de mostrar a cidade como um palco multicultural” e nas “experiências compartilhadas pelos membros destes grupos, unidos em torno de uma memória coletiva e pelo sentimento de pertencimento, encontramos não o patrimônio, no singular, mas os patrimônios culturais da cidade” (KLAUCK; SZEKUT 2012, p. 158-175).

É imprescindível ressaltar a importância do turismo para a cidade de Foz do Iguaçu. Tal atividade contribui para o desenvolvimento econômico da região e consiste numa etapa de evolução da economia local como afirmam Cury e Fraga (2013):

As atividades econômicas registradas estrategicamente na região responsabilizaram-se pelas lutas de domínio territorial a partir do período colonial, passando pela exploração da madeira, da erva-mate, do livre comércio paraguaio e argentino, até o advento do Turismo, atividade crescente em função dos Parques Nacionais do Iguaçu Brasil (PNI-BR) e Argentina (PNI-AR), e da instalação da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional (UHIB), que são os mais expressivos atrativos turísticos locais (CURY; FRAGA, 2013, p. 461-462).

Estes autores admitem que a relevância turística da cidade repercute nacional e internacionalmente, e em grande escala localmente: 65% da economia local dependem do Turismo. Além dos mais expressivos atrativos turísticos locais indicados, outros são dignos de menção devido aos altos números de turistas que os visitam, tais quais o *Parque das Aves*, a *Ponte Internacional da Amizade* e o *Complexo Turístico Marco das Américas* (conhecido anteriormente como Marco das Três Fronteiras) e onde se situa a histórica foz do rio Iguaçu.

2.4 PUERTO IGUAZÚ (ARGENTINA)

A historiografia de Puerto Iguazú, na Argentina, se funde com a história de criação do *Parque Nacional Iguazú*. O povoamento e a urbanização da cidade estiveram vinculados aos movimentos de turistas que chegavam ao local para visitar as *Cataratas del Iguazú*.

Resulta muy difícil, en términos de análisis de la historia del territorio de lo que hoy constituye el Municipio y el Parque Nacional Iguazú, distinguir los procesos que condujeron a la configuración del Parque Nacional del poblamiento y urbanización de un sector de ese mismo Parque (el pueblo de Iguazú formó parte del Parque hasta 1961) y que progresivamente fue conformándose como un núcleo urbano con una identidad propia y al mismo tiempo profundamente vinculada con la institución Parques Nacionales y con el atractivo turístico: las Cataratas del Iguazú. Esta dificultad nos conduce a integrar los aspectos más importantes del desarrollo urbano y demográfico de Puerto Iguazú con el funcionamiento del Parque Nacional Iguazú [...] (VALLEJOS; GONZÁLEZ, 2014, p. 6-7).

No século XVI, em 1542, Álvaro Núñez Cabeza de Vaca chegou à foz do rio do Iguazu e encontrou as Cataratas do Iguazu, que na ocasião as batizou de Saltos de Santa Maria. Esse fato marca o primeiro contato dos europeus com os índios Guarani que viviam no território que viria a ser erguida a cidade de Puerto Iguazú.

No século XVII, especificamente em 1626, dois jesuítas – Diego de Boroa y Carlos Ruyer – fundaram a Redução Jesuítica de *Santa María del Iguazú*, que em 1633 recebeu o nome de *Santa Maria de la Mayor*. Anos mais tarde essa redução foi destruída e o território foi ocupado pela *Provincia de Corrientes*.

Em 22 de dezembro de 1881, a política de federalização argentina, projeto do então presidente Júlio Argentino Roca, instituiu o *Território Nacional de Misiones*, separando as jurisdições de Corrientes da recém-criada Misiones, através da promulgação da Lei nº. 1149. Porém, antes da publicação desta lei, o território foi dividido em lotes e vendidos:

la legislatura de la Provincia de Corrientes, al conocer la inminencia de la creación de un Territorio Nacional en Misiones y el término de su custodia, se apresuró a efectuar una venta masiva de tierras en Misiones, el 22 de Julio de 1881” (VALLEJOS; GONZÁLEZ, 2014, p. 9).

O lote de 50 léguas castelhanas que abriga hoje o atual Parque das *Cataratas del Iguazú* e a cidade de Puerto Iguazú, foi vendido para Severo Fernández e Ernesto Amadey, e posteriormente a Rafael Gallino, e em seguida a Gregorio Lezama que financiou uma viagem naval às suas terras. A Figura 3 refere à evolução de domínio pelos quais passou o lote que hoje ocupado pela cidade de Puerto Iguazú e o Parque das Cataratas del Iguazú.

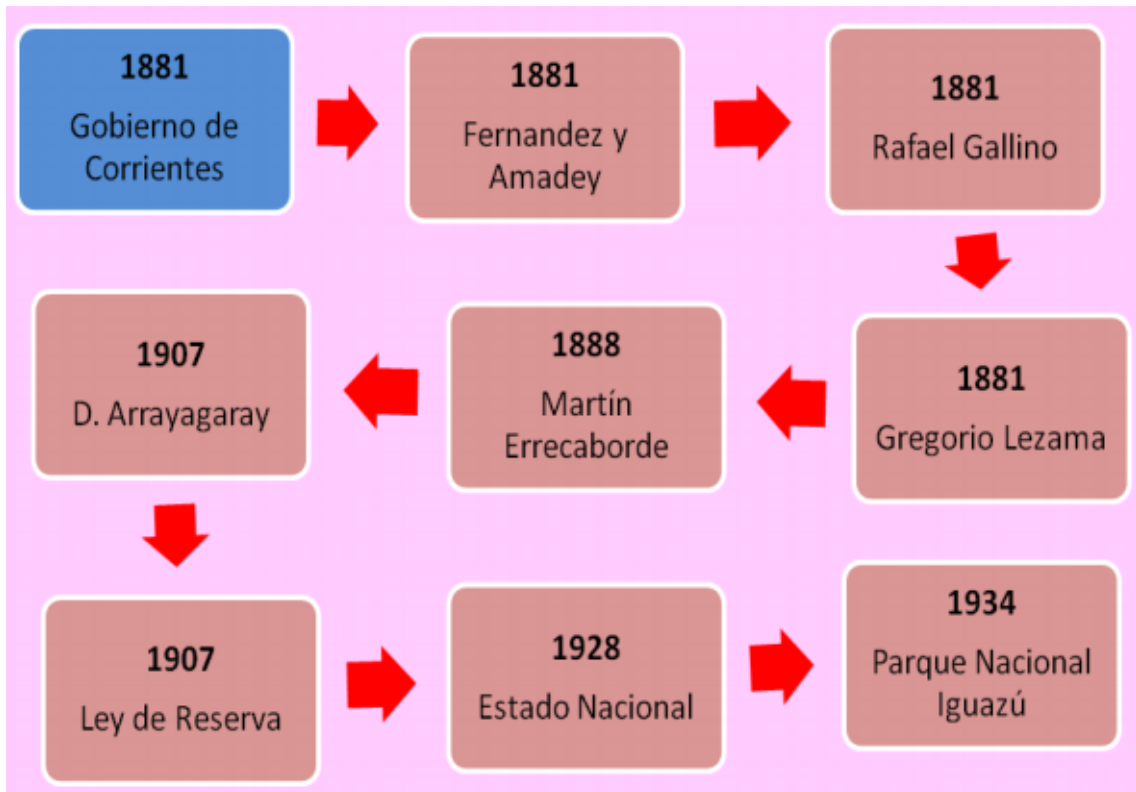


FIGURA 3 - EVOLUÇÃO DE DOMÍNIO DO LOTE QUE ABRIGA ATUALMENTE O PARQUE DAS CATARATAS DEL IGUAZÚ E A CIDADE DE PUERTO IGUAZÚ.

FONTE: VALLEJOS; GONZÁLEZ, 2014, p. 12.

A partir da viagem de Gregorio Lezama, diversas outras foram empreendidas, das quais se destaca a que Victoria Aguirre estava presente. Esta era uma senhora rica que em sua viagem em 10 de setembro de 1901 encantou-se com as belezas naturais do lugar, porém por não conseguir chegar às Cataratas pelo lado argentino, doou 3.000 pesos argentinos para que se abrisse uma picada em meio à mata e que permitisse o traslado de turistas do Porto no rio Iguazu até as Cataratas.

Como agradecimento à doação e homenagem ao primeiro *tour* com finalidade turística específica,

en el año 1991, por la Ordenanza Municipal 55/91 el Concejo Deliberante fijó al 10 de septiembre de 1901 como fecha oficial de fundación de Puerto Aguirre (Puerto Iguazú), fundamentada en la primera visita de un grupo de turistas y de la patricia porteña Victoria Aguirre a las Cataratas del Iguazú (VALLEJOS; GONZÁLEZ, 2014, p. 15).

Puerto Iguazú está localizada na região nordeste da Argentina, a 300 quilômetros da capital da Província de Misiones, Posadas. Limita-se ao norte com o rio Iguazu e Foz do Iguazu; ao sul, com Puerto Libertad, no Departamento Iguazú; a oeste faz limite com o rio

Paraná e com Ciudad del Este, no Departamento de Alto Paraná (Paraguai); e a leste com Andrés Guacurarí, Departamento General Manuel Belgrano.

Em sua extensão territorial é distinguida duas grandes áreas: a Reserva Turística Provincial de seiscentos hectares, e mais dois mil hectares cedidos pelo exército argentino em 1990 (NUÑEZ, 2009, p. 3; CAMMARATA, DIECKOW, 2006, p. 6).

Desde la planificación en curso, las Seiscientas hectáreas están destinadas al desarrollo de actividades ligadas al turismo, siendo otorgadas en concesión a grandes cadenas hoteleras y gastronómicas de capitales foráneos. Por su parte las dos mil hectáreas, desde la transferencia al municipio en 1990 por parte del Ejército Argentino, se han ido convirtiendo en un espacio de creciente valor económico, ecológico y social, destinado a absorber el crecimiento urbano (NUÑEZ, 2009, p. 3).

A população de Puerto Iguazú era de 3.001 habitantes em 1970. Uma década depois, em 1980, houve grande aumento populacional quando a cidade atingiu a marca de 9.151 habitantes. Em 1991, havia 29.100 residentes na cidade; em 2001 a cidade totalizava 32.038 pessoas; em 2010, havia 42.849 pessoas residentes. Em 2016 a cidade conta com 80 mil habitantes (CENSO NACIONAL DE POBLACIÓN, HOGARES Y VIVIENDAS 2001 e 2010; CAMMARATA, DIECKOW, 2006, p. 6). A Tabela 3 refere à evolução populacional de Puerto Iguazú desde o ano de 1970 a 2016.

TABELA 3 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL EM PUERTO IGUAZÚ - 1970/2016

ANO	1970	1980	1991	2001	2010	2016
POPULAÇÃO	3.001	9.151	29.100	32.038	42.849	80.000

FONTE: CENSO NACIONAL DE POBLACIÓN, HOGARES Y VIVIENDAS 2001 e 2010; CAMMARATA, DIECKOW, 2006, p. 6.

A cidade de Puerto Iguazú se destaca pelo turismo, o que caracteriza como principal atividade econômica do município. Os atrativos turísticos que merecem menção: *Parque das Cataratas del Iguazú, Hito a la Tres Fronteras, Feira de alimentos e artesanato, La Aripuca, Museo de Imágenes de la Selva, Museo Mbororé, Parque Natural Municipal Luis Honorio Rolón, Casino Internacional.*

2.5 CIUDAD DEL ESTE (PARAGUAI)

A historiografia da urbe paraguaia de Ciudad del Este remete a momentos da história de lutas e expansão territorial brasileira, bem como aos tentames de vários governos paraguaios em povoar o leste do país. Essas tentativas culminaram numa política concreta que fundou a cidade de Puerto Presidente Stroessner (que mais tarde viria a ser chamada de Ciudad del Este) na Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Paraguai. Sobre este assunto, recorre-se ao trabalho abrangente do historiador Fidel Miranda Silva (2007).

Imemorialmente as terras onde se firma Ciudad del Este eram parte do *Tekoa Guassú*, habitado por índios Guarani. Já no século XVI houve relatos de passagens por este território de personagens importantes para a história paraguaia: colonizadores europeus, como o primeiro e o segundo governador do Paraguai Domingo Martínez de Irala e Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, respectivamente; além de sucessores e outros como Hernandarias, Xeria, Agustín Fernando de Pinedo, Francia, Don Carlos Antonio López, Mariscal José Félix Estigarribia, Higinio Morínigo e, por fim, o general Alfredo Stroessner, fundador da cidade. A visita destes visava estabelecer a paz entre etnias locais, e manter a soberania, que estava ameaçada frente à indeterminação das fronteiras nacionais, com a contenção do avanço de colonizadores portugueses, e posteriormente de bandeirantes brasileiros; além de povoar a região leste e abrir caminhos para a produção escoar livre até o Atlântico.

Apesar das lutas para assegurar a soberania nacional, o território onde situa Ciudad del Este foi ignorado por séculos, e a história de criação da cidade deve agora partir do século XIX, com a reordenação geopolítica nacional que influenciou na instituição em 1945 do Departamento de Alto Paraná, originado a partir do desmembramento do então extenso Departamento de São Pedro, nas encostas do rio Paraná, divisa com o Brasil (SILVA, 2007, p. 73).

No novo Departamento a única forma de escoar a produção, que preponderava a madeira e a erva-mate, era pelo rio Paraná e seus dois afluentes – Acaray e Monday. Havia entre a mata nativa e inóspita algumas picadas que se transformavam em caminhos, mas cujas condições não permitiam o tráfego de veículos automotores, sendo propícios apenas para transeuntes a pé ou com transportes movidos a tração animal. O exaustivo trâmite para se chegar com as madeiras até o rio Paraná, é a seguir descrito:

Las manos de obra utilizadas en el obraje de Alto Paraná, eran: los hacheros, los carreteros, cuarteadores y los jangaderos etc. Los hacheros eran los que derribaban los árboles, convirtiéndolos en rollos. A éstos, los carreteros lo enlazaban debajo de sus carros alzaprimas, atados con gruesas cadenas, acompañado del cuarteador. Él, guiaba a los animales de

tiros, que se usaban para dito menester, generalmente eran mulas, en algunas circunstancias, se utilizaban buyes, en cantidades de a tres hasta cinco a seis yuntas. Acercaban hasta la costa de los ríos afluentes del Paraná. Desde ahí, los jangaderos armaban los rollos en pequeños grupos de 5 a 7 palos. A su vez, lo llevaban río abajo, por el Monday y Acaray, para que las maderas llegasen al Paraná (SILVA, 2007, p. 88).

Essa dificuldade de locomoção e trânsito de produtos previa a criação de uma via que interligasse a capital nacional ao extremo leste do país. Outros motivos que demandavam igual teor era a necessidade de se libertar do enclausuramento porque vivia o Paraguai em relação a uma saída para o Atlântico; e a expansão bandeirante brasileira na Marcha para o Oeste do Brasil.

Como política imperialista, desde los albores de la historia, los portugueses tenían la firme misión de una invasión silenciosa del territorio de todas sus fronteras, es lo que hizo con Paraguay [...] (SILVA, 2007, p. 112).

No Paraguai, a fronteira recuou 100 km. Nessa faixa viveram cerca de 400 mil brasileiros (pequenos proprietários, boias-frias e sem-terra) que foram empurrados para fora do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, tornando-se instrumentos conscientes dos planos expansionistas dos militares brasileiros (RODRIGUES; SCHILLING, 1989)³¹.

Em 20 de janeiro de 1955 foi assinado um Acordo entre Brasil e Paraguai no qual previa a construção de uma rodovia que ligasse a cidade de Coronel Oviedo até Porto Presidente Franco, em território paraguaio. Na ocasião criou-se a Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia encarregada de dirigir e supervisionar os trabalhos de construção, e administrar os fundos provenientes do empréstimo que o Brasil concedera ao Paraguai.

Na sequência, em 29 de maio de 1956, ambos os países firmaram novo Acordo para a construção da Ponte da Amizade sobre o rio Paraná, que uniria a Rodovia Coronel Oviedo – Porto Presidente Franco à BR 277, de Foz do Iguaçu a Paranaguá, e então a concretização do sonho paraguaio de acesso ao Atlântico. Em menos de quatro meses, na data de 07 de setembro de 1956, o Paraguai ratificou o Acordo através da promulgação da Lei nº 390.

Ao final do ano de 1956, o então Ministro del Interior del Paraguay – Edgar Linneo Insfrán Doldán – sugeriu ao presidente paraguaio – General Alfredo Stroessner – que fosse criada uma cidade ao término da Rodovia que estava a ser construída – a Ruta 7 –, nas imediações da construção da Ponte da Amizade. Destarte, o enclausuramento geopolítico paraguaio e o avanço do Brasil para o oeste do território brasileiro e além-fronteira, tornou inevitável a fundação de uma cidade no extremo da Ruta Internacional (SILVA, 2007, p. 290).

³¹ Disponível em: < <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/sociedade/calha-norte-alem-das-fronteiras?page=0,3> > Acesso: 13 jun. 2016.

Em 28 de janeiro de 1957, o então presidente paraguaio – Alfredo Stroessner – através do Decreto nº 24.634 encomendou a fundação da cidade. Na manhã de 3 de fevereiro de 1957 foi instituída a cidade de Puerto Presidente Stroessner, na fronteira com Foz do Iguaçu. Em 1989, por força da Lei nº 06, a cidade passou-se a chamar de Ciudad del Este.

Ciudad del Este está localizada no extremo leste do Paraguai, cujas coordenadas geográficas são -25°30'34 de latitude sul, e -54°36'39 de longitude oeste. É a capital do Departamento de Alto Paraná, e dista cerca de 327 km da capital nacional Assunção, que somente para a qual perde em população e economia.

Sua população é de 312.652 habitantes, distribuídos em 104 km² de extensão territorial. Ciudad del Este não possui áreas rurais. A Tabela 4 refere à evolução populacional de Ciudad del Este entre os anos de 1972 a 2016.

TABELA 4 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE CIUDAD DEL ESTE ENTRE 1972 A 2016

ANO	1972	1982	1992	2002	2016
POPULAÇÃO	26.485	62.329	133.881	223.350	312.652

FONTE: DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS, ENCUESTAS Y CENSOS – DGEEC, 2002, p. 143.

A climatologia local indica um clima subtropical úmido, com temperaturas médias anuais de 22°C, e precipitações anuais de aproximadamente de 1.850mm.

Destaca-se o setor da economia que é diversificado, com maior desenvolvimento para o agronegócio. A cidade está estritamente dependente do comércio e da economia brasileira.

O turismo de compras atrai levadas gigantescas de pessoas de vários países, em especial do Brasil e da Argentina. O turismo de lazer também proporciona movimentações para os locais turísticos, com destaque para a *Usina Hidrelétrica de Itaipu*, situada a 20 km norte; os *Salto del Monday* e o *Monumento Científico Moisés Bertoni*, localizados, respectivamente, a 8 e 26 km ao sul; as *Cataratas do Iguaçu*, a 20 km leste já na fronteira Brasil-Argentina; e o *Lago de la República* situado no centro da cidade.

Na sequência, passa-se a identificar os mecanismos de integração e cooperação criados bi e trilateralmente entre Brasil, Argentina e Paraguai com circunscrições ao território transfronteiriço da Tríplice Fronteira; e, a historicizar a criação dos documentos jurídicos e administrativos – Acordos, Tratados, Atas e Declarações – de forma inter-relacionada à geopolítica e o conseqüente desenvolvimento territorial.

3 OS MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO NA TRÍPLICE FRONTEIRA: INSTÂNCIAS TÉCNICAS, ACORDOS, TRATADOS, ATAS E DELARAÇÕES

As relações transfronteiriças criam um ambiente que demanda ações conjuntas dos Estados nacionais confluentes. Para estabelecer uma aproximação política e um diálogo que converta em um consenso os interesses comuns das populações transnacionais e seus respectivos países, os governos estabelecem mecanismos como as Instâncias Técnicas que visam institucionalizar o processo de integração e cooperação territorial. Essas instâncias se concretizam na forma de Conselhos, Comissões, Grupos, Comitês e Fóruns nos quais representantes da sociedade e do próprio governo interatuam com vistas à previsão e soluções de problemas locais, nacionais e transnacionais.

Como resultado dos trabalhos dessas Instâncias Técnicas, há a criação e a ratificação de documentos jurídicos, como os Acordos e os Tratados; e administrativos, tais quais as Atas e as Declarações.

Neste capítulo, pesquisamos esses mecanismos cujo teor circunscreve ao território da Tríplice Fronteira. Para a satisfatória compreensão o dividimos em três itens: o primeiro refere à geopolítica com o desenvolvimento territorial da Tríplice Fronteira; o segundo, as Instâncias Técnicas; e o terceiro, os Acordos e Tratados, as Atas e Declarações, bi e trilaterais de integração e cooperação. A justificativa é dada pela própria natureza de ambos – Instâncias Técnicas e Documentos – que na essência têm significados, ações e aplicações distintas mesmo compartilhando de único objetivo – integração e cooperação territorial.

3.1 A GEOPOLÍTICA E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA TRÍPLICE FRONTEIRA

No decurso de 1966 a 2016 diversas Instâncias Técnicas foram criadas, bem como ratificados e assinados documentos jurídicos e administrativos, tais quais e respectivamente, os Acordos e Tratados, as Atas e Declarações entre os três países da Tríplice Fronteira. Ressalta-se que em sua maioria, embora corroborado nos circuitos integradores e cooperadores no território da Tríplice Fronteira, foram mecanismos de integração e cooperação que abrangeram na totalidade aquelas três Nações.

No desenvolver dessa pesquisa, observamos que, de forma específica, poucos documentos tiveram em seu foco as soluções aos problemas das populações transnacionais da Tríplice Fronteira. Isso se deveu a três fatores: a distância geográfica e o acesso desse

território aos centros políticos, culturais e econômicos dos países envolvidos; a inexistência de um território oficial convencionado como a Tríplice Fronteira e que, por assim, motivasse o incremento de políticas próprias; e, a dinâmica da política externa do Brasil, da Argentina e do Paraguai.

Sobre o primeiro e o segundo fator, discorremos que as fronteiras padecem ao serem renegadas ao esquecimento, e isso é agravado por distarem, geralmente, longe dos centros políticos e dispor de ralos acessos. No caso da Tríplice Fronteira, a acreditação, mesmo não reconhecida oficialmente sua extensão geográfica, data de época recente: a década de 1990. O terceiro fator – a política externa do Brasil, Argentina e Paraguai – é o foco da discussão a seguir.

Na identificação dos mecanismos de integração e cooperação – Instâncias Técnicas, Acordos, Tratados, Atas e Declarações – é capital notar que foram criados no decurso de dois períodos históricos caracterizados por singulares atitudes políticas, socioculturais e econômicas nacionais com implicações internacionais. Referimos-nos aos regimes de Ditadura Militar e de Democracia que se sucederam no Brasil, na Argentina e no Paraguai, concomitantes. Dados os objetivos dessa pesquisa – identificar os mecanismos de integração e cooperação na Tríplice Fronteira, tais quais os Acordos, Tratados, Atas e Declarações – não convém discorrer copioso sobre a historiografia dos dois regimes políticos. Porém, breve discussão se faz necessária para relacionar os mecanismos de integração e cooperação criados na Tríplice Fronteira e seus contextos e atitudes motivantes.

No Brasil, a Ditadura Militar se deu a partir da tomada de poder pelos oficiais do Exército. Em 3 de abril de 1964, o general Humberto Alencar Castelo Branco se assentava como presidente brasileiro sem que tivesse havido eleições para o cargo. A imprensa à época noticiava participações da sociedade civil em movimentos pró-intervenção militar, o que instigou historiadores a classificar o golpe como civil-militar.

Recordamos que quatro anos após o golpe militar, em 1968, no governo de Artur da Costa e Silva, a cidade de Foz do Iguaçu foi institucionalizada como área de Segurança Nacional. Por 18 anos, a cidade recebeu prefeitos nomeados pelo governo estadual com anuência do presidente da República. Em 15 de novembro de 1985 houve eleições diretas sobre as quais foi vencedor Dobrandino Gustavo da Silva, que assumiu o cargo de prefeito no dia 1º de janeiro de 1986³².

³² Prefeitura de Foz do Iguaçu. Disponível em: <
<http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/%3Bjsessionid%3D197b511c0e4994b59fdd6c32585d?idMenu=1009>> .
Acesso em: 04 jan. 2017.

O regime ditatorial no Brasil com o comando dos militares persistiu por 21 anos, até que dois civis – Tancredo Neves e José Sarney – tomassem posse em 1º de outubro de 1985 através de eleições indiretas de um Colégio Eleitoral formado por parlamentares.

Na Argentina, o período de governo militar iniciou 12 anos após o início da ditadura brasileira, e se estendeu de 1976 a 1983. Sob o governo de Isabelita Perón, a Argentina sucumbia em 24 de março de 1973 quando uma Junta Militar liderada pelo Comandante do Exército Jorge Rafael Videla assumia a presidência. A justificativa dos militares para o golpe político de Estado listava o desgoverno e a corrupção no país, conforme segue:

As Forças Armadas, no cumprimento de uma obrigação irrenunciável assumiu a condição do Estado. Uma obrigação que surge de serenas meditações sobre as consequências irreparáveis que poderia ter sobre o destino da Nação uma atitude distinta da adotada. Esta decisão se destina a terminar com o desgoverno, a corrupção e o flagelo subversivo e somente é dirigida contra aqueles que delinquiram ou cometeram abusos de poder (FOLHA DE SÃO PAULO, 1976, p. 8).

Intitulado como *Proceso de Reorganización Nacional*, o autoritarismo argentino findou em 30 de outubro de 1983 ao resultar vencedor em eleições diretas o líder da *Unión Cívica Radical*³³ – Raúl Ricardo Alfonsín.

No Paraguai, a Ditadura Militar iniciou em 1954 e prosseguiu até 1989. Foram 35 anos de militarismo que caracterizou como o período ditatorial mais extenso à comparação dos regimes homônimos no Brasil e na Argentina. Conhecida como Ditadura Stroessner, o início preciso data do golpe de Estado aplicado em 4 de maio de 1954 pelo General do Exército Alfredo Matiuda Stroessner. À época estava no governo Federico Chávez, que fora coagido a renunciar.

O Estado ditatorial paraguaio é compreendido em três épocas históricas, a saber: de 1954 a 1966, o início da ditadura; de 1967 a 1981, a consolidação do regime com viés democrático; e, de 1982 a 1989, as sucessivas crises ditatoriais. Sem a necessidade de aprofundar a discussão sobre cada época, ressalva-se que autores diversos são consensos de que Alfredo Stroessner ergueu um governo de fachada legalista e democrático para encobrir o aspecto ditatorial do regime político (COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA DO PARAGUAI – CVJ, 2008 p. 121).

Com as mudanças nos regimes políticos do Brasil e da Argentina e outros cenários como o fim da Guerra Fria, enfraqueceu as bases do Stronismo. Em 3 de fevereiro de 1989,

³³ Partido Político criado por Leandro Alem em 26 de junho de 1891. É tido como um dos mais antigos Partidos na América Latina. Disponível em: <<http://www.ucr.org.ar/presencia-en-la-historia>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

Alfredo Stroessner foi destituído pelo General Andrés Rodrigues que, apesar de militar, era adepto da abertura política no país.

Porém, nos primeiros anos de Ditadura Militar brasileira, no governo de Castelo Branco (1964-1967), as relações não se viram amistosas entre o Brasil e o Paraguai sob o governo autoritário de Alfredo Stroessner, que à época já deslumbrava um regime com viés democrático. O principal impasse entre as duas Nações na perspectiva de influência da Tríplice Fronteira, destaca-se o contencioso criado pelo Paraguai no qual obrigava o Estado brasileiro a rever o Tratado de Limite de 1872. Nesta reavaliação, a Nação paraguaia teria soberania sobre as Sete Quedas ou Salto Grande, e incorporaria o Porto Coronel Renato, já ocupado pelo Brasil. Ressalta-se que dos tentames de negociações sobre este território resultou na assinatura da Ata de Iguazu, em 1966, e no Acordo de Itaipu, de 1973, ratificado no governo de Médici (1969-1974).

A controvérsia foi resolvida. Com o aproveitamento hidráulico do rio Paraná pelos dois países a partir da construção da Usina de Itaipu, o território de Porto Renato foi submergido nas águas do Lago de Itaipu.

Nos ditames dos regimes políticos militares de ambos países, o Comitê de integração Fronteiriça Foz do Iguazu-Ciudad del Este foi criado em 1979. À presidência brasileira estava o geógrafo e militar João Figueiredo. O Quadro 8 refere aos mecanismos de integração e cooperação criados durante os regimes militares na Tríplice Fronteira.

MECANISMO	DATA DE CRIAÇÃO	ABRANGÊNCIA	FUNÇÕES / CARACTERÍSTICAS
Ata de Iguazu (Ata das Cataratas)	22 de junho de 1966	Brasil – Paraguai	- Elaborar estudo econômico dos recursos hidráulicos pertencentes aos dois países, do Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá; - Estabelecer que a energia elétrica produzida pelos desníveis do rio Paraná, desde o Salto Grande de Sete Quedas até a foz do rio Iguazu, será dividida em partes iguais entre os dois países.
Tratado de Itaipu (Tratado para Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná pertencentes em Condomínio aos dois Países)	26 de abril de 1973	Brasil – Paraguai	- <i>Tratado entre la Republica del Paraguay y la Republica Federativa del Brasil para el aprovechamiento hidroelectrico de los recursos hidraulicos del rio Paraná, pertenecientes en condominio a los dos países desde e inclusive el Salto del Guaira o Salto Grande de Sete Quedas hasta la boca del rio Yguazu.</i>
Comitê de Integração Fronteira Foz do Iguazu-Ciudad del Este	3 de outubro de 1978	Brasil – Paraguai	- Agilizar o tráfego internacional na ponte; - Debater assuntos dos setores saúde, economia e mobilidade.
Tratado de Amizade e Cooperação Brasil-Paraguai	4 de dezembro de 1975	Brasil – Paraguai	- Instaurar e aperfeiçoar mecanismos permanentes de cooperação, entendimento e troca de informações sobre assuntos de interesse comum nas relações políticas, econômicas, comerciais, financeiras, científicas, técnicas, culturais, turísticas e de toda ordem.
Acordo Tripartite sobre Coordenação Técnico-Operativa para o Aproveitamento Hidrelétrico de Itaipu e Corpus (Acordo Tripartite Itaipu – Corpus)	19 de outubro de 1979	Brasil – Argentina – Paraguai	- Resolver o contencioso entre Brasil-Paraguai e Argentina sobre o aproveitamento hidrelétrico dos rios da bacia do Prata.

QUADRO 8 - MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO CRIADOS DURANTE O REGIME MILITAR NA TRÍPLICE FRONTEIRA

FONTE: elaborado pelo autor com base em pesquisa no MRE, Embaixadas, Prefeitura de Foz do Iguazu e *Municipalidad de Ciudad del Este*, 2017.

As pesquisas em bancos de dados oficiais nos permitiu verificar que após os regimes militares na Tríplice Fronteira, na década de 1980, e o consequente processo de reabertura política, as relações internacionais foram conduzidas pautadas no diálogo e aproximação dos três países – Brasil, Argentina e Paraguai. Fato que a lista de mecanismos de integração e cooperação circunscritos ao território da Tríplice Fronteira, como as Instâncias Técnicas e os documentos jurídicos e os administrativos, tais quais respectivamente os Acordos e Tratados, as Atas e Declarações; é numerosa ao comparar com os listados no Quadro 8.

O Quadro 9 lista os mecanismos de integração e cooperação criados após os regimes militares ocorridos no Brasil, na Argentina e no Paraguai entre as décadas de 1950 a 1980.

MECANISMO	DATA DE CRIAÇÃO	ABRANGÊNCIA	FUNÇÃO / CARACTERÍSTICAS
Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço – CODEFRO	5 de maio de 1999	Brasil – Argentina	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e propor ações que promovam o desenvolvimento e a integração na fronteira comum; - Instância política de diálogo, deliberação e tratamento de demandas para a integração e a cooperação bilateral; - Presidida pelos secretários dos Ministérios das Relações Exteriores dos dois países.
Comitê de Integração Fronteiriça Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú	29 de novembro de 1988	Brasil – Argentina	<ul style="list-style-type: none"> - Facilitar a circulação de pessoas, bens e serviços na área de fronteira e promover o desenvolvimento conjunto e a integração das localidades vizinhas do Brasil e da Argentina; - Presidido pelas autoridades consulares do Brasil e da Argentina; - A sede são as cidades fronteiriças de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú; - Primeira reunião: agosto de 1989; - Três Comissões: Infraestrutura, comércio e turismo, Facilitação fronteiriça, Cultura, saúde e educação.

QUADRO 9 - MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO CRIADOS APÓS OS REGIMES MILITARES (CONTINUA)

MECANISMO	DATA DE CRIAÇÃO	ABRANGÊNCIA	FUNÇÃO / CARACTERÍSTICAS
Comissão Mista de Cooperação Técnica Brasil-Argentina	9 de abril de 1996	Brasil – Argentina	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar as políticas e estratégias de cooperação técnica de ambos países, estabelecidas em âmbito nacional por seus órgãos competentes; - Primeira reunião: Buenos Aires, 29 e 30 de novembro de 2004; - Doze áreas de interesse: agricultura, comércio e investimentos, cooperação para o desenvolvimento, educação, energia, fortalecimento institucional, indústria, meio ambiente e recursos naturais, mineração, pequenas e médias empresas, saúde, transporte e comunicações.
<i>Comisión de Coordinación Política e Integración Argentino-Paraguaya</i>	26 de abril de 1989	Argentina – Paraguai	<ul style="list-style-type: none"> - Incrementar as relações políticas, econômicas, comerciais, financeiras, científicas, tecnológicas, culturais e turísticas; - É de interesse diplomático e político; - Presidida pelos Ministros das Relações Exteriores de ambos países; - As reuniões devem ocorrer uma vez a cada ano; - Duas Subcomissões: Assuntos Econômicos e Assuntos Políticos.
Declaração do Iguazu	30 de novembro de 1985	Brasil – Argentina	Expressão de vontade política para acelerar o processo de integração bilateral, em harmonia com os esforços de cooperação e desenvolvimento regional com participação de todos os setores de suas comunidades nacionais; Instituição da Comissão Mista Diplomática para Cooperação e Integração Econômica Bilateral.

QUADRO 10 - MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO CRIADOS APÓS OS REGIMES MILITARES (CONTINUA)

MECANISMO	DATA DE CRIAÇÃO	ABRANGÊNCIA	FUNÇÃO / CARACTERÍSTICAS
Acordo de Facilitação Turística	18 de novembro de 2009	Brasil – Argentina	- Facilitar a circulação dos turistas dentro da área geográfica conhecida como 'Corredor Turístico Iguazu', constituído pelos territórios dos Municípios de Foz do Iguazu e Puerto Iguazú.
Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento	29 de novembro de 1988	Brasil – Argentina	- Consolidar do processo de integração e cooperação econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.
Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas	30 de novembro de 2005	Brasil – Argentina	Facilitar a convivência das localidades fronteiriças vinculadas e impulsionar sua integração através de um tratamento diferenciado à população em matéria econômica, de trânsito, de regime trabalhista e de acesso aos serviços públicos e de educação.
Acordo sobre Segurança na Área da Fronteira Tríplice Comum	18 de março de 1996	Brasil – Argentina – Paraguai	Facilitar o trânsito de pessoas e lograr um controle eficaz de documentação e de identidade dos que habitam e transitam pela Tríplice Fronteira.
Acordo Trilateral do Circuito Turístico da Tríplice Fronteira	6 de Julho de 2007	Brasil – Argentina – Paraguai	Creación del Circuito Turístico de la Tríplice Frontera, y evitar la tramitación permisos ocasionales de cada viaje por separado.
Memorando de Entendimento para assistência às mulheres migrantes e em situação de violência	4 de novembro de 2009	Brasil – Argentina – Paraguai	Memorando de Entendimento para Cooperação Regional de assistência às mulheres migrantes e em situação de violência na Tríplice Fronteira.

QUADRO 11 - MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO CRIADOS APÓS OS REGIMES MILITARES (CONCLUÍDO)

FONTE: elaborado pelo autor com base em pesquisa no MRE, Embaixadas, Prefeitura de Foz do Iguazu e *Municipalidades de Puerto Iguazú e Ciudad del Este*, 2017.

Em conversa informal, o historiador José Carlos dos Santos (2016) recorda que nem todas as ações da política externa na Tríplice Fronteira foram motivadas pela integração e cooperação da população transnacional: havia a ideia de separar ao invés de integrar

(informação verbal)³⁴. Isto encontra inevitável sua justificativa nas políticas nacionais de autoritarismos estabelecidas entre as décadas de 1950 a 1980, e que repercutiram nas relações bi ou trilaterais.

A defesa, a segurança e o manter das fronteiras nacionais, impeliram os governos da Tríplice Fronteira a estabelecer fortes militares, que por consequência alguns se tornaram cidades, a exemplo de Foz do Iguaçu. Cita-se outro caso o de Ciudad del Este, no Paraguai, erguida às pressas para conter o avanço expansionista brasileiro.

Há autores que defendem a ideia de que grandes construções de infraestrutura e de acesso erguidas no território da Tríplice Fronteira são manifestações do caráter político de separação, defesa e segurança. Alvo dessa crítica é a obra gerada pelo Tratado de Itaipu, assinado em 26 de abril de 1973, que criou a Usina de Itaipu constituída pela ELETROBRÁS e a ANDE. Aranha (2015), afirma haver relação entre a situação de área de Segurança Nacional pela qual Foz do Iguaçu vivenciava entre 1968 a 1985 e a construção da Usina de Itaipu:

É a transformação em área de segurança nacional que se torna marcante para a cidade, pois ela é consequência da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, uma das obras tidas como prioritárias para o regime, assim como uma das mais polêmicas e dispendiosas (ARANHA, 2015, p. 1).

A explicação para a crítica deve-se às tomadas de atitudes governamentais que excluía a participação do cidadão, da população transnacional dos três países. As obras de arquitetura eram edificadas sob discursos nacionais de integração e cooperação, mas subestimavam as reais demandas da população local e focavam os interesses dos governos e de empresas. Alguns trechos das falas do prefeito e vereadores de Foz do Iguaçu na década de 1980 são reveladoras do poder decisório e influenciador da Itaipu sobre a população iguaçuense: “qualquer medida tomada pelo Executivo sempre precisou do referendo de Itaipu”³⁵ (vereador pelo PDT Sérgio Spada). “Pelo que sei, Foz do Iguaçu não terá eleições diretas para prefeito muito cedo. Já pensou um prefeito aqui brigando com Itaipu?”³⁶ (Prefeito nomeado Clóvis Cunha Viana).

A influência da Itaipu sobre a Tríplice Fronteira, em específico a cidade de Foz do Iguaçu, é factível e corroborada com afirmações de autoridades governamentais, a exemplo das citadas. A questão pode vir a agravar-se ao tomarmos como real a resposta do prefeito

³⁴ Informação verbal concedida por José Carlos dos Santos, no dia 22 de setembro de 2016.

³⁵ Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, ano I, nº 3, 20 págs., 17 a 24 de dezembro de 1980. P. 8. Disponível em: < <http://www.nossotempodigital.com.br/edicao/3/>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

³⁶ Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, ano I, nº 4, 26 págs., 24 a 31 de dezembro de 1980. P. 11. Disponível em: < <http://www.nossotempodigital.com.br/edicao/4/>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

Cunha Vianna quando indagado se recebia um ordenado da Itaipu: “Realmente eu tenho uma gratificação de Itaipu”³⁷. Nesta perspectiva, são aceitáveis as indagações de estudiosos a cerca de haver um processo de integração e cooperação no território da Tríplice Fronteira em detrimento a um discurso desenvolvimentista de fachada, como observado na crítica de Carneiro Filho (2016):

o discurso do desenvolvimentismo continua sendo utilizado pelos governos de Brasil e Argentina para justificar obras de infraestrutura que possuem custos elevados e que muitas vezes, ao invés de gerar benefícios aos habitantes dos locais onde são instaladas, causam remoções de populações e danos ao meio ambiente (CARNEIRO FILHO, 2016, p. 144).

Se as obras de infraestrutura não foram criadas para atender aos anseios dos habitantes locais ou incrementar o turismo, é útil ressaltar que “ambos foram beneficiários”, e o “importante é ter clareza de que o pano de fundo para os investimentos na região tinham no horizonte os ideais de integração regional” (SILVA, 2014, p. 64). Essas ideias perduram desde os regimes militares nas três Nações aos dias atuais.

Destaca-se que a partir do fim das Ditaduras e com o conseqüente processo de abertura política, quantidades maiores de mecanismos de integração e cooperação foram criados, alguns deles facultados a participação da comunidade civil, possibilidade descartada durante os governos ditatoriais. Os exemplos são as Instâncias Técnicas concretizadas, entre outras, na forma de Comitês Fronteiriços, dos quais se destaca o Comitê de Integração Fronteiriça Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú, as instituições criadas por iniciativas populares como o Fórum de Debates sobre Integração Fronteiriça, e outros, como o Fórum Social da Tríplice Fronteira – FSTF, o Consórcio Intermunicipal de Fronteira, e o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, estes dois últimos criados unilateralmente pelo Brasil, mas com potencial de defesa das demandas locais na Tríplice Fronteira.

Há ressalva ao Comitê Permanente de Fronteira Ciudad Presidente Stroessner-Foz do Iguaçu, ou Comitê de Integração Fronteiriça Foz do Iguaçu-Ciudad del Este, criado em 1978, decurso do regime militar no Brasil e Paraguai. Porém, seu propósito inicial estava ligado ao viés desenvolvimentista propagado à época, e visava tão somente agilizar o tráfego internacional na Ponte da Amizade. A participação da comunidade se dava na condição de observadores e restringia aos representantes de empresas transportadoras, e de importadores e exportadores.

³⁷ Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, ano I, nº 4, 26 págs., 24 a 31 de dezembro de 1980. P. 11. Disponível em: < <http://www.nossotempodigital.com.br/edicao/4/>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

Ao possibilitar a participação do cidadão na indicação de problemas e no planejamento de estratégias, os governos democratas iniciaram uma aproximação política, social, cultural e econômica entre as três Nações. É fato que essa colaboração é restrita e tímida motivada pelo pouco espaço que as autoridades disponibilizam à população, o que carece de maior abertura política, mas já estão inseridas nos circuitos globalizadores, integradores e cooperativos.

Na relação política entre governos, os de ideologia democrata estabeleceram relações que ampliaram os diálogos sobre integração e cooperação na Tríplice Fronteira. Um importante documento administrativo, assinado em Foz do Iguaçu no ano de 1985, marca na história as relações integradoras e cooperativas bilaterais entre Brasil e Argentina. A Declaração do Iguaçu, ratificada pelo presidente brasileiro José Sarney e Raúl Ricardo Alfonsín, governante argentino, institucionalizou a inauguração da Ponte Internacional da Fraternidade Presidente Tancredo Neves, entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú.

A Declaração é a precursora de outros mecanismos de integração e cooperação, tais quais a Ata para Integração Brasileiro-Argentina, de 1986, e o Tratado de Integração, Cooperação e desenvolvimento Brasil-Argentina, de 1988. Essa plêiade de documentos resultou num projeto integracionista de maior dimensão geográfica: o Mercosul.

Com a criação do Mercosul em 26 de março de 1991, diversos teóricos e políticos, bem como a mídia, propagaram o potencial integrador que a instituição representava para o Cone Sul: “durante os primeiros anos da década dos 90, o Mercosul foi considerado o processo de integração mais bem-sucedido da América Latina. [...] logrou rápidos avanços em matéria comercial e se tornou um espaço de referência” (VÁZQUEZ; RUIZ, 2009, p. 33-34). Porém, a crise econômica brasileira e argentina de 1998 e 2001, respectivamente, geraram desgastes institucionais.

Com a chegada ao poder dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, e Néstor Kirchner, da Argentina, em 2003, houve uma espécie de relançamento dos ideais de integração e cooperação entre os dois países com implicações positivas ao Mercosul. Nos primeiros anos de mandato os dois governos se reuniram por diversas vezes e estabeleceram mecanismos de capital força para integrar, a saber, alguns: o Documento de Integração entre Argentina e Brasil, ou Documento de Brasília, de 11 de junho de 2003; o Consenso de Buenos Aires, de 16 de outubro de 2003; e a Ata de Copacabana, de 16 de março de 2004.

Estes documentos reiteraram e criaram estratégias de alianças integradoras ao reafirmar o compromisso com o Mercosul, a partir da criação de seu Parlamento e melhorias comerciais e políticas, além do contraponto ao Consenso de Washington que previa

desregulamentações da economia e privatizações. Com o Consenso de Buenos Aires, as prioridades são as políticas de geração de emprego e de melhorias sociais.

Após a saída do presidente argentino em dezembro de 2007, o Kirchnerismo continuou pactuando com o Brasil. O exemplo é o Acordo de Facilitação Turística, ratificado em 2009 na gestão dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Cristina Fernández de Kirchner, ambos do Brasil e Argentina respectivamente. Este Acordo é capital para as relações transfronteiriças ao prevê a facilitação nos trâmites migratórios de turistas e habitantes da Tríplice Fronteira nas Aduanas localizadas entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú.

Entre Brasil e Paraguai, os destaques são para as renegociações no Tratado de Itaipu, concordadas em 2009 e ratificadas em 2011 pelo então presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-bispo e governante paraguaio Fernando Armino Lugo de Méndez. Diante da reivindicação guarani³⁸ de aumentar o valor pago pelo Brasil pela energia paraguaia produzida na Usina de Itaipu, o representante paraguaio alvitrou em seus discursos políticos pré-eleição recorrer à Corte Internacional de Justiça de Haya caso o governo brasileiro não renegociasse o Tratado.

Fernando Lugo acreditava numa relação bilateral equitativa visto que o Tratado de Itaipu “fora negociado entre dois regimes de exceção, que, em condições democráticas, jamais negociariam um acordo tão desigual” (ALMEIDA, 2015, p. 146). Por sua vez, o presidente Luiz Inácio demonstrou interesse em apoiar os países de convicção política progressista e sob o seguinte discurso de liderança regional e de integração e cooperação simultânea, negociou concessões ao Paraguai:

a integração da América do Sul e a integração da América Latina, passam, sobretudo, pela boa qualidade das relações bilaterais entre os membros [...] do Mercosul, da Unasul e da América Latina [...] não interessa que o Brasil cresça, se desenvolva, se os seus parceiros não crescem e não se desenvolvem. Não interessa ao Brasil ter um vizinho que não tenha o mesmo ritmo de crescimento do que ele (JORNAL DO BRASIL, 2009).

Em julho de 2009 por ocasião da Cúpula do Mercosul realizada em Assunção, no Paraguai, o governo brasileiro anunciou as propostas de renegociação do Tratado de Itaipu. Em 1º de setembro daquele ano, o Brasil se comprometia em: construir a linha de transmissão de energia de 500 KV de Ciudad del Este a Assunção, liberar a venda do excedente energético paraguaio diretamente pela ANDE ao Brasil, e o aumento do preço pago pela energia cabível ao Paraguai.

³⁸ O povo paraguaio é conhecido pela designação guarani, dada sua origem e língua materna amplamente utilizada.

Sobre esta questão é útil destacar mais duas informações: as reivindicações sobre a renegociação do Tratado não são propostas criadas pelo presidente Fernando Lugo; sobre elas há relatos datados de 1º de junho de 1973, conforme se observa na Figura 4. Por sua vez, as modificações ao Tratado só foram aprovadas pelo Brasil em maio de 2011 através do Decreto Legislativo nº 115.

The image shows a screenshot of a news article from ABC Color. The article is dated 07 de marzo de 2008 and is titled "Renegociar cláusulas del Tratado de Itaipú". The text discusses the renegotiation of clauses in the Itaipu Treaty, mentioning the dictatorship of Stroessner and the importance of the Paraná river's hydroelectric potential. The article is highlighted in yellow. The page also features a navigation menu, a search bar, and a list of "MÁS LEÍDAS 24 HS" (Most Read in 24 hours).

Archivo Servicios Clasificados Fúnebres Redes Iniciar sesión Registrarse

07 de febrero de 2017 14:06 (ACTUALIZADO HACE 2 MIN)

30 °C DESPEJADO

dermaglós

G. 5.630 DOLAR COMPRA G. 5.770 DOLAR VENTA

BANCO ATLAS

NOTICIAS EDICIÓN IMPRESA NACIONALES DEPORTES ESPECTÁCULOS ESPECIALES MUNDO MÁS

ABC CARDINAL ABC TV

Inicio > Edición Impresa > Editorial > Renegociar cláusulas del Tratado de Itaipú

EL COMERCIO PARAGUAYO COMPANIA DE SEGUROS, DESDE 1947

07 DE MARZO DE 2008

Renegociar cláusulas del Tratado de Itaipú

Los vendepatrias representantes de la dictadura de Stroessner no dudaban en utilizar retorcidos argumentos para lograr la aprobación del Tratado de Itaipú, pese a que el mismo consagraba groseras y perjudiciales cláusulas que entregaban al Brasil a vil precio la más importante riqueza natural conocida de nuestro país, el potencial hidroeléctrico del río Paraná. En nuestro editorial titulado Renegociar cláusulas del Tratado de Itaipú, publicado el 1 de junio de 1973, refutábamos tales argumentos e insistíamos en las inequidades cometidas contra el Paraguay en materia de precio de la electricidad, plazo por el que la "cede", y gobierno de la Itaipú.

MÁS LEÍDAS 24 HS EN LA SEMANA

1. Carrizo, un gran canalla
2. Bombas de humo y WhatsApp
3. "Ni los tigres, ni China"
4. Cuidado con la espuma
5. Indígenas abandonan su territorio por amenazas...
6. Más artistas confirmados para el Rock in Rio
7. Analizarán mañana acciones judiciales
8. Vecinos de niña abusada se manifestarán frente...
9. Demandas por prestación de alimentos aumentan en...

FIGURA 4 - REIVINDICAÇÃO NA MÍDIA DE RENEGOCIAÇÃO DO TRATADO DE ITAIPU

FONTE: JORNAL ABC COLOR, 2008. Marcações feitas pelo autor.

Pela Figura 4 vê-se parte da republicação na data de 7 de março de 2008, em meio digital, do artigo “Renegociar Cláusulas del Tratado de Itaipu” publicado originalmente em 1º de junho de 1973.

Nas relações externas entre Argentina e Paraguai, e no que concerne à Tríplice Fronteira, as ações carecem de maior empenho. O destaque é para o Programa Pátria Grande, criado a partir dos trabalhos da *Comisión de Coordinación Política e Integración Argentino-Paraguaya*, e que visa regularizar a situação de estrangeiros paraguaios na Argentina. A Comissão e, respectivamente, o Programa foram instituídos no governo de Carlos Saúl Menem, da Argentina, e de Andrés Rodríguez Pedrotti, do Paraguai.

Em revista à Acta de la Reunión Paraguayo-Argentino Antelco-Entel, de 07 de outubro de 1986, encontramos expressado o desejo dos representantes da Província de

Misiones em criar o Comitê de Fronteira Puerto Iguazú-Ciudad Presidente Stroessner³⁹. Como pauta para a reunião seguinte, o Comitê não foi instituído e permaneceram apenas os cinco anteriormente criados⁴⁰.

As políticas externas do Brasil, da Argentina e do Paraguai no que concerne à integração e cooperação da Tríplice Fronteira têm sido realizadas em sua maioria de forma bilateral e descoordenada. Os mecanismos criados contam com escassa participação dos habitantes transfronteiriços e atendem a eventos pontuais. Porém, a existência desses mecanismos é traduzida como iniciativas que visam incluir nos circuitos integradores e cooperadores o território transfronteiriço; são, dessarte, ações que merecem atenção, análises e pesquisas como esta para que se estabeleça uma conduta democrática e de eficiente integração e cooperação.

As iniciativas são concretizadas na forma de mecanismos de integração e cooperação, dos quais se destacam as Instâncias Técnicas e os documentos jurídicos e os administrativos. Relacionar esses mecanismos é o objetivo dessa pesquisa e, na sequência, passa-se a fazê-lo.

3.2 MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO TERRITORIAL DA TRÍPLICE FRONTEIRA: AS INSTÂNCIAS TÉCNICAS

As Instâncias Técnicas trabalham diversos temas que permeiam as relações socioeconômicas, tais quais o trabalho, a saúde, a educação, a habitação, o transporte, a energia, a infraestrutura, para citar algumas, e nesta pesquisa são mencionadas de forma bilateral na sequência Brasil-Argentina, Brasil-Paraguai, Argentina-Paraguai.

Entre Brasil e Argentina, a Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço – CODEFRO – criada em 5 de maio de 1999 por meio da assinatura em 10 de novembro de 1997 de um Acordo entre ambos países, e ratificado no Brasil através do Decreto nº 3.078 de 1º de junho de 1999, com complementações dadas por um Protocolo Adicional assinado em 31 de janeiro de 2011, constitui-se numa instância política de diálogo, deliberação e tratamento de demandas para a integração e a cooperação bilateral.

³⁹ Em 1986 Ciudad del Este era conhecida como Ciudad Presidente Stroessner ou Puerto Presidente Stroessner. O nome atual foi dado em 1989 (SILVA, 2014, p. 65).

⁴⁰ Os cinco Comitês de Fronteira Argentina-Paraguai e suas respectivas datas de criação: Encarnación-Posadas, criação 13/02/1985; Clorinda-Colônia Falcón, criação 14/03/1985; Formosa-Alberdi, criação 13/06/1985; Puerto Bermejo-Pilar, criação 29/11/1985; Itatí-Itacorá: criação 08-07-1986.

A CODEFRO, que é presidida pelos secretários dos Ministérios das Relações Exteriores dos dois países, foi criada por decisões políticas binacionais que reconhecem “a especificidade da fronteira como espaço compartilhado onde são necessárias ações integradas e coordenadas para enfrentar de maneira eficaz os desafios comuns conforme as legítimas aspirações das comunidades fronteiriças e a necessidade de desenvolver o território fronteiriço” (PROTOCOLO ADICIONAL, 2011). Com o propósito de identificar e propor ações que promovam o desenvolvimento e a integração na fronteira comum, a Comissão possui sete objetivos reproduzidos conforme consta no Artigo IV do Acordo:

a) identificar projetos comuns na zona da fronteira para impulsionar e coordenar seu estudo e execução, particularmente aqueles de impacto social, como os referentes à saúde, habitação, desenvolvimento econômico e educação;

b) recomendar a adoção de medidas que possam beneficiar a fronteira comum;

c) identificar e impulsionar ações conjuntas entre as instituições competentes de ambos os países que facilitem o trânsito de pessoas e a circulação de bens na fronteira comum;

d) contribuir para o reforço e consolidação das empresas produtivas com empreendimentos e projetos na zona fronteiriça, mediante a concertação entre elas, em todos os aspectos de suas atividades institucionais, econômicas e comerciais;

e) trabalhar de forma coordenada com os mecanismos e programas já estabelecidos por ambos os países na fronteira comum;

f) promover a integração econômica fronteiriça mediante a recomendação da celebração de acordos bilaterais; e

g) impulsionar o intercâmbio cultural, turístico, educativo, técnico e científico nas zonas de fronteira.

O Artigo III estabelece que Grupos de Trabalhos possam ser criados no âmbito da Comissão que, em conjunto aos Comitês de Fronteira, enviam estudos, diagnósticos e sugestões de ações que visam à integração e ao desenvolvimento do território fronteiriço. Cabe à CODEFRO facilitar a execução dos projetos propostos e das iniciativas nas áreas contempladas em seus objetivos.

Prevê que faça parte dos Grupos de Trabalho consultores especializados nas temáticas de desenvolvimento social e econômico no território de fronteira. O Protocolo Adicional (2011), também em seu Artigo 3, faculta à Comissão a possibilidade de “convidar a participar de suas reuniões os gestores de projetos prioritários e representantes de outros órgãos governamentais, de instituições da sociedade civil, das comunidades locais e do setor

privado” (ACORDO DE CRIAÇÃO DA CODEFRO, 1997; DECRETO 3.078/1999; PROTOCOLO ADICIONAL, 2011).

O Quadro 10 lista os mecanismos de integração e cooperação, na forma de Instâncias Técnicas, entre Brasil e Argentina com circunscrição à Tríplice Fronteira.

INSTÂNCIA TÉCNICA	DATA DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO / CARACTERÍSTICAS
Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço – CODEFRO	5 de maio de 1999	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e propor ações que promovam o desenvolvimento e a integração na fronteira comum; - Instância política de diálogo, deliberação e tratamento de demandas para a integração e a cooperação bilateral; - Presidida pelos secretários dos Ministérios das Relações Exteriores dos dois países.
Comitê de Integração Fronteiriça Foz do Iguazu- Puerto Iguazú	29 de novembro de 1988	<ul style="list-style-type: none"> - Facilitar a circulação de pessoas, bens e serviços na área de fronteira e promover o desenvolvimento conjunto e a integração das localidades vizinhas do Brasil e da Argentina; - Presidido pelas autoridades consulares do Brasil e da Argentina; - A sede são as cidades fronteiriças de Foz do Iguazu e Puerto Iguazú; - Primeira reunião: agosto de 1989; - Três Comissões: Infraestrutura, comércio e turismo, Facilitação fronteiriça, Cultura, saúde e educação.
Comissão Mista de Cooperação Técnica Brasil-Argentina	9 de abril de 1996	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar as políticas e estratégias de cooperação técnica de ambos países, estabelecidas em âmbito nacional por seus órgãos competentes; - Primeira reunião: Buenos Aires, 29 e 30 de novembro de 2004; - Doze áreas de interesse: agricultura, comércio e investimentos, cooperação para o desenvolvimento, educação, energia, fortalecimento institucional, indústria, meio ambiente e recursos naturais, mineração, pequenas e médias empresas, saúde, transporte e comunicações.

QUADRO 12 - INSTÂNCIAS TÉCNICAS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL-ARGENTINA

FONTE: elaborado pelo autor com base em pesquisa no MRE, Embaixadas, Prefeitura e *Municipalidad* de ambos países, 2016.

O Artigo V do Acordo de criação da CODEFRO estabelece reuniões ordinárias anuais que devem ser alternadas entre Brasil e Argentina. A primeira reunião da Comissão ocorreu em 20 de julho de 2012; e a segunda em Buenos Aires, nos dias 2 e 3 de outubro de 2013⁴¹.

Os temas debatidos em ambas reuniões suscitaram questões promissoras e que carecem de atenção governamental e englobam desde a segurança policial e alimentar, a saúde, a educação, as atividades turísticas, a facilitação para comunicação e trânsito fronteiriço, a defesa civil, e até assuntos menos demandados como os relativos a empresas e bancos. Neste raciocínio, elaboramos o Quadro 11 com as principais contribuições da CODEFRO a partir da análise dos temas inclusos na pauta de discussão de suas plenárias e em documento emitido pela Embaixada do Brasil em Buenos Aires, Argentina.

PLENÁRIAS	DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO	CONTRIBUIÇÕES NA PAUTA
1ª reunião CODEFRO	20 de julho de 2012, em Brasília, Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - requisitado a facilitação da circulação de professores e alunos na fronteira; - proposta de criação de seguro veicular de fronteira; - sugestão de criação de corredores específicos para o trânsito de mercadorias.
2ª reunião CODEFRO	2 e 3 de outubro de 2013, em Buenos Aires, Argentina	<ul style="list-style-type: none"> - operacionalização das Áreas de Controle Integrado (ACIs); - cooperação entre autoridades policiais nas zonas de fronteira; - estabelecimento de certificados sanitários e fitossanitários simplificados; - assistência de emergência e cooperação em defesa civil; - aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação nas zonas de fronteira; - promoção de micro, pequenas e médias empresas; - simplificação dos trâmites bancários; - iniciativas conjuntas no setor de turismo; - formulação de plano integrado de saúde para a fronteira; - promoção de atividades de controle epidemiológico; - aperfeiçoamento do projeto "Escola Intercultural Bilingüe de Fronteira".

QUADRO 13 - PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA CODEFRO

FONTE: elaborado pelo autor com base em documentos da Embaixada do Brasil em Buenos Aires e Ata da I Reunião da CODEFRO. 2016.

⁴¹ MSAL – Ministerio de Salud de Argentina. Disponível em < <http://www.msal.gob.ar/inmet/index.php/27-pagina-inicial/517-noticia-codefro>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

Em 29 de novembro de 1988 foram criados pelo Protocolo nº 23 Regional Fronteiriço os Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina. No total de três, destaca-se o Comitê de Integração Fronteiriça Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú. Conforme a Ata de Uruguaiana de 22 de agosto de 1989, em ato que esteve presente José Sarney, presidente brasileiro, e Carlos Saúl Menem Akil, presidente argentino, o Comitê é presidido pelas autoridades consulares do Brasil e da Argentina, e a sede são as duas cidades fronteiriças. Os objetivos traçados visam “facilitar a circulação de pessoas, bens e serviços na área de fronteira e promover o desenvolvimento conjunto e a integração das localidades vizinhas de ambos países, dentro do espírito das Atas do Iguaçu e de Buenos Aires firmadas respectivamente em novembro de 1985 e julho de 1986” (ATA DE URUGUAIANA, 1989).

A primeira reunião do Comitê de Integração Fronteiriça Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú ocorreu em agosto de 1989, tendo sido facultado reunir-se com a frequência que se fizer necessária. Diversas reuniões já foram realizadas sempre com a presença das comissões formadas de Infraestrutura, Comércio e turismo, Facilitação fronteiriça, Cultura, saúde e educação, além da presença de autoridades brasileiras e argentinas, de representantes do setor privado e da sociedade civil.

As reuniões podem perdurar de um a três dias, e as estratégias e propostas desenvolvidas devem ser encaminhadas à CODEFRO para conhecimento, aval e facilitação da execução dos projetos. Porém, apenas dois encontros da Comissão (respectivamente em julho de 2012 e outubro de 2013) foram realizados desde sua criação até 2016, mas os trabalhos do Comitê continuam. Cabe destacar projetos, alguns já postos em prática, outros a serem executados, debatidos em plenário do Comitê de Integração Fronteiriça Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú. Esses projetos estão organizados em tópicos do I ao VI, listados na sequência:

D) Carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço.

Em 30 de novembro de 2005 foi assinado o Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas. Neste previu-se a institucionalização da Carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço que visa facilitar a mobilidade entre as fronteiras Brasil e Argentina, em menor escala Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú, com procedimento migratório ágil e simplificado, além de dá direito ao seu portador o livre exercício de trabalho, de atendimento médico e de ensino público de forma gratuita. Em 2007 a *Dirección Nacional de Migraciones de Argentina* implantou um sistema de confecção dessas carteiras, porém, o Brasil permaneceu inerte ao assunto e somente em 13 de janeiro de 2016 o Acordo foi promulgado pela então presidente brasileira

Dilma Vana Rousseff com o Decreto nº 8.636 que dá competência ao Departamento da Polícia Federal proceder com as emissões⁴².

O artigo II, inciso I do referido Decreto estabelece que os nacionais de um dos países envolvidos “poderão solicitar a expedição da Carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço às autoridades competentes do outro”, desde que apresente:

a) Passaporte ou outro documento de identidade válido previsto na Resolução GMC 75/96;

b) Comprovante de domicílio na localidade fronteiriça devidamente identificada no Anexo I do presente Acordo; (Este anexo lista 9 grupos de localidades vinculadas por fronteiras, dos quais há Foz do Iguazu-Puerto Iguazú).

c) Certidão negativa de antecedentes judiciais e/ou penais e/ou policiais no país de origem;

d) Declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes nacionais e internacionais, penais ou policiais;

e) Duas fotografias tamanho 3 x 4; e,

f) Comprovante de pagamento das taxas correspondentes.

A primeira emissão da carteira permite aos usuários a utilização por 5 anos que, se houver necessidade, poderá ser prorrogada por igual período. Transcorridos os 10 anos, o portador terá o direito de uma carteira sem prazo de expiração. Essas regalias não impedem que as autoridades emissoras cancelem o documento nas situações de:

a) Perda da condição de domiciliado na localidade fronteiriça vinculada da Parte que gerou esse direito;

b) Condenação penal em qualquer das Partes ou em terceiro país;

c) Constatação de fraude ou utilização de documentos falsos para instrução do pedido de emissão da carteira;

d) Reincidência na tentativa de exercer os direitos previstos neste Acordo fora das localidades fronteiriças vinculadas estabelecidas no Anexo I; e

e) Condenação por infrações aduaneiras, conforme regulamentação da Parte onde ocorreu a infração.

II) Áreas de Controle Integrado.

Com base na Resolução MERCOSUL/GMC nº 29/07 que prevê a implantação de Áreas de Controle Integrado entre os Estados partes, o Comitê tem discutido a questão sobre

⁴² Ata final da XXX Reunião do Comitê de Integração Fronteiriça Foz do Iguazu-Puerto Iguazú; Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas Brasil-Argentina; Decreto nº 8.636 de 13 de janeiro de 2016.

Controle Migratório Integrado e o Controle Fito e Zoosanitário Unificado. Para o primeiro, foi indicada como impasse a carência de pessoal na aduana brasileira. O segundo prevê a simplificação dos processos de certificação fito e zoosanitária para mercadorias de subsistências, mas para isso há a necessidade da efetiva implantação das Áreas de Controle Integrado onde todos os órgãos atuariam de forma integrada e facilitaria o trânsito vicinal e turístico e proporcionaria maior desenvolvimento do comércio bilateral⁴³.

III) Fiscalização conjunta no rio Iguazu.

A *Prefectura Naval* de Puerto Iguazú e a Marinha do Brasil estabelecem operações conjuntas de fiscalização de embarcações no trecho fronteiro das duas cidades⁴⁴.

IV) Aduana Tripartite.

Construção de uma alfândega nas imediações das pontes Tancredo Neves (Foz do Iguazu – Brasil e Puerto Iguazú – Argentina) e da futura ponte entre Brasil e Paraguai⁴⁵.

V) Termo de Cooperação Técnica.

Visa harmonizar os atendimentos emergenciais pré-hospitalares, de salvamento, de combate a incêndios e outras ações da defesa civil. O Corpo de Bombeiros presta assistência a ocorrências registradas em Puerto Iguazú, Argentina, e Ciudad del Este, no Paraguai, porém são ações informais que carecem de acordos bilaterais⁴⁶.

VI) Educação Intercultural Bilíngue.

Designar fundos nacionais para o Programa Bilíngue de Fronteira, com a instituição do ensino da língua portuguesa e da língua espanhola desde o nível fundamental nas escolas das cidades de Foz do Iguazu e Puerto Iguazú. O Programa deve ser executado de diferentes formas: com contratação de professores de ambos os países, intercâmbio de alunos e docentes, com facilitação migratória na fronteira a título de prioridade⁴⁷.

Ao longo de 28 anos de existência do Comitê de Integração Fronteira Foz do Iguazu-Puerto Iguazú (1988 a 2016), as diversas reuniões realizadas pautaram assuntos específicos das duas cidades gêmeas que corroboraram o esforço maior de integração e cooperação territorial na Tríplice Fronteira, mesmo que de forma bilateral. Tomadas como base as três recentes atas das reuniões do Comitê, elaboramos os Quadros 12, 13 e 14 que listam as principais contribuições dessa Instância Técnica nos circuitos integradores transnacionais.

⁴³ Atas das XXX, XXXI e XXXIII Reuniões do Comitê de Integração Fronteira Foz do Iguazu-Puerto Iguazú.

⁴⁴ Ata final da XXXIII Reunião do Comitê de Integração Fronteira Foz do Iguazu-Puerto Iguazú.

⁴⁵ Ata final da XXX Reunião do Comitê de Integração Fronteira Foz do Iguazu-Puerto Iguazú.

⁴⁶ Atas das XXXI e XXXIII Reuniões do Comitê de Integração Fronteira Foz do Iguazu-Puerto Iguazú.

⁴⁷ Atas das XXX, XXXI Reuniões do Comitê de Integração Fronteira Foz do Iguazu-Puerto Iguazú.

PLENÁRIAS	DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO	CONTRIBUIÇÕES NA PAUTA
XXX Reunião	29 e 30 de outubro de 2012, em Foz do Iguaçu, Brasil	<p>Proposta de construção de Aduana Tripartite nas proximidades da atual ponte Tancredo Neves (Brasil-Argentina) e da futura ponte entre Brasil-Paraguai.</p> <p>Proposta de implementação de programa de monitoramento de veículos, segurança e fitossanitário nas rodovias e na Ponte Tancredo Neves com a base de dados compartilhada.</p> <p>Proposta do Projeto Águas Grandes que consiste na criação de um parque Turístico Cultural e de Lazer para conservação e recuperação de espaços naturais.</p> <p>Proposta de implementação de seguro de responsabilidade civil obrigatório em nível de Mercosul para os turistas brasileiros, semelhante à Carta Verde.</p> <p>Medidas para a livre circulação de veículos particulares entre as duas cidades (as delegações brasileira e argentina afirmaram não existir restrições).</p> <p>Proposta de ensino dos idiomas português e espanhol em Puerto Iguazú e Foz do Iguaçu, respectivamente, a partir das séries fundamentais.</p> <p>Proposta de criação da Rede de Urgência e Emergência Internacional, com equipe argentina trabalhando junto à Central do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 e do Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência – SIATE 193.</p>

QUADRO 14 - PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA FOZ DO IGUAÇU-PUERTO IGUAZÚ – XXX REUNIÃO

FONTE: elaborado pelo autor com base na XXX Ata da Reunião do Comitê de Integração Fronteiriça Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú, 2016

PLENÁRIAS	DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO	CONTRIBUIÇÕES NA PAUTA
XXXI Reunião	23 de setembro de 2013, em Puerto Iguazú, Argentina	Proposta de elaboração do Plano Conjunto de Manutenção da Ponte Internacional Tancredo Neves.
		Proposta de desenvolvimento de infraestrutura do Porto Iguazú e do Porto Meira para o tráfico de passageiros, carga e turístico.
		Proposta de integração e unificação do Parque Nacional do Iguazu, nos lados brasileiro e argentino, com interligações de forma haver visitação nos dois espaços.
		Sugestão de trâmite aduaneiro simplificado para produtos da Economia Social, em especial os de subsistência e artesanato.
		Sugestão de oferta de Mestrado e Doutorado nas áreas de integração e cooperação transfronteiriça.

QUADRO 15 - PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA FOZ DO IGUAÇU-PUERTO IGUAZÚ – XXXI REUNIÃO

FONTE: elaborado pelo autor com base na XXXI Ata da Reunião do Comitê de Integração Fronteiriço Foz do Iguazu-Puerto Iguazú, 2016

PLENÁRIA	DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO	CONTRIBUIÇÕES NA PAUTA
XXXIII Reunião	02 de dezembro de 2015, em Puerto Iguazú, Argentina	Proposta de criação de Áreas Especiais de Interesse Turístico;
		Sugestão de cota no valor de US\$ 500,00 na Tríplice Fronteira;
		Sugestão de combate conjunto à entrada irregular no Brasil de produtos argentinos como a carne de boi, de peixe, grãos e hortifrútiis;
		Proposta de criação de Termo de Cooperação Técnica para atendimentos a situações de emergência, de incêndios, de salvamento e de defesa civil;
		Sugestão de participação da Unila e da Universidad Nacional de Misiones – UnaM nas discussões em nível de Mercosul sobre a revalidação de títulos educacionais e profissionais.

QUADRO 16 - PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA FOZ DO IGUAÇU-PUERTO IGUAZÚ – XXXIII REUNIÃO

FONTE: elaborado pelo autor com base na XXXIII Ata da Reunião do Comitê de Integração Fronteiriço Foz do Iguazu-Puerto Iguazú, 2016

A Comissão Mista de Cooperação Técnica Brasil-Argentina se concretiza numa terceira Instância Técnica de integração e cooperação territorial na Tríplice Fronteira. Criada a partir do Acordo de Cooperação Técnica assinado na cidade de Buenos Aires, em 09 de abril

de 1996 entre ambos países, e promulgado no Brasil através do Decreto nº 3.209 de 13 de outubro de 1999. A Comissão tem em seu bojo seis funções, transcritas a seguir tal como se encontra no artigo V do referido documento:

- a) analisar as políticas e estratégias de cooperação técnica de cada uma das Partes, estabelecidas em âmbito nacional por seus órgãos competentes;
- b) avaliar e definir áreas comuns prioritárias para a implementação da cooperação técnica;
- c) examinar e aprovar o Plano de Trabalho;
- d) analisar, propor e, se for o caso, aprovar programas setoriais e projetos de cooperação técnica;
- e) avaliar os resultados da execução dos programas setoriais, projetos e ações implementados no quadro deste Acordo e de seus Ajustes Complementares;
- f) fazer às Partes as recomendações que considere pertinentes.

O artigo II do Acordo indica doze áreas como de especial interesse mútuo sobre as quais a Comissão deverá pautar suas reuniões: agricultura, comércio e investimentos, cooperação para o desenvolvimento, educação, energia, fortalecimento institucional, indústria, meio ambiente e recursos naturais, mineração, pequenas e médias empresas, saúde, transporte e comunicações.

Previsto no artigo V do Acordo, as reuniões da Comissão Mista de Cooperação Técnica Brasil-Argentina deve acontecer anual e alternadamente no Brasil e na Argentina. A primeira plenária ocorreu em Buenos Aires, nos dias 29 e 30 de novembro de 2004; a segunda aconteceu em Brasília, nos dias 8 e 9 de outubro de 2007; a terceira reunião ocorreu em Buenos Aires, no período de 21 a 25 de fevereiro de 2011. Cabe destacar esta última plenária na qual foi analisado os resultados obtidos com a execução do Projeto Mapeamento Geológico e de Recursos Minerais da Fronteira Brasil - Argentina - Paraguai e Uruguai sob responsabilidade do Serviço Geológico do Brasil, conhecida como Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM – e do *Servicio Geológico Minero Argentino* – SEGEMAR.

O objetivo deste projeto, e o que circunscreve à Tríplice Fronteira, foi o de coletar e integrar os dados geológicos, bem como os recursos minerais em territórios fronteiriços com a elaboração de mapas geológicos em áreas contíguas. A equipe de trabalho de campo percorreu todo o território fronteiriço de Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú. A Figura 5 mostra a geologia da fronteira e as áreas que compreendem as três folhas na escala 1:1.000.000 criadas pelo Projeto: a Folha SH.21 - Uruguiana, abrangendo parte de Argentina, Brasil e Uruguai; a

Folha SG.21 - Asunción, compreendendo Brasil e Argentina; e a Folha SG.22 - Curitiba, correspondendo a Brasil e Argentina.

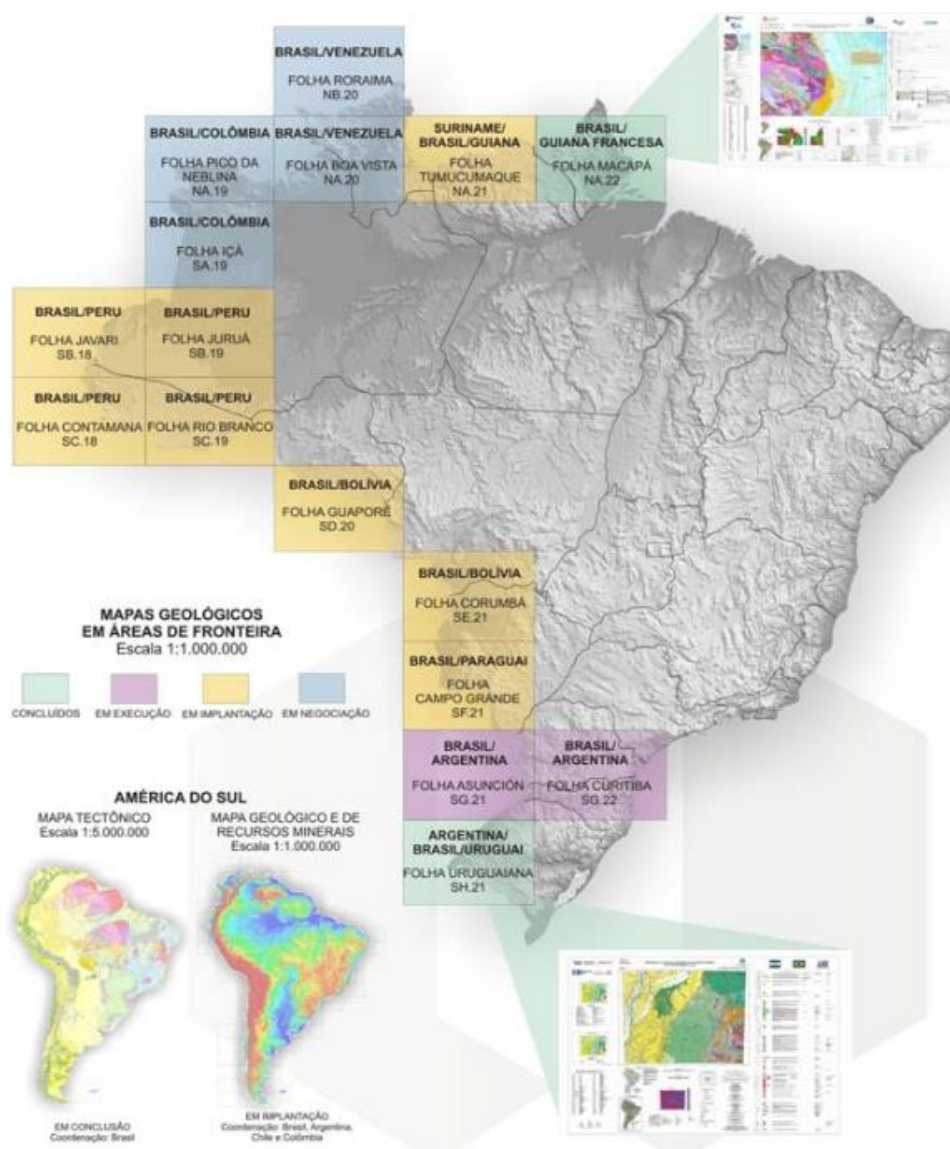


FIGURA 5 - GEOLOGIA DA TRÍPLICE FRONTEIRA E A CRIAÇÃO DAS FOLHAS SH.21, SG.21 E SG.22

FONTE: SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (Brasil). Ministério de Minas e Energia. **Relatório Anual das atividades na dimensão articulações institucionais**. Rio de Janeiro: CPRM, 2008.

Os artigos VII e VIII do Acordo de Cooperação Técnica Brasil-Argentina preveem a origem dos recursos financeiros para a execução das ações cooperativas tais quais o Projeto de Mapeamento Geológico da Fronteira Brasil - Argentina - Paraguai e Uruguai. Sobre isso, “as Partes procurarão estabelecer equivalência e reciprocidade no financiamento dos projetos

e ações, mediante cofinanciamento ou custos compartilhados" (ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL-ARGENTINA, 1999, art. VIII, inciso I).

O inciso 2 do artigo VII, nas alíneas de a até d, estabelece que os recursos monetários poderão provir dos orçamentos e extraorçamentos dos governos brasileiro e argentino, de instituições e organismos, fundos e programas regionais e internacionais, como de terceiros países.

O Mapeamento Geológico e de Recursos Minerais nesse território de fronteira foi concluído em março de 2011, após 36 meses de trabalhos. Foram investidos US\$ 191.676,00, dos quais houve participação da Agência Brasileira de Cooperação – ABC do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, do Fondo de Cooperación de Argentina – FOAR, e da CPRM e SEGEMAR. A Tabela 5 refere aos subtotais investidos no projeto por cada instituição governamental.

TABELA 5 - CUSTOS POR INSTITUIÇÃO DO PROJETO DE MAPEAMENTO GEOLÓGICO E DE RECURSOS MINERAIS NA FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA-PARAGUAI-URUGUAI

INSTITUIÇÃO GOVERNAMENTAL	VALOR INVESTIDO (EM DÓLAR)	TOTAL DOS CUSTOS
ABC	US\$ 91.020,00	US\$ 191.676,00
CPRM	US\$ 5.000,00	
SEGEMAR	US\$ 5.000,00	
FOAR	US\$ 90.656,00	

FONTE: elaborado pelo autor com base no Relatório de Progresso, III Reunião da Comissão Mista de Cooperação Técnica Brasil-Argentina, 2016

O Quadro 15 lista as principais contribuições da Comissão Mista de Cooperação Técnica Brasil-Argentina com efeitos diretos e circunscritos à Tríplice Fronteira.

INSTÂNCIA TÉCNICA	CONTRIBUIÇÕES
Comissão Mista de Cooperação Técnica Brasil – Argentina	Coleta e integração de dados geológicos e de recursos minerais; Elaboração de mapas geológicos em áreas contíguas do território fronteiriço de Foz do Iguazu e Puerto Iguazú.

QUADRO 17 - PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA COMISSÃO MISTA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL-ARGENTINA PARA A TRÍPLICE FRONTEIRA

FONTE: elaborado pelo Autor com base no Relatório Anual das atividades na dimensão articulações institucionais. Rio de Janeiro: CPRM, 2008.

Entre Brasil e Paraguai, há três Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Paraguai. Destes, o enfoque é dado ao Comitê de Integração Fronteiriça Foz do Iguaçu-Ciudad del Este, cujas funções se deu início em 3 de outubro de 1978. Foi o primeiro Comitê de Fronteira instituído no Cone Sul, resultado de um acordo que consta na II e III Ata da Reunião Paraguaio-Brasileira dos Órgãos de Aplicação⁴⁸ do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, de 19 de outubro de 1966, realizadas em São Paulo nos dias 16 e 17 de junho de 1977, e em Ciudad del Este (à época conhecida como Ciudad Presidente Stroessner) de 21 a 23 de junho de 1978. Seu nome inicial era Comitê Permanente de Fronteira Ciudad Presidente Stroessner⁴⁹-Foz do Iguaçu – CPF. Em 7 de setembro de 1978, por ocasião da II Reunião do CPF foi aprovado o Regulamento do Comitê, que passou a ser designado pela sigla Copefron.

A Ata da III reunião do Copefron prevê que farão parte os cônsules brasileiro e paraguaio, na qualidade de presidente e coordenador de delegação, e os representantes do DNIT (o documento faz referência ao extinto DNER), do Ministério da Fazenda, do Ministério de Agricultura e do Departamento de Polícia Federal, pelo lado brasileiro; e pelo Paraguai, os representantes da *Dirección General de Transporte do Paraguay por Carretera*, da *Administración de Aduanas*, do *Ministerio de Agricultura y Ganadería*, da *Policía de Investigación* e da *Policía Caminera*. Na condição de observadores, a comunidade poderá participar, mas restringe-se aos sócios de empresas transportadoras, importadoras e exportadoras.

Com previsão de sede nos consulados brasileiro e paraguaio localizados, respectivamente, em Ciudad del Este e Foz do Iguaçu, as reuniões do Comitê deverão ser realizadas de forma periódica nas duas cidades, e em outras localidades caso seja necessário (REGULAMENTO COPEFRON, 1978, art. 2º).

O propósito inicial do Copefron era o de agilizar o tráfego internacional na Ponte Internacional da Amizade. Porém, a partir de 1987, o Comitê passa a debater outros assuntos inerentes ao território fronteiriço das duas cidades (VALENCIANO, 1989, p. 6), tais como aduaneiro, imigração e segurança. A figura 6 foi coletada em jornal local e refere à comemoração do 10º ano do Copefron, e em destaque a informação de que à época o Comitê já havia incorporado mais três enfoques de debates.

⁴⁸ Os órgãos de aplicação eram o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, representante brasileiro, criado em 1937 e extinto em 2001 (suas competências foram transferidas para a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT); e a *Dirección de Transporte por Carretera*, do Paraguai, criada em 31 de outubro de 1974.

⁴⁹ Em 1986 Ciudad del Este era conhecida como Ciudad Presidente Stroessner ou Puerto Presidente Stroessner. O nome atual foi dado em 1989 (SILVA, 2014, p. 65).

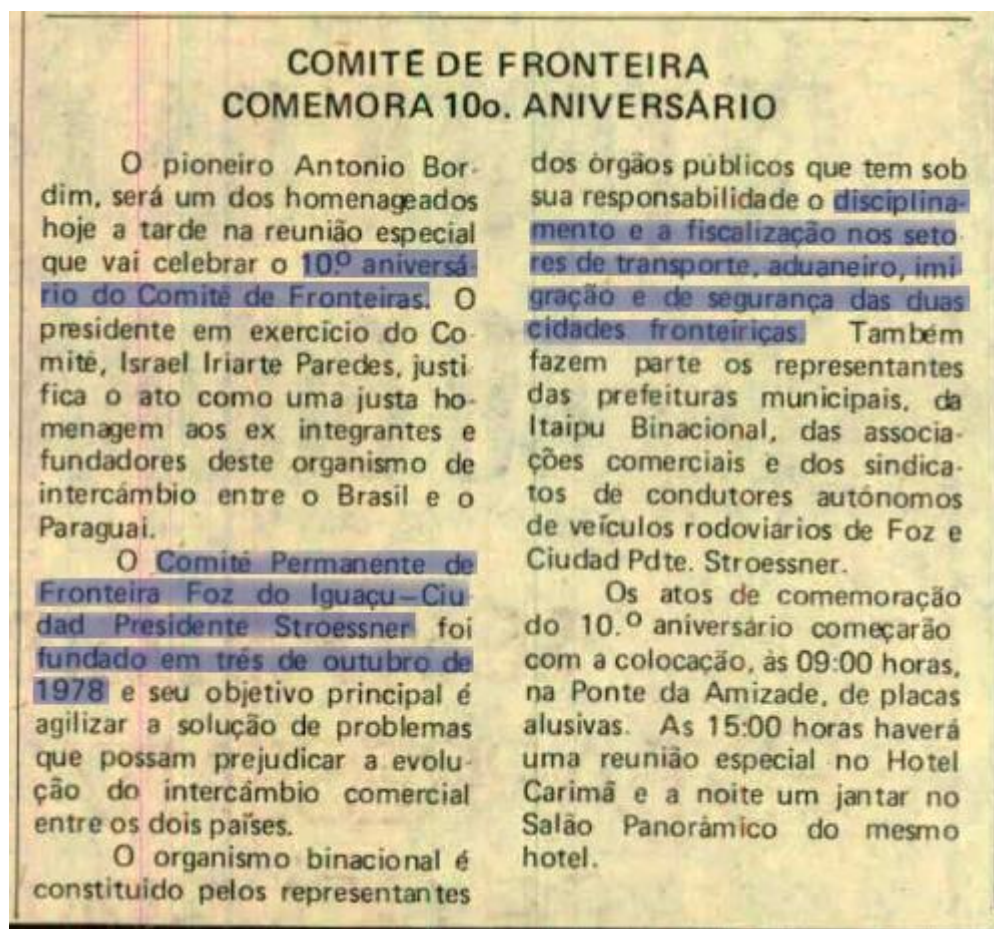


FIGURA 6 - 10 ANOS DE COPEFRON: NOVOS TEMAS FRONTEIRIÇOS EM DEBATE

FONTE: Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, ano VIII, nº 328, 20 p., 30 de setembro a 06 de outubro de 1988, p. 2. Marcações feitas pelo autor.

Ressalta-se que em 1978, a possibilidade de debate de outros temas foi estabelecida pelo artigo 4º do Regulamento do Copefron: “*la Reunión del Copefron, cuando considere conveniente, podrá invitar a Representantes de Instituciones Oficiales y del sector privado de ambos países, para analizar cuestiones de interés para la frontera*” (REGULAMENTO COPEFRON, 1978, art. 4º).

A Figura 7 refere à notícia veiculada em jornal local em que sugestões são indicadas para agilizar e solucionar congestionamentos na Ponte Internacional da Amizade. A implantação de parte dessas ideias caracterizam as principais contribuições do Comitê à Tríplice Fronteira. As iniciativas partem da Delegação brasileira do Copefron e abrangem de forma simultânea as duas cidades.

O CAOS NA PONTE DA AMIZADE

A respeito da situação caótica da travessia da Ponte da Amizade, com engarrafamentos quilométricos, "Nosso Tempo" recebeu nesta semana o seguinte expediente do DNER:

Ilmo Sr.
Diretor do Jornal Nosso Tempo
Nesta

Prezado Senhor:

Servimo-nos do presente para, na qualidade de Secretário da Seção Brasileira do Comitê Permanente de Fronteira de Foz do Iguaçu - Ciudad Presidente Stroessner, solicitarmos a V. Sa., a divulgação através desse prestigioso jornal que o Sub-comitê constituído para estudar os problemas que contribuem para causar o congestionamento na Ponte da Amizade e em suas vias de acesso, integrado pelos Cônsules do Brasil em Ciudad Presidente Stroessner e do Paraguai em Foz do Iguaçu, representantes do DNER, Dirección de Transporte por Carretera, Receita Federal, Aduana Paraguuaia, Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu e Câmara de Comércio de Ciudad Presidente Stroessner, reuniu-se nos dias 19 a 24 de maio e no dia 20 de junho últimos, tendo apresentado as seguintes sugestões, que uma vez implementadas irão contribuir para a agilização do fluxo de veículos e reduzirão, ou solucionarão totalmente, o problema do congestionamento:

- 1 - Implantação de obstáculos de concreto para separação das pistas da BR 277 nas proximidades da Aduana brasileira - a ser feita pelo DNER, a partir da 1ª semana de julho.
- 2 - Reativação do Grupo de Trabalho para operações de Fiscalização na Ponte da Amizade, constituído por representantes da Receita Federal, Aduana paraguuaia, Polícia Rodoviária Federal e Marinha paraguuaia - prevista para o dia 26/06/89.
- 3 - Intensificação da fiscalização de veículos pela Polícia Rodoviária Federal - depende de entendimento entre a Receita Federal e o DNER para a instalação de um Posto da PRF na Aduana brasileira.
- 4 - Horário especial para a passagem de caminhões vazios para o carregamento de soja no Paraguuaia (06:00 às 09:00 horas brasileiras) - a partir de 01/07/89.
- 5 - Implantação de novo sistema de fluxo de tráfego na Aduana brasileira - a partir da 1ª semana de julho, após reunião entre DNER e Receita Federal.
- 6 - Horário especial para os comboios de combustível e outras cargas perigosas - depende de acordo entre as duas Aduanas.
- 7 - Implantação de projeto de melhorias nas pistas de acesso à Aduana paraguuaia (ampliação da capacidade de fluxo com a implantação de 2 pistas com 4 faixas de tráfego cada uma) - depende da alocação de recursos pelo governo paraguuaio.
- 8 - Utilização do portão de acesso à Aduana paraguuaia pelos ônibus de turismo e da linha urbana internacional Foz do Iguaçu-Ciudad Presidente Stroessner - já está sendo feita.

Contando com a costumeira atenção por parte de V. Sa., antecipamos os nossos agradecimentos e sendo só o que nos oferece o momento, subscrevo-nos muito,

Atenciosamente,
Vicente Veríssimo Júnior
Engenheiro Chefe da Residência 9/5 - DNER
Secretário da Seção Brasileira do Comitê Permanente de Fronteira de Foz do Iguaçu - Ciudad del Este.




FIGURA 7 - NOTÍCIA VEICULADA EM JORNAL LOCAL: SUGESTÕES PARA PROBLEMAS DE TRÁFEGO NA PONTE DA AMIZADE

FONTE: Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, ano IX, nº 362, 20 p., 30 de junho a 06 de julho de 1989, p. 3. Marcações feitas pelo autor.

Os objetivos pioneiros do Comitê são reproduzidos conforme o Acordo que consta na Ata da III Reunião Paraguaio-Brasileira dos Órgãos de Aplicação do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, de junho de 1978, e do Regulamento do Copefron, de setembro de 1978:

Acordo (Ata III Reunião Paraguaio-Brasileira dos Órgãos de Aplicação do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre):

a) *Adoptar en el campo de las respectivas competencias de los representantes de los organismos públicos participantes del Comité, medidas operativas locales que se presenten como consecuencia de la aplicación del Convenio sobre Transporte Internacional Terrestre y de los acuerdos bilaterales al respecto, bien como considerar los asuntos que le sean sometidos por los Organismos de Aplicación del referido Convenio.*

b) *Informar a las autoridades competentes respectivas de todos los problemas o inconvenientes que no puedan ser resueltos en el lugar para su consideración y solución en el caso en que corresponda.*

c) *Someter a las autoridades nacionales respectivas las sugerencias sobre normas que podrían ser encaradas, relativamente al Convenio sobre Transporte Internacional Terrestre en acuerdos bilaterales, y que permitan mejor reglamentación y fiscalización del transporte terrestre internacional, tendientes a una adecuación de los mismos al comercio entre ambos países.*

Reglamento do Copefron:

a) *El cumplimiento de lo establecido en el punto do las Actas de la Segunda y Tercera Reunión de los Organismos de Aplicación del Convenio, citado en el Art. 1º, cuyo documento forma parte integrante de este Reglamento.*

b) *Las recomendaciones surgidas do las sucesivas reuniones de los Organismos de Aplicación del Convenio entre Paraguay y Brasil.*

c) *Asegurar la eficiencia y agilidad para el tráfico automotor, mediante la aplicación de normas administrativas standarizadas en ambas zonas de fronterizas.*

d) *Promover el intercambio oportuno y permanente de informaciones relacionadas al movimiento general producido en la frontera.*

e) *Alentar y apoyar la cooperación, asistencia técnica y científica de organismos especializados de ambos países, así mismo, de terceros países.*

O artigo 12 do Regulamento do Comitê prevê a instituição de Comissões de Trabalhos que deverão possuir um presidente e um relator, além da participação proporcional de pessoas das delegações brasileira e paraguaia. O papel das Comissões é submeter a estudo todas as proposições de caráter técnico.

As atividades do Copefron foram suspensas há algumas décadas, e dados atualizados não foram encontrados nos Ministérios das Relações Exteriores de ambos países, e nas Embaixadas e Consulados, Prefeitura e *Municipalidad* nas duas cidades envolvidas. Sobre o assunto ressalta-se que a última reunião de um Comitê Fronteiriço Brasil-Paraguai ocorreu em setembro de 2007 (Comitê Salto del Guairá-Guairá-Mundo Novo) (CARNEIRO, 2013, p. 12).

O Quadro 16 lista os mecanismos de integração e cooperação na forma de Instâncias Técnicas criados entre Brasil e Paraguai com circunscrição à Tríplice Fronteira.

INSTÂNCIA TÉCNICA	DATA DE CRIAÇÃO	FUNÇÕES / CARACTERÍSTICAS
Comitê de Integração Fronteiriça Foz do Iguaçu-Ciudad del Este	3 outubro de 1978	Agilizar o tráfego internacional na ponte; Debater de assuntos dos setores saúde, economia e mobilidade.

QUADRO 18 - INSTÂNCIAS TÉCNICAS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL-PARAGUAI

FONTE: elaborado pelo autor com base em pesquisa no MRE, Embaixadas, Prefeitura e *Municipalidad* de ambos países, 2016.

Entre Argentina e Paraguai, há a *Comisión de Coordinación Política e Integración Argentino-Paraguaya*, criada a partir de um Acordo entre as duas nações e assinado em 26 de abril de 1989 pelos então presidentes Dante Mario Caputo, da Argentina, e Luis María Argaña, do Paraguai.

A Comissão de interesse diplomático e político, é presidida pelos Ministros das Relações Exteriores de ambos países. Sua plenária deverá reunir-se pelo menos uma vez a cada ano, onde se exporá os trabalhos das Subcomissões de Assuntos Econômicos e a de Assuntos Políticos aos chanceleres (*ACORDO DE CRIAÇÃO DA COMISIÓN DE COORDINACIÓN POLÍTICA E INTEGRACIÓN ARGENTINO-PARAGUAYA*, 1989, art. 1º).

Com o intuito de incrementar as relações políticas, econômicas, comerciais, financeiras, científicas, tecnológicas, culturais e turísticas, a Comissão possui seis objetivos transcritos conforme consta no artigo 2º do Acordo:

- a) Fortalecer os vínculos que unem ambos países por meio da cooperação;
- b) Ampliar o diálogo político entre os dois países;
- c) Examinar, promover e dinamizar as relações bilaterais;
- d) Identificar interesses e projetos comuns e facilitar suas realizações;
- e) Promover o crescimento econômico e o desenvolvimento efetivo dos povos da Argentina e do Paraguai;
- f) Contribuir para a integração latino-americana.

As Subcomissões possuem autonomia e poderão criar Grupos de Trabalhos e marcar reuniões quantas vezes se façam necessário. A Subcomissão de Assuntos Políticos trata dos seguintes temas: projetos de integração, navegação, transportes, comunicações, energia, cultura, educação, turismo, cooperação científica, tecnológica e fronteiriça e os Comitês de Fronteira, tráfico ilícito, meio ambiente e recursos naturais, migrações e política exterior. Já a Subcomissão de Assuntos Econômicos aborda as temáticas de minérios e siderurgia, agricultura e criação de gados.

O Quadro 17 lista os mecanismos de integração e cooperação, na estrutura de Instância Técnica, entre Argentina e Paraguai com circunscrição à Tríplice Fronteira.

INSTÂNCIA TÉCNICA	DATA DE CRIAÇÃO	FUNÇÕES / CARACTERÍSTICAS
<i>Comisión de Coordinación Política e Integración Argentino-Paraguaya</i>	26 de abril de 1989	<ul style="list-style-type: none"> - Incrementar as relações políticas, econômicas, comerciais, financeiras, científicas, tecnológicas, culturais e turísticas; - É de interesse diplomático e político; - Presidida pelos Ministros das Relações Exteriores de ambos países; - As reuniões devem ocorrer uma vez a cada ano; - Duas Subcomissões: Assuntos Econômicos e Assuntos Políticos.

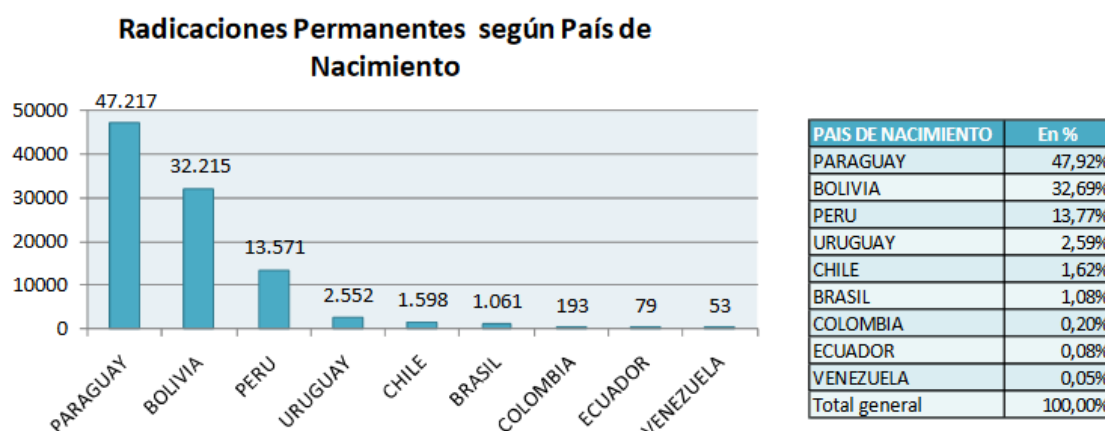
QUADRO 19 - INSTÂNCIAS TÉCNICAS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE ARGENTINA-PARAGUAI

FONTE: elaborado pelo autor com base em pesquisa no MRE, Embaixadas, Prefeitura e *Municipalidad* de ambos países, 2016.

Dos temas suscitados em reuniões é útil citar os debates sobre o Programa Patria Grande criado e posto em prática pela Argentina através do Decreto nº 836/2004, no âmbito da *Dirección Nacional de Migraciones*. Trata-se de um programa nacional de normalização documentária migratória que objetiva regularizar a situação de estrangeiros residentes de forma irregular no país. Apesar do programa beneficiar nacionais de distintos países, a ressalva é feita ao Paraguai que em dados coletados pelo governo argentino, possuía a maior cifra de pessoal com trânsito migratório irregular.

Entre 2007 a 2010, anos de coleta dos dados, de nove países da América do Sul, o Paraguai liderava com quase 50% dos casos de residência irregular na Argentina. O Gráfico 1 apresenta o quantitativo numérico e percentual de casos de radicações permanentes resolvidas.

GRÁFICO 1 - RADICAÇÕES PERMANENTES NA ARGENTINA SEGUNDO PAÍS DE NASCIMENTO



FONTE: Ministério del Interior. Dirección Nacional de Migraciones – DNM, 2010, p. 50.

Por sua vez, o Paraguai promulgou o Decreto n°. 9.032, por meio do qual ficou estabelecido requisitos migratórios diferenciados para os argentinos que residem naquele país.

O Quadro 18 refere às principais contribuições da *Comisión de Coordinación Política e Integración Argentino-Paraguaya* para o processo de integração e cooperação territorial da Tríplice Fronteira.

INSTÂNCIA TÉCNICA	CONTRIBUIÇÕES
<i>Comisión de Coordinación Política e Integración Argentino-Paraguaya</i>	Programa Patria Grande.

QUADRO 20 - PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA COMISIÓN DE COORDINACIÓN POLÍTICA E INTEGRACIÓN ARGENTINO-PARAGUAYA PARA A TRÍPLICE FRONTEIRA

FONTE: elaborado pelo autor com base em pesquisa no MRE, Embaixadas, Prefeitura e *Municipalidad* de ambos países, 2017.

3.3 MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO TERRITORIAL DA TRÍPLICE FRONTEIRA: ACORDOS, TRATADOS, ATAS E DECLARAÇÕES

Entre Brasil e Argentina, o processo de integração e cooperação territorial teve significativo avanço após a queda do regime militar em ambos países. O destaque é para a assinatura da Declaração do Iguazu, de 30 de novembro de 1985. Este documento é citado por alguns autores, a exemplo de Oliveira (1998), como um marco histórico no processo integracionista, segundo afirma:

No processo de integração, a Declaração do Iguazu representa um significativo marco histórico, originando a assinatura de vários instrumentos. Em 29 de julho de 1986, é firmada a Ata para Integração Brasileiro-Argentina, a qual institui o Programa de Integração e Cooperação Econômica – PICE, de caráter flexível, equilibrado, estabelecendo o princípio da simetria e prevendo tratamentos preferenciais frente a terceiros mercados, adotando a estratégia de integração gradativa por setores industriais, cuja evolução dinâmica formava o próprio corpo do processo integracionista. O PICE constitui a marca de consolidação formal e material do processo. Sua evolução veio consubstanciar-se no Tratado de Integração Brasil-Argentina de 1988 (OLIVEIRA, 1998, p. 14).

O documento foi firmado em reuniões realizadas na Tríplice Fronteira, nas cidades de Puerto Iguazú e de Foz do Iguazu. Na ocasião, os presidentes José Sarney de Araújo Costa, do Brasil, e Raúl Ricardo Alfonsín, da Argentina, procederam com a inauguração da Ponte Internacional Presidente Tancredo Neves como um elo de integração física entre as duas nações (OLIVEIRA, 1998, p. 14; DECLARAÇÃO DO IGUAZU, 1985).

Na Declaração, os presidentes propuseram a criação de uma Comissão Mista Diplomática para Cooperação e Integração Econômica Bilateral, cuja seria presidida por ambos os Ministros das Relações Exteriores, além da participação de representantes governamentais e empresariais, com o objetivo da proposição de programas, de projetos e de outras formas de integração econômica. Na ocasião foi assinada a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear que visa a cooperação bilateral nuclear pacífica.

Um segundo documento que circunscreve ao território da Tríplice Fronteira, em específico Brasil e Argentina é o Acordo de Facilitação Turística, designado como ‘Acordo de Iguazu’, que foi assinado em 18 de novembro de 2009 pelos Ministros das Relações Exteriores Celso Amorim, do Brasil, e Jorge Enrique Taiana, da Argentina. No prólogo do Acordo a afirmação de que a plena integração entre os dois povos somente será possível quando os cidadãos puderem relacionar-se sem limitações burocráticas e administrativas, justifica seu objetivo: facilitar o trâmite e a circulação de turistas pelo denominado ‘Corredor Turístico Iguazu’, entre as cidades de Foz do Iguazu e Puerto Iguazú.

Destaca-se a possibilidade arrolada por este Acordo da utilização da Carteira Nacional de Habilitação brasileira – CNH, como documento de identificação para fins migratórios. Segundo nota informada pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu⁵⁰, ao utilizar-se desse meio, o turista só poderá permanecer em território argentino por um período de 72 horas.

Como objetivo capital de consolidar o processo de integração e cooperação econômica entre os dois países, foi assinado em 29 de novembro de 1988 o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento pelos respectivos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín. No Brasil, o Tratado foi promulgado pelo Decreto nº 98.177, de 22 de Setembro de 1989. No texto, faz-se menção aos documentos de cooperação já citados, como a Declaração do Iguaçu de 1985, a Ata para a Integração Brasileiro-Argentina e a Ata de Amizade Argentino-Brasileira: Democracia, Paz e Desenvolvimento.

O Tratado prevê a constituição de forma gradual, flexível, simétrica e equilibrada de um espaço econômico comum, no decurso de 10 anos a partir de sua assinatura, e dividido em duas etapas: a primeira, com remoção total dos obstáculos tarifários e não-tarifários aplicados ao comércio de bens e serviços nos territórios dos dois Estados-Parte; e a segunda, com a harmonização das políticas referentes à formação do mercado comum.

Esses documentos são de forma comum listados na literatura como etapas do processo de criação do Mercosul. O próprio Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento já previa as bases de constituição de um MC e abriu a possibilidade de adesões de outras Nações ao delinear em seu décimo artigo: “A solicitação de associação por parte de Estado-Membro da Associação Latino-Americana de Integração – ALADI a este Tratado, ou a um Acordo específico dele decorrente, poderá ser examinada pelos dois Estados-Parte após cinco anos de vigência deste Tratado ou do Acordo específico a que o Estado-Membro da ALADI solicite sua associação” (DECRETO nº 98.177, 1989, art 10). São estabelecidos três ciclos no processo de integração bilateral Brasil-Argentina, e a assinatura dos referidos documentos está situada na segunda etapa, que inicia em 1985 e marca a transição democrática dos governos partícipes (OLIVEIRA, 1998, p. 17).

O Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas é o quarto mecanismo de integração e cooperação entre Brasil e Argentina. O documento foi assinado em 30 de novembro de 2005, em Puerto Iguazú, pelos Ministros das Relações Exteriores Celso Amorim, do Brasil, e Rafael Antonio Bielsa, da Argentina. O Congresso argentino aprovou o

⁵⁰ Disponível em:

<<http://www.pmfi.pr.gov.br/turismo/%3Bjsessionid%3D14186388f52721d08b0955038ac0?idMenu=730>>.
Acesso em: 30 maio 2016.

texto do Acordo através da Lei nº 26.523, de 2009; e em 2011 o Congresso brasileiro o internalizou através do Decreto Legislativo nº 145. Em janeiro de 2016, dez anos após a assinatura, a presidente brasileira Dilma Rousseff promulgou o Acordo com o Decreto 8.636/2016.

O objetivo capital desse Acordo é facilitar a convivência das populações que residem em localidades fronteiriças vinculadas. O intuito é promover a integração na economia, na mobilidade migratória, no trabalho, na educação e nos diversos serviços públicos e dispor tratamento diferenciado aos nacionais de ambos países. Todas as facilidades listadas na sequência segundo o artigo 1º, gozarão os titulares da Carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço:

a) Exercício de trabalho, ofício ou profissão de acordo com as leis destinadas aos nacionais da Parte onde é desenvolvida a atividade, inclusive no que se refere aos requisitos de formação e exercício profissional, gozando de iguais direitos trabalhistas e previdenciários e cumprindo as mesmas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias que delas emanam;

b) Acesso ao ensino público em condições de gratuidade e reciprocidade;

c) Atendimento médico nos serviços públicos de saúde em condições de gratuidade e reciprocidade;

d) Acesso ao regime de comércio fronteiriço de mercadorias ou produtos de subsistência, segundo as normas específicas que constam no Anexo II; e

e) Quaisquer outros direitos que as Partes acordem conceder.

Aos condutores de veículos particulares é facultado requerer junto ao país emissor da Carteira uma identificação especial para que haja livre trânsito dentro da localidade fronteiriça vinculada da outra Parte. A concessão desse benefício será feita com a apresentação de apólice de seguro. Para o transporte público e privado de pessoas, e o de mercadorias, deverá haver simplificação de trâmites (ACORDO SOBRE LOCALIDADES FRONTEIRIÇAS VINCULADAS, art. V-VI, 2005).

É útil destacar o artigo VIII. Neste há previsão de um instrumento com potencial para o processo de integração e cooperação na Tríplice Fronteira: a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Conjunto. Reproduziremos seus principais objetivos:

a) A integração racional de ambas as cidades, de modo a configurar uma só conurbação quanto à infraestrutura, serviços e equipamento;

b) O planejamento de sua expansão;

c) A conservação e recuperação de seus espaços naturais e áreas de uso público, com especial ênfase em preservar e/ou recuperar o meio ambiente; e

d) O fortalecimento de sua imagem e de sua identidade cultural comum.

Acreditamos ser necessário tal instrumento entre as três cidades fronteiriças, de forma que o desenvolvimento urbano transforme para um satisfatório aproveitamento de recursos e esforços todo o território da Tríplice Fronteira. O entrave inicial para o Plano deverá ser as constituições nacionais que, por certo, não preveem tal nível de integração e cooperação territorial.

O Quadro 19 refere aos documentos, Tratados e Acordos de integração e cooperação entre Brasil e Argentina com circunscrição à Tríplice Fronteira.

DOCUMENTO	DATA DE RATIFICAÇÃO	EMENTA
Declaração do Iguazu	30 de novembro de 1985	Expressão de vontade política para acelerar o processo de integração bilateral, em harmonia com os esforços de cooperação e desenvolvimento regional com participação de todos os setores de suas comunidades nacionais; Instituição da Comissão Mista Diplomática para Cooperação e Integração Econômica Bilateral.
Acordo de Facilitação Turística	18 de novembro de 2009	Destina-se a facilitar a circulação dos turistas dentro da área geográfica conhecida como 'Corredor Turístico Iguazu', constituído pelos territórios dos Municípios de Foz do Iguazu e Puerto Iguazú.
Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento	29 de novembro de 1988	Consolidação do processo de integração e cooperação econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.
Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas	30 de novembro de 2005	Facilitar a convivência das localidades fronteiriças vinculadas e impulsionar sua integração através de um tratamento diferenciado à população em matéria econômica, de trânsito, de regime trabalhista e de acesso aos serviços públicos e de educação.

QUADRO 21 - DOCUMENTOS, ACORDOS E TRATADOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL-ARGENTINA.

FONTE: elaborado pelo autor com base em pesquisa no MRE, Embaixadas, Prefeitura e *Municipalidad* de ambos países, 2016.

Entre Brasil e Paraguai, e no que concerne à Tríplice Fronteira o Tratado de Itaipu, ou Acordo de Itaipu, é um documento símbolo do processo de integração e cooperação entre ambos os países e que influenciou as cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Ciudad del Este e Hernandárias, no Paraguai. As negociações iniciaram em 1966, e num primeiro momento visavam resolver um desconcerto entre os dois países sobre a quem pertencia a região de Sete Quedas – conhecida como Salto Grande ou Saltos del Guairá –, local onde o Brasil intentava construir uma usina hidrelétrica. Como fruto das conversações, publicaram a Ata de Iguaçu (ou Ata das Cataratas) assinada em Foz do Iguaçu, na data de 22 de junho de 1966 pelos Ministros das Relações Exteriores, o Embaixador brasileiro Juracy Magalhães e o paraguaio Raúl Sapena Pastor (MENEZES,1987), na qual:

- I – Manifestaram-se acordos os dois Chanceleres em reafirmar a tradicional amizade entre os dois Povos irmãos, amizade fundada no respeito mútuo e que constitui a base indestrutível das relações entre os dois países;
- II – Exprimiram o vivo desejo de superar, dentro de um mesmo espírito de boa-vontade e de concórdia, quaisquer dificuldades ou problemas, achando-lhes solução compatível com os interesses de ambas as Nações;
- III – Proclamaram a disposição de seus respectivos governos de proceder, de comum acordo, ao estudo e levantamento das possibilidades econômicas, em particular os recursos hidráulicos pertencentes em condomínio aos dois países, do Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá;
- IV – Concordaram em estabelecer, desde já, que a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do rio Paraná, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto do Guairá até a foz do rio Iguaçu, será dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de preferência para a aquisição desta mesma energia a justo preço, que será oportunamente fixado por especialistas dos dois países, de qualquer quantidade que não venha a ser utilizada para o suprimento das necessidades do consumo do outro país (ATA DE IGUAÇU, 1966, p. 1)⁵¹.

O entendimento de que a utilização do trecho do rio Paraná desde as Sete Quedas até a foz do rio Iguaçu seria feita de forma conjunta por Brasil e Paraguai, resultou no Tratado de Itaipu, firmado no dia 26 de abril de 1973 pelo Embaixador Mário Gibson Barboza, Ministro das Relações Exteriores do Brasil e, Raúl Sapena Pastor, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, na condição de plenipotenciários. No Brasil, o Tratado foi promulgado pelo Decreto nº 72.707, de 28 de agosto de 1973; e, no Paraguai, pela Lei nº 389, de 11 de julho de 1973.

O documento que tem por nome ampliado de Tratado para Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná pertencentes em Condomínio aos dois Países, criou a Itaipu, uma usina hidrelétrica binacional constituída pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRÁS; e *Administración Nacional de Eletricidad* – ANDE, do Paraguai com a finalidade de realizar o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná.

⁵¹ Ata publicada no "Diário Oficial da União" de 08 de agosto de 1966, páginas. 9.061/9.062.

O Quadro 20 lista os documentos jurídicos e administrativos – Acordos, Tratados e Atas – de integração e cooperação entre Brasil e Paraguai com circunscrição à Tríplice Fronteira.

DOCUMENTO	DATA DE RATIFICAÇÃO	EMENTA
Ata de Iguazu (Ata das Cataratas)	22 de junho de 1966	- Elaborar estudo econômico dos recursos hidráulicos pertencentes aos dois países, do Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá; - Estabelecer que a energia elétrica produzida pelos desníveis do rio Paraná, desde o Salto Grande de Sete Quedas até a foz do rio Iguazu, será dividida em partes iguais entre os dois países.
Tratado de Itaipu (Tratado para Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná pertencentes em Condomínio aos dois Países)	26 de abril de 1973	<i>Tratado entre la Republica del Paraguay y la Republica Federativa del Brasil para el aprovechamiento hidroelectrico de los recursos hidraulicos del rio Paraná, pertenecientes en condominio a los dos países desde e inclusive el Salto del Guaira o Salto Grande de Sete Quedas hasta la boca del rio Yguazu.</i>
Tratado de Amizade e Cooperação Brasil-Paraguai	4 de dezembro de 1975	Instaurar e aperfeiçoar mecanismos permanentes de cooperação, entendimento e troca de informações sobre assuntos de interesse comum nas relações políticas, econômicas, comerciais, financeiras, científicas, técnicas, culturais, turísticas e de toda ordem.

QUADRO 22 - DOCUMENTOS, ACORDOS E TRATADOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL-PARAGUAI.

FONTE: elaborado pelo autor com base em pesquisa no MRE, Embaixadas, Prefeitura e *Municipalidad* de ambos países, 2016.

Sobre a Usina de Itaipu, interessante destacar o que delinea o parágrafo 1º, do artigo VII do Tratado: “As instalações e obras realizadas em cumprimento do presente Tratado não conferirão, a nenhuma das Altas Partes Contratantes, direito de propriedade ou de jurisdição sobre qualquer parte do território da outra”. A Itaipu é rotulada como binacional por abranger dois territórios internacionais distintos, destarte, é “uma empresa juridicamente internacional e sujeita somente aos procedimentos de tutela representados em controles administrativos ou financeiros, de ordem externa ou interna, constantes das disposições pertinentes dos atos

internacionais que a regem (PARECER L-208, de 22.9.1978 – Consultoria Geral da República – CGU).

O Tratado de Amizade e Cooperação Brasil-Paraguai é um terceiro documento com intuito de integrar os dois países, porém, com pequenas implicações diretas circunscritas à Tríplice Fronteira. O documento foi celebrado pelos Ministros das Relações Exteriores Antônio Francisco Azeredo da Silveira, do Brasil, e Raúl Sapena Pastor, do Paraguai, em Assunção na data de 4 de dezembro de 1975.

Com objetivo de “instaurar e aperfeiçoar mecanismos permanentes de cooperação, entendimento e troca de informações sobre relações políticas, econômicas, comerciais, financeiras, científicas, técnicas, culturais, turísticas” (TRATADO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO BRASIL-PARAGUAI, ART. I, 1975) e outras de interesse comum, foi criada a Comissão Geral de Cooperação e Coordenação Brasileiro-Paraguai para analisar, propor e acompanhar o cumprimento do objetivo.

É vultoso citar o disposto no artigo XIV do Tratado:

As Altas Partes Contratantes, considerando a situação de Estado sem litoral marítimo da República do Paraguai e o desejo da República Federativa do Brasil de envidar todos os esforços para que a República do Paraguai possa ter acesso aos benefícios do mar, manifestam sua determinação de concluir acordos que assegurem ao Paraguai o livre acesso ao mar e do mar, através do território brasileiro; a utilização racional, através de uma ação conjunta, dos depósitos francos já concedidos nos portos de Santos e Paranaguá; e a concessão de direito à pesca a nacionais ou empresas de capital exclusivamente paraguaio, na zona marítima submetida à jurisdição e soberania da República Federativa do Brasil, nas condições a serem estabelecidas em protocolos ou outros atos bilaterais celebradas entre os dois países” (TRATADO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO BRASIL-PARAGUAI, ART. XIV, 1975).

Do artigo depreende-se a oficialização da abertura do território brasileiro para acesso, pelo Paraguai, ao mar e do mar, como a exploração racional da pesca em águas sob jurisdição brasileira. Essa assertiva é reiterada em outros artigos do documento ao afirmar-se como objetivos, entre outros: “facilitar o tráfego recíproco de cargas e passageiros, de modo, especialmente, a agilizar o escoamento de exportações paraguaias através dos portos brasileiros”, “e a melhor utilização dos serviços portuários do Brasil, por parte do Paraguai” (TRATADO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO BRASIL-PARAGUAI, ART. X-XI, 1975).

Os Artigos VI e XVIII são, ao ser relacionados, de capital teor para os propósitos dessa pesquisa, pois ratifica os objetivos e propósitos expressados no Tratado de Itaipu, e em seus anexos, Protocolos Adicionais e Notas Diplomáticas – artigo XVIII – e estimula a celebração de acordos de criação de empresas binacionais – artigo VI –, a exemplo da Itaipu.

Estas corroborações circunscrevem à Tríplice Fronteira visto que o acesso ao mar e do mar pelo Paraguai é feito pela integração viária Ciudad del Este-Foz do Iguazu, através da Ruta 7, da Ponte Internacional da Amizade e da BR 277, as três estruturas construídas com capitais brasileiros⁵². A reiterada ratificação do Tratado de Itaipu de 1973 caracteriza relação com a Tríplice Fronteira.

Entre Argentina e Paraguai, não foram encontrados documentos jurídicos e/ou administrativos com circunscrição às cidades gêmeas de Puerto Iguazú e Ciudad del Este. A pesquisa em bancos de dados no MRE, nas Embaixadas e nas Municipalidades revelaram documentos que possuem teor de integração e cooperação, porém, sem citar relações transfronteiriças entre as duas urbes da Tríplice Fronteira.

É útil destacar tentames para estabelecer mecanismos locais, a exemplo do que consta na Acta de la Reunión Paraguayo-Argentino Antelco-Entel, de 07 de outubro de 1986: a sugestão dos representantes da Província de Misiones em criar o Comitê de Fronteira Puerto Iguazú-Ciudad Presidente Stroessner⁵³. A ideia foi incluída em pauta de reunião, mas o Comitê não foi instituído e permaneceram apenas os cinco anteriormente criados⁵⁴.

Numa perspectiva que envolve os três países que compõem a Tríplice Fronteira, cita-se iniciativas de integração e cooperação nos setores da educação, da saúde, do turismo, de infraestrutura, da segurança, e jurídica. Algumas destas são frutos de trabalhos unilaterais brasileiros, mas que possuem repercussão transnacional. Outras se constituem em documentos assinados pelos três países de forma soberana, e com viés integracionista e cooperativo.

Ao que refere as relações trilaterais Brasil, Argentina e Paraguai, cita-se o Acordo Tripartite sobre Coordenação Técnico-Operativa para o Aproveitamento Hidrelétrico de Itaipu e Corpus, ou simplesmente Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, celebrado em 19 de outubro de 1979, na cidade de Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este). A assinatura foi feita pelos Ministros das Relações Exteriores Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro, do Brasil, Carlos Washington Pastor, da Argentina, e Alberto Nogués, do Paraguai.

⁵² Em 20 de janeiro de 1955 foi assinado um Acordo entre Brasil e Paraguai no qual previa a construção de uma rodovia – a Ruta 7 – que ligasse a cidade de Coronel Oviedo até Porto Presidente Franco, em território paraguaio. Na ocasião criou-se a Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia encarregada de dirigir e supervisionar os trabalhos de construção, e administrar os fundos provenientes do empréstimo que o Brasil concedera ao Paraguai.

⁵³ Em 1986 Ciudad del Este era conhecida como Ciudad Presidente Stroessner ou Puerto Presidente Stroessner. O nome atual foi dado em 1989 (SILVA, 2014, p. 65).

⁵⁴ Os cinco Comitês de Fronteira Argentina-Paraguai e suas respectivas datas de criação: Encarnación-Posadas, criação 13/02/1985; Clorinda-Colônia Falcón, criação 14/03/1985; Formosa-Alberdi, criação 13/06/1985; Puerto Bermejo-Pilar, criação 29/11/1985; Itatí-Itacorá: criação 08-07-1986.

Sob a perspectiva de cooperação, o Acordo foi assinado com vistas a solucionar o contencioso entre os países da Tríplice Fronteira no que concerne à utilização tripartite do potencial hidroelétrico do rio Paraná. O conflito foi ao auge com a assinatura do Tratado de Itaipu que previu a construção da Usina de Itaipu entre Brasil e Paraguai, visto que a Argentina se opunha ao projeto por alegar o princípio da indivisibilidade dos recursos naturais apregoado pelo Direito Internacional. Outro argumento era de que a construção e funcionamento da Usina de Corpus – fruto de relação bilateral Argentina-Paraguai – ficaria prejudicada, haja vista que a viabilidade do projeto se daria na operação de uma cota de 105 a 115 metros acima do nível do mar. Com a operação da Itaipu essa cota não seria alcançada.

Com a assinatura do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, as duas Usinas foram construídas em condições que suas operações não interfiram de forma negativa à outra. Algumas alíneas do documento devem ser mencionadas conforme consta no Acordo para que se compreenda o cerne da cooperação:

a) O nível de água máximo normal de operação – salvo circunstâncias naturais excepcionais – do reservatório da barragem que o Paraguai e a Argentina projetam construir na Zona de Corpus, fica estabelecido na cota de 105 metros acima do nível do mar.

c) A totalidade da potência mencionada anteriormente será, quando o cumprimento dos citados parâmetros relacionados à navegação o permita, a que resulte da operação em Itaipu das 18 unidades turbo-geradoras instaladas, de potência nominal de 700 megawatts cada uma, com um caudal efluente máximo da ordem de 12.600 metros cúbicos por segundo.

d) A Itaipu e ao aproveitamento que se projeta na Zona de Corpus serão garantidas facilidades durante sua construção e o enchimento dos respectivos reservatórios, cujos cronogramas serão divulgados com antecipação suficiente, adotando-se uma prática análoga ao que foi cumprida para o enchimento da represa de Jupia, no que se refere ao conhecimento de dados técnicos relativos à operação do enchimento dos referidos reservatórios. Os temas relacionados com o enchimento do reservatório de Itaipu ficam acordados no Anexo II, parte integrante da presente Nota. No que diz respeito à construção do aproveitamento que se projeta na Zona de Corpus e ao enchimento de seu reservatório, o Brasil e o Paraguai colaborarão, por meio da operação de seus reservatórios, para assegurar uma vazão em Corpus que resulte em benefício desta obra. Para esse efeito, a Itaipu Binacional será informada, no momento oportuno, do respectivo cronograma.

e) A Itaipu Binacional e a entidade que tenha a seu cargo o aproveitamento projetado na Zona de Corpus estabelecerão procedimentos adequados de coordenação operativa entre

ambos os aproveitamentos para obtenção de benefícios recíprocos, incluindo o intercâmbio da informação hidrológica pertinente dos três países, que seja possível antecipar.

Nestas alíneas ficou acordado que a Usina de Corpus operaria na cota de 105 metros acima do nível do mar, cota esta ideal; e a Usina de Itaipu utilizaria suas 18 turbo-geradoras para produzir a quantidade máxima de energia de 12.600 m³ por segundo. As duas usinas divulgariam cronogramas e relatórios de atividades numa coordenação operativa que resulte benefícios recíprocos.

Um segundo documento é o Acordo sobre Segurança na Área da Fronteira Tríplice Comum. Assinado na cidade de Buenos Aires, em 18 de março de 1996, pelo Ministro da Justiça do Brasil Nelson Azevedo Jobim, pelos Ministros do Interior da Argentina, Carlos Vladimiro Corach, e do Paraguai, Diógenes Martinez, o Ato Internacional trilateral refere à segurança migratória com o objetivo de estabelecer medidas comuns na Tríplice Fronteira que visem “facilitar o trânsito de pessoas e lograr um controle eficaz de documentação e de identidade dos que habitam e transitam pela área” (ACORDO SOBRE SEGURANÇA NA ÁREA DA FRONTEIRA TRÍPLICE COMUM, Preâmbulo, 1996).

No exíguo Acordo de apenas seis cláusulas, os Ministros acordaram sobre a atividade de coordenação dos órgãos nacionais que agem no território da Tríplice Fronteira, no quesito de controle de entrada e saída de pessoas e veículos. As cláusulas primeira e segunda estabelecem que haja análise sobre a autenticidade dos documentos apresentados no trâmite migratório, a fim de "prevenir e combater atividades ilegais e possíveis atos de terrorismo" (ACORDO SOBRE SEGURANÇA NA ÁREA DA FRONTEIRA TRÍPLICE COMUM, Cláusula primeira, 1996). Para a comprovação, sugere-se a criação de um banco de dados integrado sobre pessoas e veículos.

A ideia é pôr em funcionamento um ágil e efetivo sistema conjunto de intercâmbio de informações e consultas sobre pessoas, veículos e a autenticidade da documentação de ambos (ACORDO SOBRE SEGURANÇA NA ÁREA DA FRONTEIRA TRÍPLICE COMUM, Cláusula terceira, 1996). O sistema deverá estar disponível de forma ininterrupta para que seja garantida a concreta segurança na Tríplice Fronteira.

O Acordo Trilateral do Circuito Turístico da Tríplice Fronteira é o terceiro mecanismo de integração e cooperação no território em pesquisa. No âmago das discussões do Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre – ATIT, de 1º de janeiro de 1990, foi realizada em 6 de Julho de 2007 a I Reunião Trilateral dos Órgãos de Aplicação do ATIT. Nesta, foi criado o Circuito Turístico da Tríplice Fronteira, que compreende as três cidades fronteiriças de Foz do

Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este, incluso os Parques Nacionais do Iguaçu e os aeroportos.

Na plenária, os Diretores da Agência Nacional de Transportes Terrestres do Brasil – ANTT – Noboru Ofugi, da Dirección Nacional de Transporte do Paraguai – DINATRAN – Miguel Tadeo Rojas Meza, e o subsecretário de Transporte Automotor da Argentina, Jorge González, assinaram o Acordo Trilateral do Circuito Turístico da Tríplice Fronteira. Unilateralmente, os marcos normativos que regem as ações de cadastramento, controle e fiscalização do transporte turístico internacional de passageiros no Circuito foram criados: para o Brasil, um Convênio foi assinado com o Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu – FOZTRANS – em novembro de 2007; para a Argentina, foi lançada a Resolução nº 725/2008 que criou o Registro do Circuito Turístico da Tríplice Fronteira – Normas Regulamentares, de Esclarecimentos e de Instrução relativas à inscrição no mencionado Registro; e, para o Paraguai, se fez a *Resolución del Consejo de la DINATRAN* nº 306/2009.

O Acordo estabelece que prestadores de serviços de transporte de passageiros operem de forma livre na área do Circuito, desde que atendam aos requisitos e normas vigentes em seus países de origem. O objetivo precípua desse Acordo é "simplificar a operação do serviço na fronteira, e evitar a expedição de licença para cada viagem, mas sem desvirtuar a natureza turística da prestação do serviço, e manter o conceito de 'circuito fechado' e os documentos de porte obrigatório"⁵⁵.

Os documentos relativos são a lista de passageiros, que se sugere utilizar o Manifesto de Tripulação e Passageiros; o Certificado de Inspeção Técnica Veicular – CITV – que deverá estar em acordo às normas vigentes do Mercosul; o Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário em Viagem Internacional – Carta Azul –; e selo de identificação do veículo que deverá conter informações técnicas do auto e prazo de vigência de um ano. Ressalta-se que o porte desses documentos não exclui os exigidos pela legislação de trânsito, a exemplo da carteira de motorista, e os referentes à migração, como a carteira de identidade⁵⁶.

Segurança e o combate ao tráfico de pessoas, em especial as mulheres, são os temas do quarto mecanismo de integração e cooperação firmado entre Brasil, Argentina e Paraguai, na forma de Memorando de Entendimento. O documento intitulado Memorando de Entendimento

⁵⁵ Ata da IV Reunião Técnica de Acompanhamento do Acordo Trilateral do Circuito Turístico da Tríplice Fronteira, de 14 de outubro de 2016, realizada em Foz do Iguaçu.

⁵⁶ Atas das I e IV Reuniões Técnicas de Acompanhamento do Acordo Trilateral do Circuito Turístico da Tríplice Fronteira, de 1 e 2 de outubro de 2009, e de 14 de outubro de 2016, respectivamente, ambas realizadas em Foz do Iguaçu.

para assistência às mulheres migrantes e em situação de violência foi assinado em Foz do Iguaçu no dia 4 de novembro de 2009 pela Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM – do Brasil, Nilcéa Freire, pela *Presidenta del Consejo Nacional de la Mujer*, da Argentina, Lúdia Mondelo, e pela *Ministra Ejecutiva de la Secretaria de la Mujer*, do Paraguai, Gloria Rubin.

O Memorando com vigência de três anos e prorrogáveis por igual período sucessivo, tem por objetivo precípuo “estabelecer um marco de cooperação, que englobe os três países, com vistas à colaboração mútua entre as Partes na área de assistência às mulheres migrantes e em situação de violência através da constituição de uma rede sub-regional” instalada no Núcleo da Mulher na Casa do Migrante, em Foz do Iguaçu (MEMORANDO DE ENTENDIMENTO, art. 1 e 4, 2009). Ressalta-se que a estrutura física e os materiais de expediente, quer de consumo ou permanentes, são de responsabilidade brasileira, e a contratação de funcionários deverá ser feita com coparticipação dos três países.

O Centro de Atendimento às Mulheres Migrantes em situação de Violência na Tríplice Fronteira, criado pelo Memorando, atua de forma a:

- a) acolher as mulheres migrantes em situação de violência;
- b) orientar as mulheres migrantes sobre os diferentes serviços disponíveis para a prevenção, apoio e assistência em cada caso particular;
- c) atender, de forma humanizada e efetiva às mulheres migrantes, com especial atenção para aquelas em situação de violência, de maneira específica e qualificada;
- d) encaminhar as mulheres migrantes em situação de violência aos demais serviços da rede especializada de atendimento dos três países.

A integração e a cooperação são feitas a partir da troca de informações entre Brasil, Argentina e Paraguai. Estes devem incluir em suas páginas *on-line* oficiais *links* que remetam aos demais e seus respectivos serviços. As instituições envolvidas nessa rede sub-regional na Tríplice Fronteira são diversas e incluem, entre outras: a Polícia Federal, a Delegacia da Mulher, a Secretaria Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu, a SPM, e alguns hospitais, pelo lado brasileiro; ao que concerne a Argentina, o *Ministerio de Justicia Seguridad y Derechos Humanos*, *Ministerio de Desarrollo Social* e hospital Samic de Puerto Iguazú; em relação ao Paraguai, a *Secretaria Nacional de la Niñez y Adolescência*, *Secretaria de la Mujer de la Gobernación de Alto Paraná*, *Ministerio Publico* e *Ministerio de Salud y Bienestar Social*.

O Quadro 23 identifica os mecanismos de integração e cooperação na forma de Acordo e Memorando de Entendimento, assinados trilateralmente entre os países da Tríplice Fronteira.

DOCUMENTO	DATA DE RATIFICAÇÃO	EMENTA
Acordo Tripartite sobre Coordenação Técnico-Operativa para o Aproveitamento Hidrelétrico de Itaipu e Corpus (Acordo Tripartite Itaipu-Corpus)	19 de outubro de 1979	Resolver o contencioso entre Brasil-Paraguai e Argentina sobre o aproveitamento hidrelétrico dos rios da bacia do Prata.
Acordo sobre Segurança na Área da Fronteira Tríplice Comum	18 de março de 1996	Facilitar o trânsito de pessoas e lograr um controle eficaz de documentação e de identidade dos que habitam e transitam pela Tríplice Fronteira.
Acordo Trilateral do Circuito Turístico da Tríplice Fronteira	6 de Julho de 2007	Creación del Circuito Turístico de la Tríplice Frontera, y evitar la tramitación permisos ocasionales de cada viaje por separado.
Memorando de Entendimento para assistência às mulheres migrantes e em situação de violência	4 de novembro de 2009	Memorando de Entendimento para Cooperação Regional de assistência às mulheres migrantes e em situação de violência na Tríplice Fronteira.

QUADRO 23 - DOCUMENTOS, ACORDOS E MEMORANDO DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI

FONTE: elaborado pelo autor com base em pesquisa no MRE, Embaixadas, SPM, Prefeitura e *Municipalidad* de ambos países, 2017.

Outras iniciativas de integração e cooperação na Tríplice Fronteira são as principiadas unilateralmente pelo Brasil e por organismos internacionais, a exemplo da instituição da Unila, do SIS-Fronteira e das obras no domínio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 – e da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA – e do Comando Tripartite da Tríplice Fronteira.

A integração e a cooperação na Tríplice Fronteira pelas vias da educação é destacada com a criação da Unila, com o objetivo de “formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercosul” (LEI nº 12.189, 2010, art. 2º).

Esta instituição federal de ensino remonta a sua historiografia ao mês de maio de 2007, quando em uma reunião na Usina de Itaipu, é estabelecida a criação do IMEA, a

unidade precursora da Universidade, através do Convênio entre a Hidrelétrica de Itaipu, a UFPR e a Universidade de Pisa, da Itália. Em dezembro de 2007, o MEC enviou ao então presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva um projeto de lei para a criação da Universidade, na cidade de Foz do Iguaçu. Em 17 de janeiro de 2008, a Secretaria de Educação Superior – SESU baixou a Portaria nº 43-Sesu/MEC⁵⁷, pela qual se instituiu a Comissão de Implantação da Unila – CI-UNILA), composta por 14 membros.

Em abril de 2008 o Projeto foi encaminhado à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público do Congresso Nacional. O relator, o Deputado Federal Frank Aguiar, aprovou o texto em 9 de junho e recomendou a aprovação às demais comissões, a saber: Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados (relator Deputado Federal Ângelo Vanhoni – PT-PR), Comissão de Finanças e Tributos (relator Deputado Federal Cláudio Vignatti – PT-SC), Comissão de Constituição e Justiça (relator Deputado Federal Dr. Rosinha – PT-PR) e, Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado (relator Senador Flávio Arns – PT-PR).

Em 12 de janeiro de 2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o Projeto de Lei nº 2.878 de 2008 para criação da Universidade, através da Lei nº 12.189.

Sobre o território e a forma de atuação da universidade, são aqueles estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º, respectivamente, do art. 2º desta lei:

§ 1º A Unila caracterizará sua atuação nas regiões de fronteira, com vocação para o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do Mercosul e com os demais países da América Latina (Lei nº 12.189, 2010, art. 2º, § 1º).

§ 2º Os cursos ministrados na Unila serão, preferencialmente, em áreas de interesse mútuo dos países da América Latina, sobretudo dos membros do Mercosul, com ênfase em temas envolvendo exploração de recursos naturais e biodiversidades transfronteiriças, estudos sociais e linguísticos regionais, relações internacionais e demais áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regionais (Lei nº 12.189, 2010, art. 2º, § 2º).

Destaca-se que a Unila foi criada com o propósito de integração e cooperação na América Latina, em especial aos países do Mercosul, destarte, os cursos de nível superior ministrados devem possuir em sua ementa os temas transfronteiriços sociais, ambientais e econômicos, e abertos a todo o público brasileiro e demais latinoamericanos. Com esta premissa, os incisos II e IV da Lei estabelecem, respectivamente, que a seleção de professores e de alunos é aberta a candidatos dos diversos países da região, e deve ser realizada tanto em língua portuguesa quanto em língua espanhola.

⁵⁷ Ministério da Educação e Cultura – MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria43.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

No âmbito da IIRSA desenvolveu-se o conceito de planificação territorial através dos Eixos de integração e Desenvolvimento – EID, que reúnem aspectos comuns nos setores econômico, social e ambiental de um território transnacional onde se percebe "uma articulação na infraestrutura de transporte, energia e comunicações que facilitam o fluxo de bens e serviços, de pessoas e de informação" (*CONSEJO SURAMERICANO DE INFRAESTRUCTURA Y PLANEAMIENTO – COSIPLAN*, 2014, p. 17), ou seja, as territorialidades transfronteiriças.

Foram criados 10 EID's, dos quais o âmbito geográfico da Tríplice Fronteira corresponde ao Eixo de Capricórnio. Este é composto por 83 projetos organizados em 5 Grupos. Para o território escopo dessa pesquisa, as iniciativas de cooperação e integração compõem o Grupo 3.

Os projetos que circunscrevem a Tríplice Fronteira são:

- Construção da ponte Puerto Presidente Franco-Foz do Iguaçu, com área de controle integrado Brasil-Paraguai;
- Melhoramentos e concessão nas Rutas 2 e 7, de Assunción a Ciudad del Este, no Paraguai;
- Construção de uma ferrovia entre Assunción e Ciudad del Este, no Paraguai;
- Criação de uma ponte ferroviária com pátio de cargas, interligando Ciudad del Este e Foz do Iguaçu;
- Linha de transmissão 500 KV (Itaipu-Villa Hayes), no Paraguai;
- Construção da Central Hidrelétrica de Iguazú, Paraguai.

A Figura 8 lista todos os projetos do Eixo Capricórnio, Grupo 3, e sua localização geográfica:

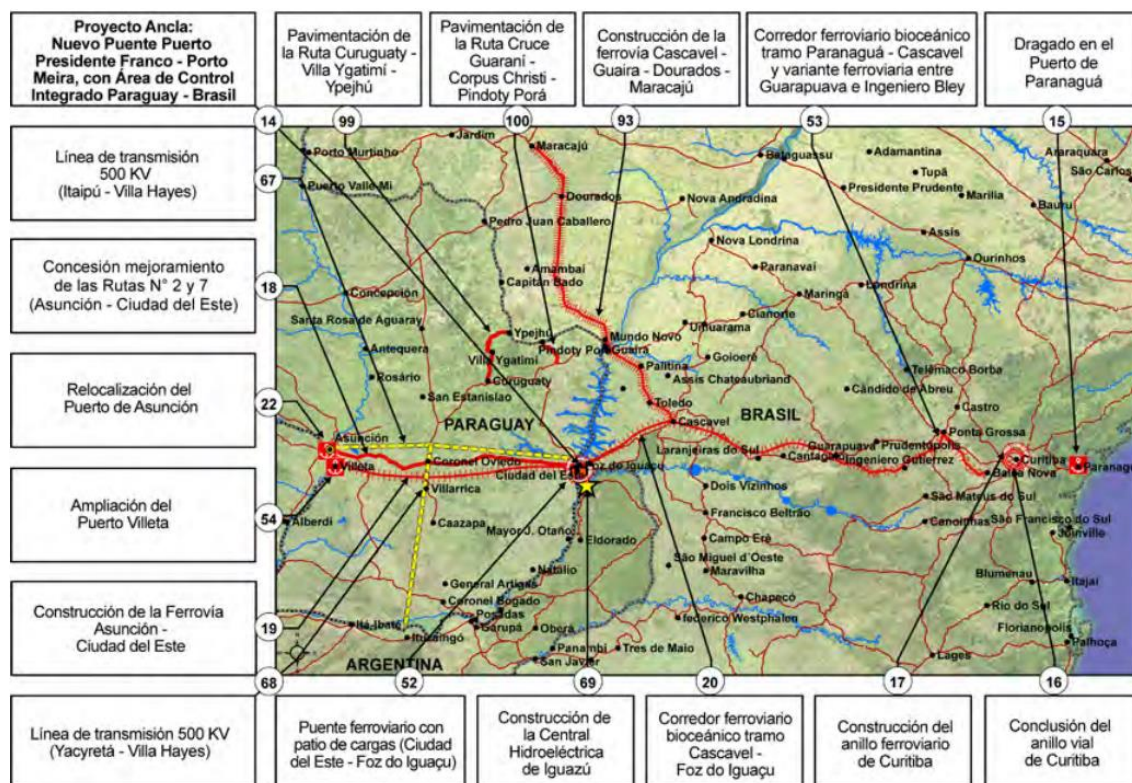


FIGURA 8 - PROJETOS DO EIXO CAPRICÓRNIO, GRUPO 3 E RESPECTIVA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

FONTE: Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento – COSIPLAN, 2014, p. 132.

No cenário da segurança na Tríplice Fronteira, a preocupação com os elevados casos de criminalidade, em especial ao suposto financiamento de atividades terroristas, obrigou os Ministros da Justiça do Mercosul a realizarem a sua primeira reunião em 1991. Esta plenária ensejou a realização de outras reuniões: em 1995 com os Chanceleres do Brasil, da Argentina e do Paraguai, e em 1996 que culminou na criação do Comando Tripartite da Tríplice Fronteira (FERREIRA, 2012, p. 108).

O Comando age em cooperação entre a Polícia Federal do Brasil, a Gendarmería Nacional Argentina, Polícia Nacional Paraguaia, e as Forças Armadas das três Nações. Dentre seus objetivos, há a previsão de instaurar mecanismos para a segurança na Tríplice Fronteira com a integração de banco de dados nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de globalização é antigo e atinge os países em menor ou maior escala; se manifesta nas suas mais distintas modalidades – política, social, cultural e econômica – e as populações não são afetadas de modo uniforme, isso porque se convém dissertar em relação aos seus graus de ação que pairam sobre o internacional, o nacional e até o local, o que induz estudiosos a falar de uma glocalização. Dessarte, inseparável daquele processo, convém citar a integração e a cooperação entre os povos.

Os processos de integração e os de cooperação também agem no político, no social, no cultural e no econômico, e num território transfronteiriço como o abordado nesta pesquisa, as relações globalizadoras de avanço de fronteiras e as ações diversas a partir de atos, intercâmbios e comunicações dos mais distintos atores – Estados, grupos sociais e políticos – geram interação com interdependência que produzem efeitos positivos ou negativos nos demais; em outras palavras, há circuitos integradores e cooperadores entre os povos fronteiriços.

Com esta pesquisa buscou-se analisar o processo de integração e cooperação territorial na Tríplice Fronteira e nas territorialidades transfronteiriças do Brasil, Argentina e Paraguai, ao relacionar estas territorialidades numa perspectiva interdisciplinar, percebidas numa escala menor ao estudar os aspectos históricos e geográficos das cidades trigêmeas de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este. Essas relações são traduzidas na forma de integração e cooperação territorial observadas nas dimensões política, socioeconômicas e culturais que geraram ações interdisciplinares dos atores locais e a constituição de mecanismos de integração e cooperação, tais quais as Instâncias Técnicas – Conselhos, Comissões, Grupos, Comitês e Fóruns – constituídos por representantes da sociedade e do governo com vistas a soluções de problemas locais, nacionais e transnacionais, além da elaboração e ratificação de Tratados, Acordos, Atas e Declarações bi e trilaterais.

A identificação desses mecanismos, a leitura dos respectivos documentos e as relações geopolíticas para o desenvolvimento territorial nos permitiram compreender o atual processo de integração e cooperação na Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Paraguai, com efeitos circunscritos às cidades de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este.

A historicização desses Acordos e Tratados internacionais, das Atas e Declarações, bem como das Instâncias Técnicas culminaram na compreensão geopolítica das três Nações

envolvidas e suas pretensões históricas e contemporâneas de construção e desenvolvimento territoriais. Ressalta-se que as relações transfronteiriças demandam ações conjuntas dos Estados nacionais confluentes. O diálogo e a aproximação política com vista a obter consenso nos interesses comuns das populações transnacionais, sugeriram o estabelecimento de mecanismos e respectivos documentos jurídicos e administrativos para institucionalizar o processo de integração e cooperação territorial.

Os problemas suscitados e introduzidos nesta pesquisa foram resolvidos. A Tríplice Fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai, e numa escala menor de percepção as relações transfronteiriças entre as cidades de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este, estão inseridas no processo de globalização e nos circuitos integradores e cooperativos territoriais. O fato é comprovado pela existência dos mecanismos de integração e cooperação nas formas de Instâncias Técnicas e documentos jurídicos e administrativos – Acordos, Tratados, Atas e Declarações – criados e ratificados bilateralmente entre Brasil-Argentina, Brasil-Paraguai e Argentina-Paraguai. As respostas à problemática e as relações intrínsecas aos temas percorridos nesta pesquisa são, na sequência, pormenorizada.

A Tríplice Fronteira é parte do processo de Globalização. Esta se dá nas relações de integração transnacional e transcultural e numa densidade e ritmo não programados que implica em graus diferenciados de ação e cobertura quer sobre cada pessoa, quer sobre cada Nação, e infere benefício ou malefício. Se caracteriza pelo avanço de fronteiras materiais ou imateriais e representa fatos, quer cultural, informativo, ambiental, econômico, ou jurídico, entre outros.

O ir e o vir das populações transnacionais; suas ações sociais das quais emergem as relações transfronteiriças corroboram a existência de integração e cooperação transnacional e transcultural das populações com avanço de fronteiras físicas e de todo tipo e forma de fronteira. Na prática, e entre outros exemplos, percebemos a Tríplice Fronteira nos processos globalizadores a nível regional e local ao observar moradores e turistas transitarem entre um país e outro, e com ausência de burocracias nos trâmites migratórios – à exceção da Aduana Argentina que registra a entrada e a saída dos transeuntes, porém de forma mais flexível sem exigência de vistos ou outros documentos.

A facilidade com que as populações se movimentam no interior da Tríplice Fronteira estabelece novas espacialidades, pois os distintos territórios de cada cidade trigêmea são transformados ao aliviar suas regras e abrirem-se para a mobilidade local como num único território. Essa mobilidade caracteriza avanço de fronteira e consumação de fatos culturais, econômicos, sociais e outros. Dessarte, o local passa a ser de uso comum entre a população

transnacional, e isso é projetar o local ao global numa espécie de alongamento. A globalização transforma ao induzir alteração nas relações espaços-temporais, nas formas de interpenetração entre indivíduos e povos, o que cria diferenciados contextos (VENGOA, 2002, p. 102).

A Tríplice Fronteira está inserida nos circuitos de integração e cooperação territorial. Estas duas instituições são tratadas em conjunto, e no cerne está a ação de atores – Estado, grupos sociais e políticos – que cooperam com interação e interdependência a partir de atos, intercâmbios e comunicações capazes de gerar efeitos positivos ou negativos. Os atores, no caso do território da Tríplice Fronteira, se fazem sociedade transnacional ao pertencerem a distintos Estados e transcenderem as fronteiras para interagir.

As relações de integração e cooperação devem ocorrer nos setores chaves como o político, o social, o cultural e o econômico através de ações que visam eliminar as interações de conflito. No caso da Tríplice Fronteira, os atos praticados bilateralmente pelos governos tinham esse propósito, mesmo aqueles unilaterais em que não houve a participação da comunidade transnacional na tomada de decisão. Exemplo, cita-se a Ata de Iguazu, de 1966, e o Acordo de Itaipu, de 1973 que previram a solução do contencioso entre Brasil e Paraguai sobre a posse das Sete Quedas ou Salto de Guairá, do Porto Renato e do aproveitamento hidroelétrico do rio Paraná.

Na prática integracionista e cooperacionista na Tríplice Fronteira tem havido diversas iniciativas. Os atos, intercâmbios e comunicações entre os atores se manifestam nas formas de Instâncias Técnicas e de documentos jurídicos e administrativos, tais quais os Acordos e Tratados, as Atas e Declarações. Esses mecanismos foram identificados e relacionados de acordo à geopolítica e o respectivo desenvolvimento territorial pretendido.

De 1966 a 2016, recorte temporal cujo a pesquisa relatou, a Tríplice Fronteira esteve sob dois regimes políticos: o militar, entre as décadas de 1950 a 1980; e o democrático, entre os anos de 1980 a 2016. Constatamos que após os regimes militares e o conseqüente processo de abertura política, as três Nações estabeleceram relações de aproximação política, cultural, social e econômica que suscitaram a criação de várias Instâncias Técnicas e de documentos que oficializaram a tendência territorial de integrar e cooperar.

No período ditatorial houve iniciativas de integração, porém, envoltas nos ideais de separação, defesa e segurança. Zalduendo (2010), afirma ser de integração os atos que utilizam da força e da coação para anexar territórios e/ou mantê-los em poder. Em nossa pesquisa não tratamos desta perspectiva integracionista, mas daquela que se afirma nas decisões soberanas e voluntárias das Nações sobre a política, a cultura, o social e a economia

com intuito de cooperação. Dessarte, os mecanismos de integração criados no decorrer do regime são frutos de decisões que visavam conter as interações de conflito entre Brasil e Paraguai e foram ratificados sem uso da coação ou da força, e por decisões soberanas.

Pela análise documental e sem relacionar a proporção quantitativa de décadas que cada regime político esteve em decurso visto que não foram uniformes em cada país da Tríplice Fronteira, no regime militar houve menor quantidade de mecanismos de integração ao comparar com aqueles criados no período democrático: para o primeiro, encontramos quatro mecanismos ratificados bilateralmente, dos quais uma Instância Técnica na forma de Comitê, dois documentos jurídicos na feição de Tratado, e um documento administrativo na estrutura de Ata, todos ratificados bilateralmente entre Brasil e Paraguai; para o segundo regime houve oito mecanismos bilaterais, sendo quatro Instâncias Técnicas nas formas de Comitê e Comissão, três documentos jurídicos na feição Acordo e Tratado, e um documento administrativo na estrutura de Declaração. Destes, sete foram estabelecidos de forma bilateral entre Brasil e Argentina e um por Argentina e Paraguai.

Para as relações de integração e cooperação trilaterais entre Brasil, Argentina e Paraguai, quatro mecanismos foram criados: três na forma de Acordo e um na estrutura de Memorando de Entendimento. Pela soma temos dezesseis mecanismos de integração e cooperação na Tríplice Fronteira.

A existência desses mecanismos de integração corrobora a tese de um processo globalizador com implicações glocalizadas que em relação intrínseca às territorialidades transfronteiriças demanda ações conjuntas dos Estados nacionais confluentes. Porém, os circuitos integradores e cooperadores observados na Tríplice Fronteira carecem de organização e coordenação a partir da implementação de uma política trinacional em que haja a participação ativa da comunidade transnacional e o reaproveitamento de recursos e esforços.

Pela análise do processo de integração e cooperação na Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Paraguai, comprovamos que na contemporaneidade a população local tem se unido em iniciativas populares para debater sobre o território em questão, a exemplo do FSTF e do Fórum de Debates sobre Integração Fronteiriça. Ressalva-se que nas Instâncias Técnicas criadas pelos governos, como a CODEFRO e o Comitê de Integração Fronteiriça Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú, para citar algumas, os moradores têm tido escassa participação. Isto pode ser justificado pela pequena divulgação, talvez proposital, das reuniões e das pautas a serem tratadas.

O desperdício de recursos e esforços é outro fator que obstaculiza, em parte, a integração trilateral. Observamos que dos dezesseis mecanismos de integração e cooperação,

doze foram criados bilateralmente, e as demandas são tratadas de forma pontual, caso a caso. Uma política coordenada estabeleceria regras únicas de solução aos problemas transfronteiriços comuns nas cidades de Foz do Iguazu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este.

Os temas contemplados nos mecanismos de integração e cooperação e as perspectivas de debates de outras demandas são motivadoras e merecem empenho contínuo e progressivo por parte dos três governos nacionais e da população. Para exemplificar os esforços empreendidos, cita-se os setores de: Migração e Mobilidade, com programa de regularização de estrangeiros criado pela *Comisión de Coordinación Política e Integración Argentino-Paraguaya*, e facilidade de trânsito transfronteiriço com apresentação da CNH estabelecida pelo Acordo de Iguazu; Geologia, com a elaboração de mapas geológicos do território fronteiriço de Foz do Iguazu e Puerto Iguazú pelo Projeto de Mapeamento Geológico da Comissão Mista de Cooperação Técnica Brasil-Argentina; Sanitária, com estabelecimentos de certificados fitossanitários, fruto dos trabalhos da CODEFRO; na Segurança, com a instituição do Comando Tripartite da Tríplice Fronteira, criada a partir das reuniões dos Ministros da Justiça do Mercosul; Educação, com o Programa Bilíngue de Fronteira, estabelecido pela CODEFRO, entre outros.

Ressalta-se que os temas abordados são insuficientes por não atenderem todas as demandas transfronteiriças. A educação, o trabalho e a saúde são setores chaves para a sociedade da Tríplice Fronteira e os problemas que deles advêm por não disporem de recursos suficientes e políticas apropriadas, suscitam atenção urgente por parte das autoridades. Destaca-se que para o correto desempenho daqueles setores outros devem ser priorizados: a mobilidade migratória transfronteiriça de pessoas e produtos, e a segurança, não a militar propriamente, mas a civil com intuito de combate às atitudes criminais estabelecidas pelas Cartas Magnas dos três países.

A utilização das TIC's se faz inevitável para uma satisfatória integração e cooperação territorial: a deficiente mobilidade migratória transfronteiriça origina os problemas aludidos na introdução sobre congestionamento nas Aduanas da Tríplice Fronteira; o tráfego de veículos com restrições, e o tráfico de drogas, mercadorias e pessoas subestima a segurança e revelam deficiência nos circuitos integradores com repercussão negativa. Tais problemas poderiam ser resolvidos se contemplados em debates nas plenárias das Instâncias Técnicas já constituídas, e os resultados oficializados na estrutura de documentos jurídicos e administrativos que permita a constituição de bancos de dados integrados e sistemas inteligentes mais flexíveis e ágeis capazes de localizar redes de tráfico de pessoas e drogas.

As TIC's resultariam em agilidade nos processos integrados e cooperativos no setor da saúde com registros de atendimentos médicos que permita conhecer o histórico do paciente, e o reconhecimento de exames realizados. Na educação, a agilidade nos trâmites migratórios de professores e alunos e as trocas de informação e de saberes constituiriam efeitos positivos, entre outros.

A participação da população transnacional da Tríplice Fronteira é primordial. Suas demandas devem constar em pautas nas reuniões das Instâncias Técnicas e em projetos de futuros Acordos e Tratados de cooperação e integração trilateral.

Esta pesquisa ao compor o objeto de estudo das Ciências Sociais e ter em seu bojo as relações transfronteiriças que criam vínculos e identidades entre as pessoas, destacadamente as populações transnacionais, possui caráter inter e multidisciplinar, cujas vertentes não se esgotam nessas cento e setenta e uma (171) páginas. A continuidade do estudo é imprescindível nesse território de relações mútuas inter-relacionadas ao complexo processo de globalização e suas implicações glocalizadas.

A pesquisa se fez de suma importância porque possibilitou conhecer o atual estado e processo de integração e cooperação na Tríplice Fronteira. Dessarte, com esses resultados, a sociedade transnacional, na estrutura dos atores – Estado, grupos sociais e políticos – podem alinhar suas demandas com vistas a estabelecer uma política integrada trinacionalmente que vise melhor aproveitamento dos recursos e potencialidades da Tríplice Fronteira, bem como uma efetiva qualidade de vida para a população transfronteiriça.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Giordano Sousa de. **Renegociação do Tratado de Itaipu entre Lugo e Lula**. 2015. 386 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 31, n. 15, p.137-166, jun. 2009.
- AL-RODHAN, Nayef. **Definitions of Globalization: A comprehensive overview and a proposed definition**. Geneva: GCSP, 2006.
- ALVATER, Elman. El lugar y el tiempo de lo político bajo las condiciones de la globalización económica. **Zona Abierta**, Madrid, v. 93, n. 92, p.7-60, jul. 2000.
- ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. Acordo de 26 de abril de 1989. Acuerdo para la Creación de la Comisión de Coordinación e integración entre el Gobierno de la Republica Argentina y el Gobierno de la Republica del Paraguay. **Acuerdo para la Creación de la Comisión de Coordinación Política e integración entre el Gobierno de la Republica Argentina y el Gobierno de la Republica del Paraguay**. Ituzaingó, 26 abr. 1989.
- ARGENTINA. Ministerio del Interior, Obras Públicas y Vivienda. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2001 e 2010**. Buenos Aires, 2017.
- ARGENTINA. Ministerio del Interior, Obras Públicas y Vivienda. Dirección Nacional de Migraciones. **Patria Grande: Programa Nacional de Normalización Documentaria Migratoria**. Informe Estadístico. Buenos Aires: Dnm, 2010.
- ARRIGHI, Giovanni. Globalização e macrosociologia histórica. In: **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, p. 13-23, jun 2003.
- BALASSA, Bela. **Teoria da integração econômica**. Lisboa: Clássica, 1973.
- BECK, Ulrich. **O que é Globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BIAGI, Orivaldo Leme. O imaginário da Guerra Fria. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p.61-111, dez. 2001.
- BRASIL. Acordo de 9 de abril de 1996. Acordo de Cooperação Técnica e criação da Comissão Mista de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. 197. ed. Brasília, DF, 14 out. 1999. Seção I.
- BRASIL. Acordo de 10 de novembro de 1997. Acordo para Criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO) entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. 104. ed. Brasília, DF, 02 jun. 1999. Seção I.

BRASIL. Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Acordo de 6 de julho de 2007. **Acordo Trilateral do Circuito Turístico da Tríplice Fronteira**. Ciudad del Este, 6 jul. 2007.

BRASIL. Ata de junho de 1966. Aos vinte e dois de junho de 1966, o Ministro de Estado das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil, Embaixador Juracy Magalhães e o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Raúl Sapena Pastor assinaram uma Ata Final e trocaram Memorandos. **Ata de Iguazu**. Foz do Iguazu, PR, 22 jun. 1966.

BRASIL. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM. **Relatório Anual das atividades na dimensão articulações institucionais**. Rio de Janeiro: CPRM, 2008.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Parecer, de 19 de junho de 2008. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila, e dá outras providências. **Parecer do Projeto de Lei Nº 2.878/2008**.

BRASIL. **Decreto nº 3.078, de 1º de junho de 1999**. Promulga o Acordo para a Criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Brasília, em 10 de novembro de 1997. Brasília, 1º jun. 1999.

BRASIL. Decreto nº 98.177, de 22 de setembro de 1989. Promulga o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. 183. Ed. Brasília, DF, 25 set. 1989.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 23 set. 1997.

BRASIL. Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila e dá outras providências. **Lei nº 12.189, de 12 de Janeiro de 2010**. Brasília, 12 jan. 2010.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Serviço Geológico do Brasil. **Relatório Anual das atividades na dimensão articulações institucionais**. Rio de Janeiro: Cprm, 2008.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Acordo de 18 de março de 1996. **Acordo sobre Segurança na área da Fronteira Tríplice Comum Brasil-Argentina-Paraguai**. Buenos Aires, 18 mar. 1996.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Acordo de 30 de novembro de 2005. **Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas**. Puerto Iguazú, 30 nov. 2005.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ata de 22 de agosto de 1989. Ata de inauguração dos Comitês de Fronteira. **Ata de Inauguração dos Comitês de Fronteira**. Uruguaiana, RS, 22 ago. 1989.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Tratado de 4 de dezembro e 1975. **Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai**. Assunção, 4 dez. 1975.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Protocolo Adicional ao Acordo para a Criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina. **Protocolo Adicional**. Buenos Aires, 31 jan. 2011.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Acordo de 18 de novembro de 2009. Destina-se a facilitar a circulação dos turistas dentro da área geográfica conhecida como 'Corredor Turístico Iguaçu', constituído pelos territórios dos Municípios de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú. **Acordo de Facilitação Turística**: Acordo de Iguaçu. Brasília, 18 nov. 2009.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Declaração, de 30 de novembro de 1985. Encontro de Trabalho em Puerto Iguazú, Argentina, e Foz do Iguaçu, Brasil para tratar de temas de interesse comum. **Declaração do Iguaçu**. Foz do Iguaçu, 30 nov. 1985.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Memorando de Entendimento de 4 de novembro de 2009. **Memorando de Entendimento para assistência às mulheres migrantes e em situação de violência**. Foz do Iguaçu, 4 nov. 2009.

BRITO, José Maria de. **Descoberta de Foz do Iguaçu e a fundação da Colônia Militar**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

CABEZA DE VACA, Álvaro Núñez. **Naufragios e Comentarios**. Madrid: Anaya, 1992.

CARLOS, Newton. Na primeira nota oficial, a Junta expõe suas razões. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 de março de 1976, p. 8.

CARNEIRO, Carla Barroso. **Ações e políticas públicas para o desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira Divisão da América Meridional IV**. Brasília: MRE, 2013.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. Cooperação transfronteiriça no Mercosul e na União Europeia: a Tríplice Fronteira e a Grande Região Sar Lor Lux. In: **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de segurança da Amazônia**. Nascimento, D. & Porto, J. (orgs.). Belém: NAEA, 2013a.

CARNEIRO, Camilo Pereira. **Fronteiras irmãs: transfronteirizações na Bacia do Prata**. Porto Alegre: Ideograf, 2016.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. **Processos de transfronteirização na bacia do prata: a tríplice fronteira Brasil - Argentina - Paraguai**. 2013. 255 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013b.

CARVALHO, Beatriz Thomaz; GOIANA FILHO, José Elísio Alves. O papel da cultura nos processos de integração regional: o caso da UNILA. **Observador Online**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.1-19, set. 2011.

CASTEDO, Alberto Zelada. **Derecho de la Integración Económica Regional**. Buenos Aires: INTAL, 1989.

CELLI JÚNIOR, Umberto. Teoria Geral da Integração: em busca de um modelo alternativo. In: MERCADANTE, Araminta de Azevedo; CELLI JÚNIOR, Umberto; ARAÚJO, Leandro Rocha. **Blocos Econômicos e Integração na América Latina, África e Ásia**. Curitiba: Juruá, 2006., p. 19-37.

CHAGAS, Nádia Moreira; MOTA, Lúcio Tadeu. O Guairá: a conquista e as relações interculturais nos territórios indígenas no Paraná, de 1500 a 1630. In: MOTA, Lúcio Tadeu (Org.). **História do Paraná: Pré-história, Colônia e Império**. Maringá: Eduem, 2011. Cap. 2. p. 44-80.

CONSEJO SURAMERICANO DE INFRAESTRUCTURA Y PLANEAMIENTO – COSIPLAN. **Cartera de Proyectos**. Montevideo: Unasur Cosiplan, 2014.

DEUTSCH, Karl Wolfgang. **El análisis de las relaciones internacionales**. Buenos Aires: Paidós, 1970.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. Os órgãos governamentais brasileiros e a questão do terrorismo na Tríplice Fronteira: divergências de percepções e convergências nas ações. **Carta Internacional**, São Paulo, v. 7, n. 1, p.102-117, jun. 2012.

FUINI, Lucas Labigalini. Globalização e seus aspectos geográficos: uma revisão bibliográfica. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 15, n. 1, p.49-67, jun. 2013.

GARCÍA-PELAYO, Manuel. **Las transformaciones del Estado contemporáneo**. Madrid: Alianza Editorial, 1977.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

HAAS, Ernst Bernard; SCHMITTER, Philippe C.. Economic and differential patterns of political integration: Projections about Unity in Latin America. In: DEUTSCH, Karl (Org.). **International Political Communities: An Anthology**. New York: Doubleday & Company, 1966. p. 1-265.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

KLAUCK, Samuel; SZEKUT, Andressa. Diversidade populacional: Discursos de fixação do patrimônio cultural de Foz do Iguaçu. **Ideação**, Foz do Iguaçu, v. 14, n. 2, p.157-177, jun. 2012.

LA GLOBALIZACIÓN. [S. l.]: Colégio24hs, 2004.

LIMA, Jandir Ferrera de. Integração e desenvolvimento regional: elementos teóricos. **Ideação**, Foz do Iguaçu, v. 12, n. 1, p.09-20, mar. 2010.

LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu e sua história**. Foz do Iguaçu: Serzgraf, 2001.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de; VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai 1954-1980**. Campinas: Papirus, 1987.

MONTENEGRO, Silvia; BÉLIVEAU, Verónica Giménez. **La Triple Frontera: Globalización y construcción social del espacio**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2006.

NOGUEIRA, Bárbara Freitas Ribeiro; CLEMENTE, Claudelir Correa. Etnografia da Tríplice Fronteira: primeiras aproximações. **Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 5, n. 2, p.1-21, dez. 2011.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Geografia, globalização e cidadania. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.155-164, 2000.

PARAGUAY. Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos. **Atlas Censal del Paraguay**. Alto Paraná. Censo 2002.

PARAGUAY. Ministerio de Obras Públicas y Comunicaciones. Dirección de Transporte por Carretera. **Reglamento de las Reuniones del Comité Permanente de Frontera Presidente Stroessner-Foz do Iguaçu**. 1978.

PARAGUAY. Ministerio de Obras Públicas y Comunicaciones. Tratado, de 26 de abril de 1973. Tratado entre la República del Paraguay y la República Federativa Del Brasil para el aprovechamiento hidroeléctrico de los recursos hidráulicos del río Parana, pertenecientes en condominio a los dos países desde e inclusive el Salto del Guaira o Salto Grande de Sete Quedas hasta la boca del río Yguazu. **Tratado de Itaipu**. Brasília, DF, 26 abr. 1973.

PARAGUAY. Provincia de Misiones. Acta, de 7 de octubre de 1986. **Acta de la Reunión Paraguayo-Argentino Antelco-Entel. Encarnación**, 7 de outubro de 1986.

ROBERTSON, Roland. Glocalization: Time-Space and Homogeneity Heterogeneity. In: FEATHERSTONE, Mike; LASH, Scott; ROBERTSON, Roland (Ed.). **Global Modernities**. Londres: Sage Publications, 1995. p. 25-44.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU – SMS. **Plano Municipal de Saúde – 2010/2013**. Foz do Iguaçu: SMS, 2010.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **A integração do Prata no sistema colonial: colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá**. Toledo: Toledo, 1997, 247 p.

SCHERER, Magda Duarte dos Anjos; PIRES, Denise. Interdisciplinaridade:: processo de conhecimento e ação. **Tempus - Actas de Saúde Coletiva: O Trabalho em Saúde**, Brasília, v. 5, n. 1, p.69-84, jun. 2011.

SILVA, Fidel Miranda. **Alto Paraná, su historia, ciudades y recuerdos**. Ciudad del Este: Sancho's Libros, 2007.

SILVA, Micael Alvino da. **Breve história de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2014.

STEWART JÚNIOR, Donald. **O que é o Liberalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

STRAZZACAPPA, Cristina; MONTANARI, Valdir. **Globalização: o que é isso, afinal?** São Paulo: Moderna, 1998.

TEDLOW, Richard S.; ABDELAL, Rawi. Theodore Levitt's The Globalization of Markets: An Evaluation After Two Decades. In: QUELCH, John; DESHPANDÉ, Rohit. **The Global Market: Developing a Strategy to Manage Across Borders**. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 2004. p. 11–30.

VALENCIANO, Eugenio. **Los Comites de Frontera: funcionamiento y experiencia**. 327. ed. Buenos Aires: Bid-intal, 1989.

VENGOA, Hugo Fazio. **¿Qué es la globalización?: Contenido, explicación y representación**. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2010.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1972.

ZALDUENDO, Susana Czar de. Integración: nociones generales, Integración Económica e Integración Regional. In: NEGRO, Sandra Cecilia (Org.). **Derecho de la Integración (Manual)**. Buenos Aires: Euros Editores S.R.L, 2010. p. 3-22.

WEBGRAFIA

ARANHA, Renato Muchiuti. Um olhar para a mídia regional durante a ditadura em Foz do Iguacu (1980-84). In: **Simpósio Nacional de História**, 28, 2015, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Udesc, p 1-12. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434413517_ARQUIVO_Aranha,RenatoMuchiuti.UmolharparaamidiaregionalduranteditaduraemFozdoIguacu1980-84.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2017.

BRAND, Antônio; COLMAN, Rosa; MACHADO, Neimar. Os Guarani nas fronteiras do Mercosul.. In: **Reunião Brasileira de Antropologia**, 26. 2008. *Anais...* Porto Seguro: Associação Brasileira de Antropologia, 2008, p. 1-12. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2005/antonio%20brand.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 19 jul. 2016.

BRASIL. CONSULTORIA - GERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Parecer nº L-208, de 22 de setembro de 1978. **Natureza Jurídica de Itaipu**. Brasília, DF, 22 set. 1978. Consultor: Luiz Rafael Mayer. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/anexos_fckeditor/institucional/pt/empresa_juridicamente.doc>. Acesso em: 28 jul. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relações Exteriores**: República do Paraguai. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5635-republica-do-paraguai>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

BRASIL. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **Cronologia**. Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/cronologia>>. Acesso em: 01 out. 2015.

BRASIL. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **IMEA**. Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/es/conteudo/imea>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

BRASIL. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. **Apresentação**. Disponível em: <<http://portalpos.unioeste.br/index.php/soc-apres>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

CAMMARATA, Emilce Beatriz; DIECKOW, Mgter Liliana. Estudio Integral del Destino Turístico Iguazú-Cataratas: Controversias y Desafíos para el Desarrollo. In: **IV SEMINTUR – SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL**, 4, 2006, Caxias do Sul. **Seminário**. 2006: Universidade de Caxias do Sul, 2006. p. 1 - 16. Disponível em: <http://www.uces.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT09-4.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2016.

CARDIN, Eric Gustavo. Globalização e desenvolvimento regional na Tríplice Fronteira. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 45, n. 2, p.162-170, maio 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93812726008>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. A fronteira Brasil-Argentina após a criação do Mercosul: Iniciativas de integração e cooperação e seus impactos. **Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, São Borja, v. 1, n. 1, p.46-57, jan. 2015. Disponível em: <<http://seer.unipampa.edu.br/index.php/missoes/article/view/8609/6093>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. A Geopolítica do Prata e a construção da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**, 1, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** . Porto Alegre; Rio de Janeiro: Editora Letra1; Rebrageo, 2014. p. 59 - 70. Disponível em: <<http://www.editoraletra1.com/anais-congeoe/arquivos/978-85-63800-17-6-p59-70.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

CARVALHO, Maria Lucia Brant de. **Das Terras dos Índios a Índios Sem Terras. O Estado e os Guarani do Oco'y: Violência, Silêncio e Luta**. 2013. 835 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-17022014-105114/publico/2013_MariaLuciaBrantDeC>. Acesso em: 18 abr. 2016.

CASTELLS, Manuel. Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo; Brasília: Unesp, 1999. p. 147-171. Disponível em: <<https://goo.gl/gcThXI>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

CATVE.COM. FOZ DO IGUAÇU. **Turistas enfrentam fila para atravessar fronteira com o Paraguai**. 2013. Disponível em: <<http://catve.com/noticia/6/52742/turistas-enfrentam-fila-para-atravesar-fronteira-com-o-paraguai>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

COELHO, Teresa Margarida Sobral Bento. **Integração econômica regional: Que perspectivas para Timor-Leste (a ASEAN e o grupo ACP)**. 2003. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2003. Disponível em: <[https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1546/1/Tese Teresa.pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1546/1/Tese%20Teresa.pdf)>. Acesso em: 08 fev. 2016.

CURY, Mauro José Ferreira; FRAGA, Nilson Cesar. Conurbação Transfronteiriça e o Turismo na Tríplice Fronteira: Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR). **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 5, n. 3, p.460-475, jul. 2013. Disponível em: <www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/download/2253/1385>. Acesso em: 13 mar. 2016.

CURY, Mauro José Ferreira. **Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI): Interconexões, Interdependências e Interpenetrações nas cidades da Tríplice Fronteira - Foz Do Iguaçu (BR), Ciudad Del Leste (PY) E Puerto Iguazú (AR)**. 2010. 234 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/24222/tese-territorialidadestransfronte>>. Acesso em: 01 set. 2014.

DELGADO, Elier Méndez; FEIJÓO, María del Carmen Lloret. **Globalización: Interrogantes y dimensiones**. Cuba: Mdll, 2006. Disponível em: <<http://www.eumed.net/libros-gratis/2006a/mdll/mdll.zip>>. Acesso em: 01 maio 2015.

DIEGO, Alfonso García-gallo de. El encomendero indiano. **Revista de Estudios Políticos**, La Rioja, v. 55, n. 1, p.141-162, jun. 1951. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjU6pnaiYrOAhWfZAKHYVIAVsQFggmMAE&url=https://dialnet.unirioja.es/download/articulo/2127997.pdf&usq=AFQjCNE9eYi0ciatvxdDPjg5BOrDXdsrEA&sig2=EKBcEljFLXO5hyc7IZbgDQ&bvm=bv.127984354,d.Y2I>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

G1. PARANÁ TV 1ª EDIÇÃO. FOZ DO IGUAÇU. **Infrações de motoristas estrangeiros em Foz gera dívida milionária**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/paranativ-1edicao/videos/t/foz-do-iguacu/v/infracoes-de-motoristas-estrangeiros-em-foz-gera-divida-milionaria/4725241/>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

GANSTER, Paul et al. **Borders and Border Regions in Europe and North America**. San Diego: San Diego State University Press e Institute For Regional Studies Of The California, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/JBUf7C>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

GATT. Acordo de 1947. **Acordo Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio**. Genebra, 1947. Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/LTF_MA_26142.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

GOMES, Cristiane. **Legislação ambiental do Mercosul e a gestão de recursos hídricos na Tríplice Fronteira**. 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <[http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/17281/Dissertação de Mestrado Cristiane 2008 PDF.pdf?sequence=1](http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/17281/Dissertação%20de%20Mestrado%20Cristiane%202008%20PDF.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 08 abr. 2016.

HAAS, Ernst Bernard. The Study of Regional Integration: Reflections on the Joy and Anguish of Pretheorizing. **Regional Integration: Theory and Research**, Cambridge, v. 24, n. 4, p.607-646, set. 1970. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2706149>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc..., Espaço, Tempo e Crítica**, Niterói, v. 1, n. 2, p.39-52, ago. 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc_2007_2_4.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2016.

HORII, Angélica Karina Dillenburg. Território guarani na tríplice fronteira: fragmentos que resistem no espaço-tempo. **Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 14, n. 16, p.96-111, jul. 2014. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/11400/8247>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

JORNAL ABC COLOR. Asunción, 7 de março de 2008. **Renegociar Cláusulas del Tratado de Itaipu**. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/editorial/renegociar-clausulas-del-tratado-de-itaipu-1049567.html>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 27 de julho de 2009. **Brasil pagará quase 3 vezes mais pela energia de Itaipu ao Paraguai**. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/economia/noticias/2009/07/25/brasil-pagara-quase-3-vezes-mais-pela-energia-de-itaipu-ao-paraguai/>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

JORNAL NOSSO TEMPO. Foz do Iguaçu, ano I, nº 3, 20 págs. 17 a 24 de dezembro de 1980., p. 8. **Políticos condenam prefeitos biônicos**. Disponível em: <<http://www.nossotempodigital.com.br/edicao/3/>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

JORNAL NOSSO TEMPO. Foz do Iguaçu, ano I, nº 4, 26 págs. 24 a 31 de dezembro de 1980., p. 11. **Cunha Vianna ficará até 82**. Disponível em: <<http://www.nossotempodigital.com.br/edicao/4/>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

JORNAL NOSSO TEMPO. Foz do Iguaçu, ano VIII, nº 328, 20 p., 30 de setembro a 06 de outubro de 1988, p. 2. **Comitê de Fronteira comemora 10º aniversário**. Disponível em: <http://www.nossotempodigital.com.br/arquivo/nosso_tempo_328/nosso_tempo_328.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2017.

JORNAL NOSSO TEMPO. Foz do Iguaçu, ano IX, nº 362, 20 p., 30 de junho a 06 de julho de 1989, p. 3. **O caos na Ponte da Amizade**. Disponível em: <http://www.nossotempodigital.com.br/arquivo/nosso_tempo_362/nosso_tempo_362.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2017.

MARTÍN-CABELLO, Antonio. Teorías sobre la globalización: una evaluación crítica. **Obets. Revista de Ciencias Sociales**, [s.l.], v. 9, n. 2, p.333-359, 2014. Publicaciones Universidad de Alicante. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/44361/1/OBETS_09_02_04.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016.

MERCADO COMUM DO SUL – MERCOSUL. Resolução GMC Nº. 41 de 5 de dezembro de 1997. **Polo Turístico Internacional del Iguazú**. Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/Normas/normas_web/Resoluciones/ES/Res_041_097_.PDF>. Acesso em: 31 jan. 2017.

MERCADO COMUM DO SUL – MERCOSUL. **Saiba mais sobre o MERCOSUL**. 2015. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em: 01 out. 2015.

MORE, Rodrigo Fernandes. Integração econômica internacional. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 7, n. 59, p.1-11, out. 2002. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/3307>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

MOTTA, Fernando Claudio Prestes. O Estruturalismo na Teoria das Organizações. **ERA - Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p.23-41, out. 1970. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901970000400002.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2016.

NUÑEZ, Ana Carolina. En Puerto Iguazú, Misiones (Arg.): Ordenamiento territorial e políticas hegemónicas, una visión crítica. In: **XXVII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA**, 27, 2009, Buenos Aires. **Congreso**. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009. p. 1 - 13. Disponível em: <<http://www.aacademica.org/000-062/479.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

OLIVEIRA, Odete Maria de. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p.5-23, jun. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v41n1/v41n1a01.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2016.

ORANTES, Isaac Cohen. El concepto de integración. **Revista de La Cepal**, Santiago, v. 15, n. 1, p.149-159, dez. 1981. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/10232/015149159_es.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 mar. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: Nações Unidas, 2008. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Uni_das_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2017.

ORTIZ, Renato. As ciências sociais e o inglês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 19, n. 54, p.5-23, fev. 2004. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a01v1954.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

PARAGUAY. Comisión de Verdad y Justicia – CVC. **Informe Final de la CVC**. Tomo 1, Parte 2. 2008. Disponível em: <http://www.verdadyjusticia-dp.gov.py/pdf/informe_final/Tomo%201%20-%20Parte%202.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **A Cidade**. Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=1004>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Cronologia Histórica do Município**. Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/%3Bjsessionid%3D197b511c0e4994b59fdd6c32585d?idMenu=1009>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Filas na aduana argentina preocupam SMTU no feriado**. 2014. Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/noticia/?idNoticia=33812>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **História da Cidade**. Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/%3Bjsessionid%3D8f295cacc62280c8069416be0eb2?idMenu=1007>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Agência Municipal de Notícias. **Problemas na fronteira com a Argentina são discutidos na SMTU**. 2013. Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/noticia/?idNoticia=33043>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

PROGEPE, Universidade Federal da Integração Latino-americana. Pró-reitoria de Gestão de Pessoas. **Redistribuição**, [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <josielalan@hotmail.com> em: 31 jul. 2013.

RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad del Este**: Vidas e vendas num mercado de fronteira. 2004. 334 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://observatoriotf.com/archivos/articulos/rabossi_tesis_doctoral.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

ROSA FILHO, Ernani Francisco da et al. Sistema Aquífero Guarani: considerações preliminares sobre a influência do arco de Ponta Grossa no fluxo das águas subterrâneas. **Revista Águas Subterrâneas**, São Paulo, v. 17, n. 1, p.91-112, maio 2003. Disponível em: <<http://www.geologia.ufpr.br/geofisica/periodicos/rosafilho.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

RODRIGUES, Luzia; SCHILLING, Paulo R. **Calha Norte - Além das fronteiras**. 1989. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/sociedade/calha-norte-alem-das-fronteiras>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

SANTOS, Milton. **Há mesmo um espaço virtual?** [s.l.]: Hipertexto, 2000. Disponível em: <www.hipertexto.com.br>. Acesso em: 19 jun. 2000.

SANTOS, Raquel Paz dos. Relações Brasil-Argentina: a cooperação cultural como instrumento de integração regional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p.355-375, dez. 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2592/1545>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

VALLEJOS, Jorge Emanuel; GONZÁLEZ, Alejandra Betriz. Selva, Tierra y Agua: 80 años del Parque Nacional Iguazú (1934-2014). **Historia y Frontera**, Puerto Iguazú, v. 3, n. 1, p.1-37, 2014. Disponível em: <<http://historiayfrontera.org/ojs-2.3.8/index.php/historiayf/issue/view/3>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

VÁZQUEZ, Mariana; RUIZ, José Briceño. O Mercosul na época de Lula e Kirchner: um balanço, seis anos depois. **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires, Especial em português, p. 33-48 dez. 2009. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/p7-3_1.pdf> Acesso em: 01 fev. 2017.

VENGOA, Hugo Fazio. La Globalización: ¿un concepto elusivo? **Revista Historia Crítica**, Bogotá, v. 06, n. 23, p.91-114, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rhc/n23/n23a06.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016.